

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**GOLPE DE ESTADO OU REVOLUÇÃO CÍVICA:
O DISCURSO CONSTRUÍDO PELO JORNAL *A RAZÃO*
NO CONTEXTO DA RUPTURA INSTITUCIONAL DE 1964.**

SILVANIA RUBERT

Porto Alegre, dezembro de 2004.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SILVANIA RUBERT

**GOLPE DE ESTADO OU REVOLUÇÃO CÍVICA:
O DISCURSO CONSTRUÍDO PELO JORNAL *A RAZÃO*
NO CONTEXTO DA RUPTURA INSTITUCIONAL DE 1964.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Orientador: Professor Doutor Helder Gordim da Silveira.

Porto Alegre

2004

*Dedico este trabalho a minha avó **Olga**
e a minha irmã **Salete**,
por representarem o porto seguro da minha vida,
uma **Razão** para continuar.*

AGRADECIMENTOS

“Tem dias que a gente se sente, como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente, ou foi o mundo então que cresceu. A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar, mais eis que chega a roda viva, e carrega o destino pra lá”.

Para diminuir o rastro de catástrofes que essa “roda viva” deixa em seu caminho, descobri, faz tempo, que existe uma “*força estranha*” chamada amizade. Fico muito feliz por ter a oportunidade de registrar alguns amigos que fazem parte de minha história neste trabalho, que possui um significado extremamente importante para mim.

Ao meu orientador e amigo, **Helder Silveira**, pela paciência e excelente dedicação com que me orientou e com a qual rege a sua vida acadêmica.

Aos **professores do Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS**, pelo constante exemplo de profissionalismo e seriedade.

Aos **funcionários do Programa de Pós-Graduação da PUCRS: Carla, Alice,**

Aos **colegas e amigos do Programa** que, como eu, buscam alargar seus horizontes e já entenderam que “*quem sabe faz a hora, não espera acontecer*”.

Ao **Jornal A Razão** e aos seus **funcionários**, por prestarem o apoio necessário para a realização deste trabalho.

À **CAPES** e ao **CNPQ** pelas bolsas de pesquisa.

Aos professores e amigos **Gilvan Dockhorn** e **Marilú Favarin Marin** por todo o auxílio e apoio a mim dedicados, quando este projeto ainda era apenas um sonho.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Maria: **Diórges Konrad, Julio Quevedo dos Santos** e **Luis Carlos Bonoto Rodrigues**.

“A gente vai contra a corrente, até não poder resistir, na volta do barco é que sente, o quanto deixou de cumprir. Faz tempo que a gente cultiva, a mais linda roseira que há, mas eis que chega a roda viva, e carrega a roseira pra lá”.

E então, os amigos vão e trazem as rosas de volta. *E pra não dizer que não falei das flores*, foi *caminhando* que as encontrei, eis algumas das mais belas:

Agradeço a **Lisiane Palma Moreira, Juceli Moreira e Julia Palma Moreira; Eliane Palma Laranjeira e Alexandre Laranjeira**, pela “pensão” nestes últimos dois anos, bem como pela amizade e apoio a mim dedicados nos últimos nove anos. Agradeço à **Neiva Arruda Palma, José Augusto Charão Palma e José Eduardo Arruda Palma** pelas manifestações de atenção prestadas ao longo do tempo em que convivemos.

Agradeço a **Luci Schumacher e Rafael Soares Ribeiro** pela amizade e carinho manifestados em todas as horas.

Agradeço a minha mãe, **Maria de Lourdes**, pelo “maetrocínio”. À **Itamar Rubert**, meu irmão, pela paciência das caronas e a **Manoel Domingos**, pelo apoio.

A **Piti, Pita e Osam**: agradeço-lhes pelo fato de fazerem parte de minha vida e por serem exemplos incontestáveis de amizade e companheirismo.

À minha avó **Olga**, muito obrigada por tudo que fizestes por mim, ao longo de toda a minha vida. Agora, estou tentando sobreviver diariamente a dor de tua ausência, que se torna cada vez mais profunda e infinita. Felizmente não partiste sem ver teu nome escrito em minha dissertação. Amor e muita gratidão.

À minha irmã **Salete**, agradeço pelo eterno companheirismo, apoio e compreensão, que, até hoje, não encontrei igual em outros braços.

Às minhas queridas sobrinhas **Maria Eduarda e Mariana**, agradeço por cada sorriso e por cada abraço apertado que ganho sempre que as encontro, e que renovam as minhas energias e esperanças.

“ Fiquei com pena de todos eles, Suzana. Dos que mentem, dos que invejam, dos empertigados, dos ambiciosos, dos que fazem do amor um remédio, um passatempo, um negócio, um paliativo. E percebi quão poucos entre nós chegaram ao sentido final do combate que travamos. Eles não compreendem, Suzana, que nós somos um momento na luta que o homem vem enfrentando através da história, cada vez mais conscientemente, pela felicidade. Não entendem que nós buscamos, em última análise, as condições ideais para o amor. Tanto no coletivo, como individual.”

Luiz Eurico Tejera Lisboa em carta a Suzana –5/7/68

HOHLFELDT, Antonio (Org.). **Condições ideias**

para o amor. Porto Alegre: Tchê, 1993

RESUMO

Neste trabalho buscou-se, através da análise das notícias e editoriais veiculados no jornal *A Razão*, durante o contexto sócio-histórico estruturado da iminência da intervenção militar de 1964, visualizar, partindo da análise da metodologia para interpretação da ideologia, proposta por Jhon B. Thompson, as formas como o jornal *A Razão* colaborou para construir, no contexto regional, um panorama ideológico legitimador da ruptura institucional ocorrida a nível nacional, bem como da ordem autoritária surgida a partir desta ruptura.

Palavras-chave: ditadura militar, Brasil, história política, imprensa, ideologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ESTRUTURADO NACIONAL E LOCAL	15
1.1 - CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ESTRUTURADO BRASILEIRO: DAS AGITAÇÕES A RUPTURA INSTITUCIONAL.....	16
1.2- CONTEXTO LOCAL: SANTA MARIA.....	26
CAPÍTULO 2 – A PREPARAÇÃO PARA O GOLPE MILITAR	31
2.1- A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DO GOVERNANTE JOÃO GOULART.....	32
2.2- A COMUNIZAÇÃO E A CUBANIZAÇÃO-SOVIETIZAÇÃO – A CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO COMO “INIMIGO INTERNO”.....	42
2.3- VISÕES DA HISTÓRIA – PRÉ E PÓS REVOLUÇÃO DE 1930.....	51
2.4- UM GOVERNO ÀS AVESSAS: OS ATOS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART...	54
2.5- DESENVOLVIMENTO DA MENTALIDADE DE REVOLTA.....	64
CAPÍTULO 3 – A RECEPÇÃO DO GOLPE: “SOLUÇÃO” PARA OS PROBLEMAS NACIONAIS.....	71
3.1 – E AGORA JOSÉ?	72
3.2- A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DE CASTELO.....	76
3.3- PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS.....	82
3.4- A DEPURAÇÃO EM MARCHA: ATOS DO GOVERNO CIVIL-MILITAR.....	85
3.5- A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DA NOVA ORDEM.....	99
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o discurso¹ construído pelo jornal *A Razão*, dentro do contexto sócio-histórico estruturado da iminência do golpe militar de 1964 e imediatamente posterior à ruptura institucional.

O diário *A Razão* foi fundado em 1934, na cidade de Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul. Em poucos anos, tornou-se o maior jornal da região, graças à organização de um sólido departamento comercial e do emprego dos serviços ferroviários como meio de distribuição, que lhe permitiram conquistar mais da metade do mercado regional, suplantando a concorrência². Em 1941, Assis Chateaubriand comprou o jornal *A Razão*, submetendo-o a diversas reformas gráficas, visando inseri-lo nos padrões mais modernos da época. Esta reformulação teve como consequência a liquidação do jornal de tribuna, tão comum no interior. Durante a Segunda Guerra Mundial, Chateaubriand rompeu com as agências internacionais de notícias e fundou a sua própria agência – a Meridional, da qual vinham muitas das notícias reproduzidas pelo jornal *A Razão*.

Foram utilizados no presente trabalho 128 editoriais e demais notícias dos exemplares de 1 de janeiro de 1964 a abril de 1965. A análise encerrou-se neste momento porque o jornal parou de produzir editoriais. O último editorial data de 28 de abril de 1965. Não há indícios de produção de editorial até 1980.

¹ Na perspectiva do método de análise da ideologia proposto por Thompson (THOMPSON, Jhon B. **Ideologia e cultura moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.371) - Conceito de discurso para Thompson: “*instâncias de comunicação correntemente presentes*”.

² A respeito do estudo dos antigos jornais do Rio grande do Sul, ver: RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDIUEFRGS, 1993.

A presente análise teve como proposta teórica a *metodologia da interpretação*³ - referencial metodológico para análise das formas simbólicas, proposta por Jhon B. Thompson⁴, mais especificamente, a teoria da hermenêutica de profundidade usada para a análise da ideologia.

Thompson enquadra a interpretação da ideologia como uma forma específica de hermenêutica de profundidade. Para o autor, interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar. Estudar a ideologia, exige a indagação acerca de se o sentido construído e usado pelas formas simbólicas serve, ou não, para manter relações de poder sistematicamente assimétricas, sendo que, após reformular o conceito de ideologia, Thompson o definiu como:

as maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas⁵.

Ideologia pensada de uma forma ampla, é entendida *como o sentido a serviço do poder*. Deste modo, o estudo acerca das construções simbólicas do jornal *A Razão* partiu da seguinte hipótese: o discurso construído e emitido pelo diário contribuiu, ideologicamente, para legitimar, no contexto regional, a ruptura institucional ocorrida no contexto nacional socialmente estruturado de 1964.

Por “formas simbólicas”, Thompson entende “*um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como constructos significativos*”⁶.

Os modos de operação da ideologia propostos por Thompson, bem como as estratégias de construções simbólicas serão os pontos norteadores da estruturação da análise, tendo em vista que deles advém a tônica e as especificidades do discurso construído, a fim de que, a partir destes dados, se possa vislumbrar as formas como o sentido estaria sendo mobilizado para estabelecer ou justificar relações de dominação. Ao longo do trabalho, será utilizado,

³ Esse referencial coloca em evidência o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação, no caso o jornal *A Razão*.

⁴ Op. Cit.

⁵ Op. Cit., p.79.

⁶ Op. Cit., p. 79.

principalmente, a *legitimação*, onde “*relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, pelo fato de serem apresentadas como legítimas, isto é, justas e dignas de apoio*”, cujas construções simbólicas vislumbram-se a partir da estratégia da *racionalização* – “*o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio*” - e da *universalização* - “*interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos*”⁷.

Outra categoria de análise utilizada será a *dissimulação*, onde “*o ocultamento, negação ou obscurecimento de relações de dominação, são apresentadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes*”, como modo geral de operação da ideologia e como estratégia de construção simbólica o *deslocamento* – que se visualiza quando “*um termo usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e com isso conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro, e a eufemização -ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva*”, como estratégias de construção simbólica.

A estratégia da *unificação* também foi utilizada e visualiza-se onde “*relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los*”.

A última categoria utilizada foi a *fragmentação*, onde “*relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado*”.

⁷ Op.Cit. Os modos gerais de operação da ideologia, bem como suas respectivas estratégias de construção simbólica encontram-se nas páginas 82-88.

como mau ou ameaçador”, divulgada a partir da estratégia de expurgo do outro – “construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau e perigoso, contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo”.

Ao estudar ideologia não estamos apenas interessados em analisar um sistema de pensamento ou crença, nem em analisar uma forma ou sistema simbólico tomado em si mesmo. Ao contrário, estamos interessados em alguns dos que podem ser chamados de *usos sociais das formas simbólicas*. Interessa-nos se, em que medida e como as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas. No estudo em questão, interessa-nos de que forma o jornal A Razão contribuiu, ideologicamente, com a ruptura institucional de 1964 e com a nova forma de organização do estado brasileiro surgido a partir dessa ruptura.

Dentro do jornal, optamos por trabalhar, prioritariamente, com os editoriais,

por acreditarmos que ele é a voz opinativa do jornal. A voz não é a de um indivíduo (narrador), mas a de um grupo, marcando, de qualquer forma, uma posição particular de alguns que se alçam a porta-vozes de uma coletividade. É como sua representante que essa voz se autoriza a emitir conceitos pretensamente de todos.⁸

Todavia, também ocuparemos manchetes, crônicas e reportagens distribuídas na capa e na contra capa do diário, onde situavam-se as matérias de ordem política, a níveis estadual e federal, e, para o capítulo de contexto local, a última página do jornal, que era a destinada às notícias de Santa Maria e região.

No ano corrente, em que o golpe militar de 1964 completou 40 anos, ainda não existem estudos sobre a ditadura militar em Santa Maria. Frente ao contexto rio-grandense, a cidade destaca-se por possuir o segundo maior contingente militar do Brasil, perdendo apenas para a cidade do Rio de Janeiro. Fato significativo, cuja relevância se dá no entendimento do contexto histórico da ruptura institucional de 1964. Ao mesmo tempo em que Santa Maria possui a primeira e maior universidade do interior do Brasil, criada poucos anos antes do golpe militar, em 1960.

⁸ OLIVEIRA, Maria Rosa de. **João Goulart na imprensa -de personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993, p.55.

De um lado, um centro de saber por excelência, de outro, diversos órgãos militares. E, no centro desta análise, o jornal de maior influência e circulação em Santa Maria e região durante a década de 60.

Como afirmou Motter⁹: “*o poder lhe confere a palavra e a palavra lhe assegura o poder*”. Nesse sentido, a manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade. O jornal também participa do fazer da História, podendo refrear ou estimular movimentos sociais. É justamente esta participação do jornal *A Razão* na história recente do Brasil, considerado o âmbito local-regional, que pretendemos pesquisar no presente trabalho.

Da mesma forma, consideramos demasiado pertinente o estudo deste período dentro de um contexto local, sendo que são raros os estudos em nível deste contexto acerca da ditadura militar. Também visualizamos a importância de ocuparmos um jornal do interior, distante dos grandes centros que, normalmente, são os objetos de estudos.

O fato de o jornal *A Razão* estar inserido economicamente dentro de uma estrutura capitalista dos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, ter por função ser o porta-voz dos anseios da população a que se destina, cria uma ambivalência na construção do discurso, caracterizada pela sua funcionalidade de órgão comunicador.

No primeiro capítulo, desenvolveremos uma breve síntese do contexto, local e nacional, do pré e pós ruptura institucional. As notícias de caráter local veiculadas no jornal *A Razão*, servirão como base para a construção do contexto local da cidade de Santa Maria. Já para o entendimento do contexto nacional, dispomos do uso de bibliografia considerada mais pertinente.

O segundo capítulo objetiva mostrar as construções simbólicas geradas durante o contexto da iminência da ruptura institucional, mais precisamente de 1º de janeiro a 31 de março de 1964. Através das temáticas e das formas de abordagens destinadas á estes temas,

⁹ MOTTER, Maria Lourdes. **História e imprensa**. In Revista Comunicação e Artes, Ano 15, n.24, set/dez, 1990, p. 58.

buscaremos conceitualizar a posição ideológica defendida pelo jornal *A Razão*, na criação de um contexto ideológico favorável à ruptura institucional.

O terceiro capítulo objetiva elucidar as formas como, através de construções simbólicas, o jornal *A Razão* corporificou o seu discurso, diante da ruptura institucional e da “nova ordem” política estabelecida.

Pensamos que o tema aqui proposto não se esgota neste trabalho. Dessa forma, pretendemos avançar nesta temática em estudos futuros.

CAPÍTULO 1:

CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ESTRUTURADO

NACIONAL E LOCAL

“ A industrialização acelerada dos anos 50 provocou a emergência de uma burguesia ligada às empresas de grande porte, dependente dos investimentos estatais e do capital multinacional; os canais criados durante o governo de Juscelino Kubitschek propiciaram o desenvolvimento de uma política econômica visando a realização dos interesses dessa fração. Porém, o controle do poder político encontrava-se em outra fração da burguesia que ascendeu ainda no estado Novo (setores tradicionais da oligarquia agrária, essencialmente nacionalistas, voltados para a agroexportação, vital na obtenção de divisas do exterior). Por outro lado, a nova burguesia tratou de reforçar e ampliar a sua força política, principalmente pela atuação de entidades civis. Com João Goulart na presidência, a acentuação da crise econômica e o arcaicamento da luta de classes, a possibilidade de uma ruptura no processo de crescimento econômico do país teve de ser freada. Esgotava-se assim o pacto populista”.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento –1964-1974. EDIPUCRS, 2002, p.16.

Capítulo 1:
CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ESTRUTURADO
NACIONAL E LOCAL

1.1 - CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO ESTRUTURADO BRASILEIRO: DAS AGITAÇÕES A RUPTURA INSTITUCIONAL

Desde os anos 30 populismo e industrialização caminharam juntos. Porém, durante a década de 60 chegava o momento em que as contradições acumuladas ao longo dos anos não tinham saída viável no regime democrático¹⁰.

O Partido Trabalhista Brasileiro foi o partido que mais cresceu na década de 50 e início da década de 60, beneficiando-se da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro e do crescimento do operariado urbano. Já a União Democrática Nacionalista e o Partido Social Democrático, não tiveram a mesma sorte neste período, perdendo inúmeras cadeiras nas câmaras.

O desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek reorientou, em termos, a política econômica de Vargas. Uma das principais características de seu governo foi a estabilidade política, alcançada pela aliança feita com o Exército e por sua habilidade no trato com os diferentes grupos sociais e de oposição. As liberdades individuais foram garantidas. O PCB foi mantido na ilegalidade.

O crescimento econômico ocorrido durante o governo de JK deu-se graças aos investimentos estrangeiros e empréstimos externos, possibilitando a entrada de diversas multinacionais no Brasil. Os juros da dívida externa “engoliram” grande parte das riquezas

¹⁰ “Não interessava mais a burguesia o reformismo. Este se convertera na ante-sala do socialismo. Devido a essa situação objetiva e subjetiva, a burguesia brasileira optou pela contra-revolução e por uma aliança desfavorável com o grande capital internacional, com o latifúndio e com os setores reacionários da pequena classe média”. SANTOS, Theotonio dos . **Evolução histórica do Brasil – da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1993.

nacionais, fazendo com que cada vez menos dinheiro fosse investido em obras de caráter social.

A inflação era um grande problema para Jânio Quadros resolver, quando assumiu o governo em 1961. Uma de suas primeiras atitudes foi reduzir o crédito estatal dado aos empresários e congelar os salários. Isso descontentou a burguesia, pois esses dependiam da ajuda econômica do governo para o crescimento e manutenção de suas empresas. Jânio parecia ter esquecido as forças que o sustentavam, quando ignorou o contexto internacional e reatou relações diplomáticas com países socialistas, visando a aumentar o mercado exportador brasileiro. Porém os grupos conservadores ligados aos Estados Unidos reagiram.

Jânio Quadros não demorou a desgostar as forças políticas de direita que o apoiaram, em especial da UDN. Apesar de constituir um Ministério comprometido com os grupos multinacionais – ou imperialistas, como se dizia mais claramente naquele tempo -, ensaiou algumas medidas de independência que incomodaram certos setores¹¹.

Nesse momento Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional, declarou para os meios de comunicação que Jânio pretendia dar um golpe e fortalecer-se no poder. No outro dia, 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou.

João Goulart era vice de Jânio e assumiu após sua renúncia. Paulatinamente perdia sustentação política, pois o pacto populista já não possuía mais lugar na sociedade brasileira, onde a industrialização e a urbanização encontram outras formas de mobilização social. Os operários, após passarem por um período de abertura democrática, estavam mais organizados e os sindicatos não possuíam mais a influência direta do governo. Jango acabou por aproximar-se politicamente da massa de trabalhadores que, quando chamados a apoiá-lo não corresponderam da forma pretendida. No próximo capítulo demonstraremos como o jornal *A Razão* construiu a figura de João Goulart.

¹¹ CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 1964 e a ditadura militar**. Moderna, São Paulo, 1994, p. 9.

O ano de 1961 registrou um pico de greves, que muitas vezes eram coordenadas, direta ou indiretamente, pôr Jango e serviam de instrumento de barganha perante a burguesia.

Entretanto, a maioria udenista se aproximou da corrente militar inimiga de Jango, e vários de seus membros integraram a ultraconservadora Ação Democrática Parlamentar. Esses círculos incentivaram e promoveram o golpe de Estado que poria fim ao regime instituído em 1945.¹²

No início da década de 60, a oposição ao governo de Goulart cresceu, principalmente nos meios militares, onde justamente a conspiração golpista se delineou, fortalecida pelos partidários de uma “intervenção defensiva” contra os “excessos” do governo e que contava com o apoio dos agentes da CIA.

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede da conspiração contra o governo de João Goulart, com a colaboração não só de militares brasileiros, mas, também, de latifundiários, comerciantes e industriais, amatlhando os radicais da direita para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e anti-guerrilha¹³.

A politização de setores militares –baixos escalões chegando aos marinheiros e fuzileiros navais -era visível pela sua crescente presença nas campanhas antiimperialistas, já em 1962. Nesse momento, o PCB aparecia como força pacificadora para os sargentos e marinheiros e o nacionalismo brizolista como belicoso.

Entre 1962 e 1965 ocorreu a primeira crise cíclica interna do capitalismo brasileiro. O modelo de substituição de importações tornava-se inviável diante do crescimento econômico alcançado durante o governo de Juscelino Kubitschek. O aumento do capital produtivo contrastava com a oferta de meios de produção e a demanda de bens de consumo.

A constituição de uma classe enquanto dirigente pressupõe a construção de um projeto hegemônico, que contemple as instâncias política, econômica, jurídica e ideológica, onde os interesses desse grupo social podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados.

¹² FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001, p 49.

O dia mais representativo diante da periodização do presente trabalho, com certeza, é 31 de março de 1964. Esse dia representa o marco referencial da seqüente modificação na estrutura política, econômica, jurídica e social que aconteceu no Brasil e cujas marcas podem ser vislumbradas mesmo passados 40 anos.

A burguesia fora cotada como apoiadora das reformas estruturais, porém, paulatinamente, foi se afastando dessa esfera política de incertezas que causou alvoroço aos investidores, devido á crescente mobilização social. Essas reformas econômicas tinham diretriz antiimperialista e de expansão estatal, sendo defendidas pela massa de trabalhadores, setores das camadas médias e a burguesia nacionalista. Não possuíam um caráter revolucionário. Muitas idéias reformistas de Jango eram entendidas como uma tentativa de desenvolver o socialismo no Brasil. Qualquer alteração, por mínima que fosse, soava como perigo aos ouvidos dos investidores, principalmente ao grande capital internacional¹⁴.

De ambos os lados o confronto parecia inevitável. A assembléia dos marinheiros (que durou de 25 a 27 de março de 1964) foi o episódio que consolidou esta posição. Na madrugada de 31 de março, em Minas Gérias, os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes puseram suas tropas em movimento. O golpe, que tinha data marcada para 2 de abril pelo general Castello Branco, teve de ser antecipado.

A conspiração é fruto de uma situação política concreta, mas não nasce espontaneamente. Precisa de pretextos para viabilizar a reunião de forças em torno de um plano golpista. Os pretextos são abundantes. A conspiração pode começar meio indefinida, anos antes do momento em que obterá seus resultados práticos¹⁵.

Com a deposição de Jango, os chefes militares assumiram o controle político do país. O golpe de 1964 foi mais um evento dentro do limitado sistema de representação brasileiro.

¹³ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

¹⁴ “Essas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia”. Bandeira, Moniz, Op. Cit., p. 164.

¹⁵ Op. Cit., p. 39.

Quanto menos desenvolvida a opinião pública e a democracia, mais fácil torna-se a introdução do autoritarismo e da militarização na política.

Em 1º de abril Jango voou para Brasília e evitou ações que pudessem resultar em derramamento de sangue. Na noite do mesmo dia Jango viajou de Brasília para Porto Alegre e o cargo de presidente foi declarado vago, sendo assumido posteriormente por Ranieri Mazzilli - presidente da Câmara dos Deputados.

Na destituição de João Goulart, destruiu-se o pacto populista e reformulou-se o espaço político. A concepção de que o subdesenvolvimento do país era fruto do insuficiente desenvolvimento capitalista interno, e não componente da exploração capitalista, fez com que as metas girassem em torno da questão da adequação da economia.¹⁶

Em 15 de abril de 1964 Castello Branco assumiu a presidência da República, lá permanecendo até 1966. Segundo Theotônio dos Santos (1995, p.190): “*Castello era um liberal conservador, que acreditava no estabelecimento de um regime constitucional autoritário, que excluísse os comunistas e os esquerdistas da vida nacional*”. O grupo castelista objetivava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o para evitar a ameaça comunista. Para realizar tal empreendimento formularam o Programa de Ação Econômica do Governo –PAEG, que reduzia o déficit do setor público e comprimia os salários. O regime autoritário permitiu a conjugação de esforços para a implementação do plano. O autoritarismo foi um dos elementos da modernidade dentro do processo de industrialização.

O avanço nas lutas dos trabalhadores alcançado de 1961 a 1964 vivia agora um momento de incertezas. A greve geral convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores em 31 de março só teve cumprimento nas cidades de Santos, Rio de Janeiro, e em alguns setores ferroviários no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Os setores esquerdistas do país ficaram mergulhados numa inércia de ação, a espera de algum milagre que se propusesse lutar contra o regime instaurado. Logo após o golpe, Brizola

tentou unir forças para lutar e tentar mudar o quadro que se delineava, assim como havia feito em 1961, mas, como a história pôde mostrar-nos, não alcançou êxito.

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre as chefias personalistas, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isso em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida.¹⁷

A retirada de João Goulart da presidência da república e a ocupação do cargo pela oficialidade militar que geriu e conduziu o golpe representou o início de uma era que durou 21 anos e marcou para sempre a história do nosso país.

A coalisão civil-militar chegou ao poder dizendo que restabeleceria a legalidade assim que “organizasse a casa”. A faxina começou sob a justificativa de erradicar o comunismo do Brasil, eliminando o “inimigo interno” que se infiltra nas fábricas, nas universidades, nos bairros, atrapalhando assim, segundo a ótica golpista, o pleno desenvolvimento do país.

A primeira etapa do processo (intervencionista) centralizou-se nas conjunções acerca da construção de uma visão globalizante da sociedade ligada à questão da ordem, a fim de superar antagonismos para fortalecer o Estado. Operou-se então, a fundação dos mecanismos de legitimação e justificação do processo intervencionista com a expansão dos papéis das Forças Armadas, para viabilizar a execução de um projeto.¹⁸

O golpe militar foi uma contra-revolução dentro da suposta revolução que estaria em curso, de acordo com a ótica da coalisão golpista. No campo político, a coalisão intervencionista procurou quebrar a união entre as associações de trabalhadores e o aparelho político nacionalista. No campo ideológico, aplicou a censura á imprensa e estabeleceu a doutrina de segurança nacional como princípio norteador a todos os cidadãos e brasileiros.

Nesse sentido, os Atos Institucionais vieram como patrulas sobre a Constituição e a vida da população, pois atingiam diretamente as liberdades pessoais. O primeiro deles, o Ato Institucional número 1, teve como égide o binômio segurança e desenvolvimento –binômio este, que acompanhou todos os atos e atitudes do regime militar- e lançou as bases legais para

¹⁶ DOCKHORN, Gilban Veiga. Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento –1964-1974. EDIPUCRS, 2002, p.22.

¹⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1999, p.79.

¹⁸ Op. Cit., pg. 20.

a criação da Doutrina de Segurança Nacional. O Congresso Nacional foi mantido, mas com reservas. O AI nº1 suspendeu, temporariamente, a imunidade parlamentar, abrindo espaço para as cassações. Seu artigo 8º lançou o propósito de criação dos Inquéritos Policiais Militares, ao estabelecer que inquéritos e processos seriam instaurados, visando a apuração da responsabilidade pela prática de crimes contra o Estado ou o seu patrimônio e a atos de guerra revolucionária. Os IPMs tornaram-se mais uma arma a ser utilizada na eliminação do “inimigo interno”. Multiplicavam-se listas com nomes de funcionários públicos, professores, políticos e militares que seriam demitidos ou teriam sua aposentadoria compulsória decretada.

Maria Helena Moreira Alves acrescenta:

Os expurgos nas Forças Armadas durante o primeiro ano tiveram dupla função: eliminar todo o pessoal militar que estivera estritamente associado ao governo anterior e estabelecer a predominância da ESG e da extrema direita.¹⁹

Eleito pelo 1º colégio eleitoral o Gen. Castelo Branco tornou-se o presidente em 15 de abril de 1964. Dentro do grupo das Forças Armadas que planejou o golpe havia divergências quanto a forma de comandar o processo de desenvolvimento. De um lado a chamada “linha dura”, encabeçada por Costa e Silva que foi Ministro da Guerra de Castelo Branco e tornou-se presidente em 1967. De extrema direita, defendiam o uso da força e da repressão de imediato. Já os chamados castelistas, ligados à Escola Superior de Guerra, almejavam um desenvolvimento em longo prazo e com menor uso direto da força repressiva do Estado.

Os movimentos populares ligados a sindicatos, estudantes, ligas camponesas e a religião católica que obtiveram acelerado impulso no início dos anos 60, foram os alvos principais de perseguição desde o início da ditadura. A forma mais rápida e certa de desmobilizar esses movimentos utilizada pelo regime foi caçar seus líderes, deixando o movimento acéfalo.

No dia posterior ao golpe, a sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, foi destruída. O jornal *A Razão* de 5 de julho de 1964 anuncia: “*Castelo Branco*

¹⁹ ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1987)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.64.

assina a extinção da UNE: criou o Conselho Nacional dos Estudantes para substituí-la". Mas a UNE reorganizou-se e passou a agir na clandestinidade.

O governo reestruturou os diretórios de representação estudantil, delegando-lhes tarefas administrativas e recreativas. Através da lei nº 4464, de 9/11/1964, o Ministro da Educação e Cultura estabeleceu que o voto dos estudantes para eleger os diretórios passaria a ser obrigatório, sob pena de perda das provas na faculdade.

Para controlar os sindicatos não foi preciso grandes feitos, pois estes eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, que já lhes impunha rigoroso controle. O I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizou-se em Belo Horizonte, em 1961. Em março de 1963 Jango sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural, a partir do qual o trabalhador rural passou a ter carteira de trabalho e direitos trabalhistas. Os líderes das Ligas Camponesas foram submetidos à inquéritos policiais militares e o sindicato rural passou a ser regido pela CLT. Para Bóris Fausto (2001, p.444) *“as migrações aproximam campo e cidade, facilitando a tomada de consciência de uma situação de extrema submissão, pôr parte da gente do campo”*.

Uma parte da Igreja Católica mais voltada para o social reconhecia que o comunismo avançava porque o desenvolvimento do capitalismo trazia consigo muitos males, pelos quais os governantes nem sempre se responsabilizavam, fazendo com que uma grande parcela da população ficasse desassistida e acabasse por utilizar-se de formas de reivindicação consideradas subversivas pelo governo.

O Serviço Nacional de Informações, foi criado para “espionar” os possíveis perturbadores da ordem. Todos seriam suspeitos, até que se quisesse provar o contrário. A institucionalização das informações era necessária para garantir a implementação do modelo de desenvolvimento econômico pretendido para o Brasil, sem maiores intempéries.

Dentro das Forças Armadas realizou-se uma reformulação doutrinária após a Guerra Fria e, principalmente, após a Revolução Cubana. A importância desta instituição do Estado aumentava cada vez mais, pois sua missão de salvaguardar os interesses da pátria, estava em destaque dentro do contexto de eminentes revoltas na América. A Escola Superior de Guerra, criada em 1949, embasou-se em estratégias norte-americanas e também no autoritarismo brasileiro das décadas de 20 e 30. A ESG foi fruto direto da Guerra Fria e da nova ordem estabelecida no mundo. Calcada no dueto segurança e desenvolvimento, propunha a superação do subdesenvolvimento através da mobilização conjunta do capital nacional e internacional, tendo por trás um Estado forte.

A ESG tinha como uma de suas finalidades desenvolver a análise e o entendimento dos condicionantes políticos, econômicos e militares que determinariam as melhores táticas a serem utilizadas no processo de desenvolvimento econômico.

A partir de 1964, outra etapa do capitalismo brasileiro passou a preponderar: a associação de capital e interesses políticos e militares nacionais e estrangeiros, também conhecida como internacionalista ou de associação ampla.

O golpe militar foi um contra-revolução dentro da suposta revolução que estaria em curso. No campo político, a coalisão golpista procurou quebrar a união entre as associações de trabalhadores e o aparelho político nacionalista. No campo ideológico aplicou a censura da imprensa e estabeleceu a doutrina de segurança nacional como princípio de todos os cidadãos brasileiros.

Segundo Jacob Gorender²⁰ podemos compreender o comportamento das Forças Armadas sob os seguintes enfoques: a) o instrumental – as Forças Armadas como órgão coercitivo do Estado burguês; b) o organizacional- organização baseada na hierarquia e na disciplina tendendo a autopreservação; c) a origem de classe – como segmento da classe média.

A atuação das Forças Armadas não foi coesa ao longo da História do Brasil, não sendo diferente no pré e mesmo pós 64. A maior parte da oficialidade uniu-se em torno do anticomunismo, restando uma minoria comprometida com a frente nacionalista.

O somatório dos processos de organização política, de estratificação social e de industrialização resultou numa sistemática desconstituição das instituições políticas no país, sendo ponto culminante a supressão das liberdades individuais e da democracia.

1.2 - CONTEXTO LOCAL: SANTA MARIA ²¹

Durante a década de 50 e 60, a política municipalista santamariense baseava-se muito nos programas políticos e ideológicos de cada partido em nível nacional, que procuravam reproduzir este discurso para a política local. Na década de 50, Santa Maria era uma cidade de pequeno porte. Não tinha uma forte produção industrial devido à falta de infra-estrutura, com uma precária prestação dos serviços ferroviários -que já estavam em larga decadência, falta de energia elétrica, de telefone, de água potável e de estradas trafegáveis. Nesta década, a influência da União Democrática Nacionalista era fraca e existia uma forte aliança da oficialidade militar com o Partido Trabalhista Brasileiro²², em nível local.

Em janeiro de 1964, o prefeito eleito Paulo Devanier Lauda, seu vice Adelmo Simas Genro, e demais vereadores eleitos no pleito de 1963, tomaram posse. Logo que assumiu, Paulo Lauda adquiriu vários empréstimos, com a aprovação da Câmara, objetivando sanear algumas das dificuldades mais urgentes do município.

²⁰ Op. Cit., p. 47.

²¹ Não se pretende aqui fazer uma revisão bibliográfica exaustiva do período. Os elementos fundamentais do contexto sócio-histórico são retomados na perspectiva de Jhon B. Thompson, isto é, como situação espaço-temporal, em relação a qual desenvolve-se a análise da ideologia, na perspectiva do autor.

²² Sobre a política local na década de 1960, ver a monografia: FAVARIN, Magale. **A política em Santa Maria durante o segundo governo de Vargas- 1951-54.**, defendida no curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Federal de Santa Maria, em março de 1999.

Em fevereiro de 1964, o jornal anunciava: “860 vagas na USM para o vestibular de 1964”- com 1996 candidatos concorrentes. Nesse momento a Universidade de Santa Maria tinha 12 cursos: Veterinária, Direito, Medicina, Agrotécnica, Agronomia, Economia, Filosofia, Belas Artes, Enfermagem, Farmácia, Odontologia e Politécnica.

No dia da ruptura institucional, o então prefeito estava afastado do cargo, sob licença pessoal, só retornando ao comando do município em 14 de abril. O prefeito em exercício era o vice Adelmo Genro. Este fato se repetiria diversas vezes ao longo dos meses em que estiveram na prefeitura.

Em abril de 1964, várias homenagens às Forças Armadas foram prestadas pela sociedade santamariense. O jornal *A Razão* de 10 de abril anuncia: “*José Mariano da Rocha Filho -reitor da USM, juiz municipal, bispo, Rotary Clube e Lions Clube apoiam a “justa homenagem, que não tem nenhuma vinculação político-partidária, sendo nitidamente cristã”*”. No mesmo dia, faz saber que: “*Comércio e bancos em movimentação normal*”- segundo o diário isso ocorre porque a população de Santa Maria estaria otimista e tranqüila em relação à situação do Brasil e dos problemas locais mais prementes.

Logo começaram a surgir as notícias de alterações nas estruturas políticas e sociais em nível local. A exemplo, a nomeação de interventores para a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, para a Coordenadoria Regional dos Correios e Telégrafos, para o Serviço de Repressão ao Contrabando, para a União Santamariense dos Estudantes e para a Inspetoria Seccional do Ensino. Para a ocupação destes cargos, foram designados superiores do Exército tanto da ativa, como da reserva: “*Intervenção na Rede Federal SA – espera-se para os próximos dias a destituição dos diretores e superintendentes de unidades de operação*”²³.

Em 10 de maio sai o primeiro de vários relatórios realizados pelos interventores recém nomeados:

Relatório da intervenção federal na Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea: Através dos desmandos praticados pela administração oposta, quer pela irregular e criminoso condução dos negócios sociais, quer pelo livre e ostensivo trabalho subversivo, contra a ordem constituída e de um agressivo processo de comunicação, inspirado e dirigido pelos próprios administradores, a cooperativa tornou-se uma das

²³ “*Intervenção na Rede Federal AS*”- 16/4/1964, última página.

maiores células subversivas, da cidade, onde comunistas e inocentes úteis se irmanavam, para transformar a meritória instituição, em foco de alta periculosidade.

E as trocas nos comandos militares continuaram: *“Chegará amanhã novo comandante da 3ª Divisão de Infantaria, ex-chefe de Gabinete do estado Maior do Exército, o general de Brigada José Sinval Monteiro Lindemberg”*²⁴.

Em 17 de abril, os representantes dos setores vitoriosos em 31 de março organizaram a “Marcha do agradecimento”, manifestação de homenagem à ação das Forças Armadas. Este ato movimentou a cidade, inclusive com a decretação de ponto facultativo nos órgãos públicos. A troca de manifestações de apoio entre as Forças Armadas e parte da população era mútua. O diário do dia 9 de maio anuncia que: *“Amanhã grande ato cívico-religioso à Avenida Rio Branco: ato promovido pelas Forças Armadas em homenagem ao povo de SM e ao dia das mães”*.

Em fins de abril, o jornal anuncia: *“Major manda congelar alguns preços de artigos de primeira necessidade- Major Carlos Aspar, chefe do órgão de Controle de Preços e Estoques de SM diz que o custo de vida baixou”*²⁵.

No início do mês de maio, a Divisão de Infantaria revela os nomes das primeiras pessoas detidas. Nesta, o prefeito e o vice ainda seriam poupados. Em 8 de maio de 1964, o *A Razão* anuncia que Lauda e Genro sairiam da prefeitura e a Câmara de Vereadores elegeria - de forma indireta- o próximo prefeito. O presidente da Câmara -Waldir Aita Mozzaquatro - assumiu interinamente a prefeitura, escolhendo seus novos secretários e nomeando os novos subprefeitos. Enquanto isso, o reitor da Universidade de Santa Maria viajava seguidas vezes para os Estados Unidos, a fim de angariar verbas para o ano de 1965.

“Rigor absoluto na DOPS no município de SM”: a reportagem do jornal *A Razão* procurou saber detalhes sobre o funcionamento da Divisão de Ordem Política e Social do

²⁴ 13/5/1964, última página.

²⁵ 28/4/1964, capa.

Departamento de Polícia Civil, ao mesmo tempo em que ressaltaram a importância do órgão diante do período de erradicação do comunismo que vivia o país. Foi o delegado Rui Weber Dias, da 1ª Delegacia de Polícia, que falou ao jornal, dizendo que estavam realizando investigações, cumprindo ordens traçada pelo Sr. Major Léo Etchegoyem –Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul e pelo Sr. Rubens de Souza Rodrigues –delegado da 3ª Região Policial, e que “ficou afeto à Polícia Civil a órbita relacionada com as profissões liberais”²⁶.

Em 15 de maio, a Câmara de vereadores de Santa Maria elegeu para prefeito Miguel Meirelles, médico, 62 anos, que representava a seguinte coligação: PSD, PDC, PL e MTR. Para vice, foi apontado Francisco Alvares Pereira.

O DOPS trabalhava rapidamente. Muitas pessoas foram ouvidas e outras implicadas em inquéritos em poucos meses de novo regime. Até o final de maio de 1964, o jornal afirmava que cerca de 80 pessoas já teriam sido ouvidas e mais 51 o seriam nos próximos dias. Deste montante, 35 foram implicadas em subversão, tendo sido decretado seus respectivos pedidos de prisão. Dentre os presos, o conhecido líder ferroviário Baltazar Mello, segundo o jornal *A Razão*, teria declarado, em manifesto através do serviço de Relações Públicas da 3ª Divisão de Infantaria, que: “decidi renunciar de público a toda e qualquer vinculação minha com as idéias e ideais do marxismo-leninismo”.²⁷ Veja-se, neste sentido, a desconstrução do comunismo em nível local, não sendo de forma divergente ao que aconteceu nos grandes centros.

Em julho de 1964, a carne foi racionada em Santa Maria. No mesmo mês, inicia-se a campanha de sociedades de bairros, promovida pelo Rotary Clube da cidade, com o patrocínio e apoio do jornal, tinha como lema: “No bairro em que você e sua família moram há muito que fazer”. O que antes era dever do Estado, agora seria dever de cada cidadão. Desta forma,

²⁶ 6/5/1964, “Rigor absoluto na DOPS no município de Santa Maria”, última página.

²⁷ 6/6/1964, “Renuncio ao comunismo conhecido líder classista: Baltazar melo”, última página.

incutia-se na população a idéia de inserção política, gerando um maior apoio por parte da população diante do empreendimento da obra de reestruturação político-administrativa local.

Em 10 de setembro, o diário informa que teria sido decretada a prisão de Adelmo Genro, Paulo Lauda e outros, inclusos na lei de Segurança Nacional, e continuavam sob auditoria os outros inquéritos realizados no setor estudantil, inclusive com uma lista com nomes como João Gilberto Lucas Coelho e Renan Kurtz. Os professores da rede estadual de ensino também não escaparam dos inquéritos e das punições. Muitos foram aposentados e outros simplesmente afastados do exercício do magistério.

Os professores da rede municipal de ensino sofreram sanções, como por exemplo, a troca forçada das escolas em que lecionavam em 1964. Este ato deu início a um “rodízio” dentro das escolas. Para traçarem o programa do ano letivo de 1965, os professores teriam de remeter-se, diretamente e individualmente, ao Secretário de Educação de Santa Maria, Antonio Toaldo. Esse rodízio objetivava o não surgimento de raízes e vinculações de cunho partidário e/ou ideológico dentro das escolas, que pudesse vir a representar algum tipo de subversão da ordem. Constantes cursos de aperfeiçoamento passaram a fazer parte da rotina dos professores municipais de Santa Maria.

Em outubro o *A Razão* noticia: “*Expurgo de professor da USM*”²⁸ - Paulo Lauda, acusado de organizador do Grupo dos Onze e Eduardo Martins de Oliveira Rolim, acusado de atos contrários ao regime democrático (ambos da Faculdade de Medicina) foram demitidos de seus cargos. Além de perder o cargo de prefeito, Paulo Lauda também teve que deixar de ser professor. O mesmo aconteceu com seu vice, Adelmo genro, que era professor da rede pública estadual e foi demitido pelo regime militar. No dia 10 do mesmo mês, saiu a lista com os nomes dos servidores que teriam aposentadoria forçada e outros que foram absolvidos, num total de 150 processos apreciados pela comissão Especial de Investigações instituída pelo governo do estado.

A administração de Miguel Meirelles contou com largo apoio do governo federal. O então prefeito de Santa Maria recebeu medalha do pacificador, conferida por Costa e Silva, Ministro da Guerra. Meirelles renunciou ao cargo em novembro de 1964 e assumiu a Secretária da Fazenda do estado em janeiro de 1965, convidado pelo governador Ildo Meneghetti. Nesta mesma data, três secretárias estaduais eram ocupadas por santamarienses, a saber: Solano Borges – Interior, Meirelles -Fazenda e Hélio Helbert dos Santos –Saúde, com outros 3 deputados: Nelson Marchezan, Fidelis Coelho e Heitor Campos.

A Universidade de Santa Maria foi um dos órgãos privilegiados pelas verbas do regime militar. Em fevereiro de 1965, Tarso Dutra, deputado federal pelo Partido Social Democrático, anunciou a inclusão no orçamento federal de quase 8 bilhões destinados à USM, o que equivalia, á época, aproximadamente 8 vezes o orçamento da cidade de Santa Maria.

O primeiro aniversário da Revolução foi comemorado festivamente na cidade, através de uma grande parada cívico-militar, que teria tomado conta das ruas centrais. A Câmara local aprovou congratulações pelo primeiro aniversário da Revolução.

CAPÍTULO 2:

A PREPARAÇÃO PARA O GOLPE MILITAR

²⁸ 9/10/1964, Agência Meridional, Rio de Janeiro, capa.

“Os comunistas querem a desordem econômica e financeira do País; o que lhes convém é o clima de anarquia e desespero que resultará de uma conflagração provocada pelos sonhos vessânicos do sr. Goulart e de seu digno cunhado; serve-lhes igualmente o advento de um golpe de cunho militarista, abrindo caminho às condições que lhes permitam, afinal, apoderar-se do Brasil, para dividi-lo. Prestes e seus asseclas, cumprindo instruções de Moscou, contentam-se com uma parte do nosso território para implantar nele um regime comunista sob a proteção dos foguetes russos. Não escondem que o seu intuito principal, neste momento, é satisfazer a aspiração soviética, dentro de sua estratégia mundial, de estabelecer um “pied à terre” no continente americano”.

Jornal *A Razão*, 31/3/1964, editorial intitulado “O caos como fim”.

Capítulo 2:

A PREPARAÇÃO PARA O GOLPE MILITAR

2.1- A FIGURA DO GOVERNANTE JOÃO GOULART

João Goulart é uma das figuras de maior destaque no contexto que antecede o golpe militar de 1964. Pôr esse motivo resolvemos iniciar este capítulo examinando como o jornal *A Razão*, através de seus editoriais, manchetes e algumas reportagens selecionadas, constrói a figura deste ex-presidente do Brasil.

Durante o primeiro trimestre de 1964, Jango é presença quase diária nos editoriais do jornal *A Razão*. Termos e adjetivos pejorativos não são poupados, indo ao encontro da linha majoritária na grande imprensa do país no período²⁹. A construção da sua imagem de forma negativa, como sendo um governante despreparado e até desleal com a pátria ao pretender ferir a Constituição brasileira e, segundo defende o jornal, instalar uma ditadura comunista no Brasil, fazia parte da lógica da coalisão civil-militar que objetivava desestabilizar o governo para legitimar a ruptura institucional.

Essa construção negativa da imagem de Jango, a redução e até a anulação de sua importância e sua influência política e social dentro e fora do país, objetivava extirpar o ícone representativo de um período de grande avanço nas lutas sociais no país, consideradas agitações político-comunistas pela coalisão civil-militar que viria a desferir o golpe.

São projetos diferentes, e até antagônicos, de desenvolvimento para o Brasil (conforme discutido acima). É deste ponto axial que emanam todas as contradições que darão a tônica específica do período estudado.

O jornal *A Razão* começa o ano de 1964 com um discurso de conteúdo alarmante para seu leitor. No dia 1º de janeiro as previsões para o ano que começava não eram nada boas. Sob o título de “*Discurso presidencial de fim de ano*”, o editorial analisou brevemente o ano de 1963 como sendo de grandes agitações sociais e instabilidade política que teriam gerado um clima de intranqüilidade, aliás como o jornal sustenta que teria sido desde a renúncia de Jânio Quadros: “*Assim, a todos interessa saber se o presidente da República pretende conservar o Brasil no curso de 1964, no mesmo clima de intranqüilidade em que foi colocado desde a renúncia do sr. Jânio Quadros.*”

Em seu último parágrafo o editorial diz:

²⁹ Para saber mais sobre a forma como alguns dos jornais mais importantes do país: O estado de São Paulo, Última Hora e Folha de São Paulo, construíram a figura de João Goulart, ver: OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa – de personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993.

Se 1964 for idêntico a 1962 e 1963, o nome do sr. João Goulart, ao ser inscrito na história brasileira, levará marcas tão degradantes que não supomos haja político disposto a aceitá-las sem lutar, pelo menos para salvaguardar a posição dos seus descendentes. Por isso, temos a esperança de que o sr. João Goulart – pensando talvez em seus filhos – não deseje que a sua imagem, na projeção futura, conserve a atual forma; e para melhorá-la, uma única coisa precisa o presidente fazer: administrar, o que até agora, forçoso é confessar, o chefe da nação não o fez.

Seguindo os modos de operação da ideologia propostos por Jhon B. Thompson, podemos observar o uso da legitimação, através da estratégia simbólica da racionalização, onde uma cadeia de raciocínio foi criada em torno da desconstrução da figura pública e política de João Goulart afirmando que, até o momento em questão, ele sequer teria conseguido administrar o país, procurando, assim, justificar a necessidade da mudança do governante e da forma de governar, direcionando, assim, a atenção dos ouvintes para o apoio irrestrito a esta mudança.

A manchete de título: *“Jango o único culpado – Brasil caminha para ditadura pior que a Cubana”* afirma:

Especialmente convidado, o deputado Antônio Carlos Magalhães fez na Câmara Municipal uma palestra a respeito da situação brasileira. Responsabilizou o governo federal pelo descalabro financeiro e pela anarquia administrativa reinantes no país, acentuando: - O Brasil marcha para uma ditadura pior do que a de Fidel Castro. Se isso, para desgraça dos brasileiros, ocorrer, o responsável único é o sr. João Goulart, que não governa porque não tem capacidade para fazê-lo.³⁰

Na época Antônio Carlos Magalhães era representante da União Democrática Nacional. Aqui também se constrói uma cadeia de pensamento, onde julga-se que o país não tem um presidente da República com capacidade para governar, bem como que sobre ele recaem acusações de culpa pela crise financeira. É razoável inferir que essa racionalização houvesse contribuído para gerar um descontentamento, sendo que a necessidade de troca do governo foi, a partir disto, considerada.

Ainda em janeiro, em editorial, o jornal utiliza uma metáfora crítica e pejorativa para se referir ao presidente da República: *“Os maus governantes, porém, são nuvens que passam*

produzindo, quando muito, eclipses de curta duração. Mas, dissipada a massa escuro-gasosa, o sol volta a brilhar, os campos reverdecem prometendo magníficas colheitas.”³¹. Nesse trecho, podemos observar o uso da dissimulação com ênfase no deslocamento, onde termos relacionados a um objeto ou pessoa são usados para se referir a outro, no caso em questão, ao então presidente, contribuindo para a criação de uma imagem negativa de João Goulart.

“*João Goulart esteve para dar o “golpe” Sexta-feira*” é notícia de destaque nas páginas do jornal *A Razão* no mês de janeiro, afirmando:

Viveu ontem o sr. João Goulart o seu grande dilema: dar ou não seu ansiado golpe. No Rio Negro, sucederam-se as reuniões, que tiveram como ponto central a deflagração do movimento extra legal. A opinião dos elementos mais identificados com o presidente da República – que não divergia dos demais – era que talvez em todo o curso futuro de seu governo não se apresentasse uma oportunidade tão propícia como a que o país está vivendo para o golpe.³²

A notícia diz que o golpe só não foi efetivado porque o Partido Comunista Brasileiro se recusou a apoiar o governo e não decretou a “*paralisação da orla marítima, que era uma disputa indispensável para a configuração do quadro de calamidade pública*” e então o golpe poderia vir pela decretação do estado de sítio e não seria inconstitucional.

Procurando confirmar a vontade de João Goulart de realizar um golpe o jornal, já em março, traz em manchete de capa: “*Esquerda: JG pode tramar um golpe*”, onde afirma que “*as forças esquerdistas do Brasil temem um golpe do sr. João Goulart, revela em sua edição de hoje o Jornal do Brasil*”³³.

O jornal, reiteradamente, liga o presidente da República ao comunismo e aos comunistas, mas desta vez, reproduz dados onde o presidente e os comunistas aparecem dissociados, lançando na imprensa uma suposta desconfiança existente entre as esquerdas brasileiras e o presidente do país.

³⁰ 8/1/1964, Agência Meridional, Salvador, notícia, capa.

³¹ 10/1/1964, “País do futuro”, editorial – leia-se que todos os editoriais do jornal *A Razão* do período estudado localizam-se no canto esquerdo e de cima para baixo na contra capa do jornal.

³² 19/1/1964, “João Goulart esteve para dar o “golpe” Sexta-feira”, Agência Meridional, Rio de Janeiro, notícia, capa.

Note-se aqui a presença da categoria da legitimação, através da racionalização onde se procurou criar um discurso que comprovasse, apesar de não se estar apresentando provas contundentes, que Jango estaria querendo desferir um golpe no país. O alarme estaria dado.

O jornal estampa as supostas idéias golpistas de Jango em manchete de destaque, através de uma entrevista com Bilac Pinto, presidente da União Democrática Nacional, que afirma:

O presidente da República fez 5 tentativas, desde a sua posse para golpear as instituições sendo contido pela ação legalista das Forças Armadas. Afirmou que o seu objetivo continua o mesmo: fechar o Congresso e intervir na Guanabara, depondo o sr. Carlos Lacerda para depois investir contra o governador de São Paulo de quem espera resistência armada apoiado pelo povo do Estado. A base da ação subversiva do governo para o presidente da UDN é sempre a mesma: greves e dispositivo sindical que começou a receber armamento de guerra.³⁴

Observa-se a presença da racionalização criada em torno da questão da onda de greves ocorridas à época na Guanabara e que, segundo o jornal, foram provocadas por João Goulart para justificar uma intervenção federal no estado e, assim, combater o poder da figura de Carlos Lacerda como sendo um forte candidato nas eleições presidenciais de 1965.

Ainda a respeito da onda de greves na Guanabara, Theophilo de Andrade redigiu a crônica intitulada “*Greve revolucionária*”, para referendar os anseios golpistas do presidente da República. A racionalização abaixo pode exemplificar esta tese:

Quem acompanhou o desenvolvimento destes últimos dias, verifica que o Brasil esteve, mais uma vez – a quarta ou quinta desde que o sr. João Goulart é Presidente da República – à borda do golpe. Só não foi consumado por ser ele um homem pacífico: quer as coisas sem violência. Pretende estabelecer o seu regime pessoal pelo cansaço do povo, que, apenas deseja trabalhar, e não suporta viver em “eterna vigília cívica” contra os seus próprios governantes.³⁵

Exemplos não faltam para analisar que o jornal *A Razão*, buscava em seu discurso no contexto em estudo, racionalizar para legitimar. Ou seja, criar conjuntos de raciocínio que

³³ 20/3/1964, Agência Meridional, Rio de Janeiro, notícia, capa.

³⁴ 21/1/1964, Agência Meridional, São paulo, notícia, capa.

³⁵ 22/1/1964, “Greve Revolucionária, Theophilo de Andrade, crônica, contra capa.

levassem o leitor a uma única e, até, inevitável conclusão, que seria a necessidade da deposição do governante do país.

Na manchete de capa intitulada “*Jango: derrubar o governo custará sangue a alguém*”³⁶, verifica-se a racionalização construída sobre o revide de João Goulart a uma entrevista prestada por Bilac Pinto:

O chefe nacional udenista tem se revelado um perigoso “Sherlock Holmes”, mas deverá ficar advertido que a qualquer tentativa de derrubar o governo pela força vai custar muito sangue a alguém. [...] O presidente João Goulart alega ter constituído um sólido dispositivo militar de caráter legalista e defensivo e que pela primeira vez é apoiado por uma força organizada.

Dentro desse contexto de especulações acerca da possibilidade de Jango desferir o golpe é que se encaixam as citações referentes ao Comício da Guanabara, realizado no dia 13 de março de 1964, a exemplo: “*O comício realizado na Guanabara seguido da mensagem enviada ao Congresso Nacional, terminou abrindo os olhos do PSD que está convicto de que o presidente João Goulart iniciou o processo golpista*”.³⁷

Uma crônica de José Ferraz Salles trata o ano de 1964 como sendo um ano de “*Previsões psiquiátricas*”³⁸, conforme indica o título, onde tece novas críticas à João Goulart: “*Se o povo brasileiro pudesse hoje votar, Goulart deixaria de ser presidente. É possível que ele se convença disso e deixe o cargo*”. No último parágrafo conclui: “*Mais do que nunca desejamos que Deus mostre ser bem brasileiro dando paciência para chegarmos até 1965 quando então, sim, a angústia terá seu fim com a concretização do que hoje é só esperança*”.

Note-se que, na racionalização construída por Salles, a saída do presidente até mesmo pela renúncia, apresenta-se como a única solução possível para os grandes problemas do país. A luz no fim do túnel põe-se como a saída de Jango do governo e não o processo eleitoral,

³⁶ 2/2/1964, Agência Meridional, Rio de Janeiro, notícia, capa.

³⁷ 18/3/1964, “PSD convencido: Jango deu início ao golpe”, Agência Meridional, Brasília, notícia, capa.

³⁸ 10/1/1964, contra capa.

que estaria colocado em segundo plano. Essa seria a possibilidade de esperança, apresentada pelo jornal, de acabar com o suposto período de “trevas” e “obscuridade” em que viveria o país.

O discurso unificador revela que o jornal está se propondo a falar em nome do povo brasileiro. A unidade que o jornal constrói, no nível simbólico, diz respeito à necessidade da saída de Jango da presidência da República, seja por *impeachment*, abandono do cargo ou deposição. Ao longo da construção do discurso, criam-se formas para a saída de Jango. O mais importante seria defender a deposição do presidente e, já que as próximas eleições presidenciais estavam distantes, a única forma de realizar tal feito seria através de uma ruptura institucional.

Desse modo, o discurso construído e emitido pelo jornal *A Razão* funciona como ideologia: ao contribuir para criar ou sustentar relações de dominação, relações essas, que no caso em questão, traduzem-se no anseio da ruptura institucional.

Na crônica intitulada “*Estilingue do presidente*”³⁹, Theophilo de Andrade, após tecer mais uma crítica ao governo, faz uma comparação entre o presidente João Goulart e um homem sádico que tinha um único objetivo na vida:

Então o presidente está sendo vítima de uma mania como aquela do homem que não pensava em outra coisa a não ser em arranjar um estilingue para atirar uma pedra na cabeça da estátua do Imperador em Petrópolis. O homem parecia normal. Trabalhava. Comia. Dormia. E não atacava ninguém. Mas quando menos se esperava estava de estilingue na mão, a atirar pedrinhas na cabeça do imperador. Conversar com ele era uma dificuldade, porque rodava, virava e terminava sempre querendo atirar uma pedrinha na cabeça da estátua de D. Pedro II. Por fim, a família internou-o. Mas dentro de alguns meses, os médicos deram-no por curado. Um velho tio indagou-o, [...] Está bom, meu filho? – Inteiramente bom, felizmente. - E que pretende fazer? - Voltar ao meu emprego e tratar de casar-me. -Para que quer casar-se? - Para constituir família e ter filhos. [...] - E como fará você no dia do casamento? - Como todo mundo. [...] - E na noite do casamento? – [...] Tiraremos as roupas, vestiremos eu o pijama e ela a camisola, e iremos dormir. - E depois, continuou o tio? - Aí eu tirei o seu “soutien” e com ele farei um estilingue para atirar uma pedrinha na cabeça do imperador. Esta “estória” não lembra as reformas de base do sr. João Goulart?

³⁹ 10/1/1964, contra capa.

Ao associar a figura do louco a João Goulart, construiu-se uma potente racionalização, na qual o protagonista da estória aparece como uma pessoa demente, cujo único objetivo que move sua vida é completamente inútil à sociedade, e só encontra respaldo em si mesmo e em sua própria loucura. Ao concluir com a seguinte indagação: “*Esta “estória” não lembra as reformas de base do sr. João Goulart?*”, o autor tenta esvaziar o conteúdo e a significação das reformas de base, deixando-as desprovidas de sentido, assim como o homem enlouquecido que, na comparação, representa a figura de João Goulart que possuiria uma única meta em sua vida que seria implementar as “ditas” reformas estruturais.

No editorial de título, no mínimo, instigante -“*O inimigo comanda a fortaleza*”⁴⁰, o presidente é apontado como sendo o chefe da aliança contra as liberdades do povo brasileiro, que levaria o país inevitavelmente à guerra civil e à secessão, mas, mesmo assim, “*Ninguém de bom senso pensa em arrebatam o poder das mãos do presidente da República, embora todos vejam e saibam que o está exercendo em detrimento dos mais sagrados interesses do Brasil*”.

Conforme o título já enuncia o *inimigo* é João Goulart e a *fortaleza* é o Brasil, que não se abaterá aos propósitos sediciosos do governante -que, segundo o jornal, não governa- sem lutar pela manutenção das “liberdades do povo”.

Nessa mesma direção, veremos que o jornal construiu sucessivas racionalizações, nas quais teria feito a exaltação ao povo brasileiro, cujos governantes, com raras exceções, não estariam à altura de seus governados: “*Somos evidentemente, um país cujos governos, com raras exceções, estão aquém da missão que por bamburrio lhes coube*”.⁴¹ Essa referida exaltação ao povo, apresentada como uma forma de unidade, pode ser entendida como legitimação para um futuro momento insurrecional deste enaltecido povo, a fim de instituir os

⁴⁰ 25/1/1964, “O inimigo comanda a fortaleza”, editorial.

⁴¹ 10/1/1964, “País do futuro”, editorial.

seus supostos verdadeiros interesses, que não por acaso, o discurso emitido pelo jornal não explicita quais sejam.

Outra estratégia de operação da ideologia utilizada pelo jornal *A Razão* para desqualificar o presidente da República teria sido dizer que ele foi eleito por um terço do eleitorado e com uma insignificante maioria sobre os seus adversários. Acresce-se a este dado, que parte de sua vitória teria sido graças à sua associação com o Partido Social Democrático, partido que então estaria supostamente procurando destruir de várias formas, segundo o jornal. Tais idéias podem ser observadas na racionalização abaixo:

O sr. João Goulart foi eleito para a Vice-Presidência por um terço do eleitorado, com uma insignificante maioria sobre os seus competidores. Acresce que parte da sua vitória, deve-se ao PSD, partido que agora está procurando destruir, com todos os recursos que lhe sugere o maquiavelismo ingênuo de caudilho fronteiriço.⁴²

Em outra racionalização construída pelo jornal *A Razão*, nessa mesma direção, busca-se no processo de constituição da chapa da qual Jango participou como candidato a vice, as raízes de uma traição para com os ideais desta coligação e, posteriormente, uma traição para com todo o povo brasileiro:

O sr. João Goulart foi candidato a vice presidência da República numa chapa encabeçada pelo marechal Lott e apoiada pelo PSD. Basta assinalar esses dois fatos, o de ele ter sido o candidato do partido mais conservador e companheiro de chapa do marechal Lott, para afastar qualquer provisão (sic) de vir ele a ser o propugnador de uma república sindicalista, sem aliás perceber que ela seria de efêmera duração, logo substituída que seria pelos soviets comunistas que por aí andam de dentes arreganhados. Há na coleção de seus discursos muita demagogia barata, que é a única coisa que o atual presidente sabe fazer, mas não há, por exemplo, o menor estudo da reforma agrária. Se o sr. João Goulart tivesse desfraldado a bandeira dessa reforma, tal como hoje a propugna, nunca teria recebido do PSD os votos que o elegeram. O que o sr. João Goulart fez, portanto, foi esconder seus propósitos, iludindo o eleitorado para conseguir a vitória.⁴³

Após a tentativa de destituir Goulart de seu poder constitucional, o mesmo editorial transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade acerca da realização das reformas governamentais:

⁴² 21/3/1964, “Resistir para não acabar”, editorial.

É o Congresso e não o presidente da República que deve encaminhar as reformas e ajuizá-las na sua conveniência e em sua profundidade. Reformas para todos os brasileiros e não para dar às esquerdas revolucionárias um instrumento de opressão política de que o sr. João Goulart sonha servir-se para perpetuar-se no poder⁴⁴

Na racionalização acima, novamente, as reformas de base foram tratadas de forma personalista, como sendo de autoria e anseio exclusivo de João Goulart e seu grupo governamental e não de uma suposta reivindicação do povo brasileiro.

Para exemplificar esta corrente de racionalização criada e sustentada pelo discurso do jornal, note-se a associação de João Goulart diretamente ao comunismo, mas não chegando a afirmar que ele seria comunista: *“Cercado de comunistas, orientado por comunistas, o presidente da República é, de fato, o chefe de uma escandalosa conjura contra as liberdades do povo brasileiro. Dirá o sr. Goulart que não é comunista. Mas procede como se fosse”*.⁴⁵

Para referendar esta cadeia de raciocínio cujo objetivo seria o de gerar e sustentar a crença de que João Goulart estaria ligado de diversas formas aos comunistas, pode-se observar diversas passagens no jornal. Ora Goulart é apontado como o chefe da comuna, ora ele é mero joguete nas mãos dos comunistas: *“Os sabotadores acham-se nos palácios presidenciais. São os assessores comunistas do presidente da República que tudo decidem por ele e têm hoje a chave-mestra do governo”*.⁴⁶

Mas, de qualquer forma, João Goulart seria tratado como culpado, inclusive, pelo fato de não se mostrar contrário aos avanços grevistas e demais levantes da população: *“O sr. João Goulart tem oferecido, no entanto, a mole resistência com que costuma adiar as crises que tanto abalam e incomodam o seu governo”*.⁴⁷

Note-se que, em outra potente racionalização, seria revelada mais uma faceta da imagem de Goulart, entre as tantas construídas pelo jornal, onde então, procurar-se-ia vê-lo

⁴³ 31/1/1964, “Goulart e Fidel”, Eugênio Gudín, crônica, contra capa.

⁴⁴ 21/3/1964, “Resistir para não acabar”, editorial.

⁴⁵ 15/1/1964, “O inimigo comanda a fortaleza”, editorial.

⁴⁶ 4/3/1964, “os sabotadores”, editorial.

⁴⁷ 5/2/1964, “Crise militar em marcha”, editorial.

como o político que é, e que, conhecendo das artes da política, deveria acordar-se logo, ou sua imagem de governante estaria comprometida de forma negativa para sempre:

Mas, acreditamos, o chefe do governo, hábil político que é, já deve ter percebido que o seu desgaste está sofrendo um rápido processo de agravamento, e a sua recuperação somente será possível mediante a realização de alguma obra administrativa. E nenhuma iniciativa poderá ser executada num ambiente de estabilidade política e econômica, como esse em que o presidente se apraz viver. Assim é de esperar-se que, em 1964, o sr. João Goulart procure colocar o seu governo num ambiente de plena normalidade, e o seu anunciado rompimento com certas correntes do peleguismo nacional sugere modificações inteligentes na linha política governamental.⁴⁸

O jornal dá alguns passos largos adiante nas críticas contra João Goulart, mas em outros momentos o tom dessas críticas torna-se mais ameno. Essa alternância dá uma tônica específica no discurso do *A Razão*. É razoável supor que não se descartasse completamente a possibilidade do presidente permanecer no poder. O que seria prejudicial para o jornal, caso o mesmo permanecesse emitindo apenas críticas destrutivas ao governo. Logo vê-se, como o próprio jornal afirma, que *“a política não tem entranhas e as ambições pessoais do sr. João Goulart também não”*.⁴⁹

Para finalizar esta primeira parte da análise, pode-se argumentar que a seguinte racionalização tenha procurado jogar sobre João Goulart uma grande parcela de culpa pela crise que viveria o país, agravada pela sua suposta associação ao comunismo brasileiro: *“O presidente da República não pode fugir a responsabilidade pessoal desses desmandos que se somam a tantos outros e completam o quadro de corrupção e vergonha em que se situa a vida pública do Brasil, nesta hora de agonia”*.⁵⁰

2.2- A COMUNIZAÇÃO E A CUBANIZAÇÃO-SOVIETIZAÇÃO – A CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO COMO “INIMIGO INTERNO”

⁴⁸ 1/1/1964, “Discurso presidencial de fim de ano”, editorial.

⁴⁹ 14/1/1964, “Povo escarmentado”, editorial.

⁵⁰ 1/3/1964, “Fim do túnel”, editorial.

Em editorial de 1964, o jornal *A Razão* classifica o comunismo como um “*regime despótico, inumano, anticristão*”⁵¹.

A fragmentação, onde relações de dominação podem ser mantidas, não unificando, mas segmentando indivíduos ou grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, dirigindo forças de oposição potencial a estes, é o modo de operação da ideologia que se destaca, quando analisada a sustentação, por parte do jornal, da suposta comunização, cubanização ou sovietação dos rumos políticos brasileiros. O ícone representativo desse *modus operandis* da ideologia pode ser vislumbrado na criação de um inimigo interno ou externo: o comunismo dentro do país e o comunismo internacional – ambos sendo retratados como maus e perigosos, contra os quais os “verdadeiros brasileiros” são chamados a lutar. No caso do Brasil, pode-se analisar a presença destes dois inimigos, que foram criados e, constantemente, alimentados pela difusão simbólica do discurso construído pelo jornal *A Razão*.

Essa construção simbólica que Thompson, em sua hermenêutica de profundidade para interpretação da ideologia, classifica como expurgo do outro, aparece estampada claramente na páginas do jornal *A Razão*. Salientando-se que, a racionalização como uma estratégia de construção simbólica, está presente ao longo de todo o material analisado. Cabe aqui esclarecer, também, que os termos *bolchevização, cubanização e sovietação*, utilizados ao longo do discurso, inserem-se dentro do modo de operação da ideologia da dissimulação, com ênfase no deslocamento⁵², onde termos de um contexto são transportados para outro.

Na capa do jornal, em destaque, a transcrição, acompanhada por comentários, de uma entrevista feita com um russo que então estava no Brasil. O cidadão russo, Eugene Laurié, emitiu sua opinião acerca do comunismo:

⁵¹ 4/1/1964, “O muro e a brecha”, editorial.

⁵² Op. Cit., p.83.

Do comunismo “como teoria”, disse: _ “É até uma teoria bem ajeitada. Talvez desse certo há uns cem anos atrás. Mas, evidentemente não atende às necessidades do mundo de hoje”. Na opinião do sr. Laurié, até pouco tempo atrás os comunistas poderiam ser classificados em ignorantes, idealistas e oportunistas. Hoje [...] não há mais lugar para os idealistas que aliás, eram poucos, só restando lugar para os oportunistas e ignorantes. [...] Apontou o sistema comunista como a verdadeira instituição da charlatanice internacional e acentuou, pormenorizadamente o enorme paradoxo que representa o desmentido prático de tantas promessas, não cumpridas no mundo soviético, comparado com a maravilhosa realidade da ascensão das classes trabalhadoras no mundo ocidental.⁵³

Pode-se observar uma racionalização, na qual se generaliza uma situação de bem-estar talvez verificável nos países centrais, mas que não representa a totalidade da classe trabalhadora no mundo ocidental. Neste ponto da análise, verifica-se a presença da universalização como estratégia de construção simbólica, englobando-se, assim como a racionalização, no modo geral de operação da ideologia definido como legitimação. A universalização verifica-se quando interesses pertencentes a uma grupo de indivíduos, são difundidos como sendo os interesses de uma coletividade.

Em editorial, o jornal critica a posição de apoio a Cuba, sustentada pelo chanceler Araújo de Castro, em declarações prestadas à imprensa em Brasília:

Disse que não mudou o pensamento do Brasil em relação a Cuba e que, na próxima reunião do Conselho de Segurança da OEA, a nossa posição será contrária a qualquer medida punitiva contra a ditadura castrista [...]. Fidel Castro reiterou, no aniversário da revolução, que nada afastará Cuba, dos princípios do marxismo-leninismo. Só isto bastaria para que o Brasil se desinteressasse pela sorte de Cuba, por fidelidade aos princípios cristãos e democráticos que estão arraigados na consciência da esmagadora maioria do seu povo.⁵⁴

Embasando-se no pressuposto de que, as ditaduras comunistas se configuram como estados totalitários, cujas respectivas populações viveriam privadas de liberdades individuais, o jornal constrói a idéia – oposta - de mundo livre, do qual fariam parte os países capitalistas e onde a liberdade e o desenvolvimento, supostamente, alimentam-se mutuamente. Neste, ponto racionalização e expurgo do outro aparecem como possibilidades de análise e fortalecem-se na construção do discurso ideológico legitimador.

A economia no mundo livre registrou, em 1963, uma notável expansão, a contrastar com as aperturas em que se viram e vêem os Estados totalitários, melhor dizendo, os países do bloco comunista. À parte algumas nações da América Latina, os demais

⁵³ 3/1/1964, Agência Meridional, Rio de Janeiro, reportagem, capa.

⁵⁴ 9/1/1964, “Apoio à OEA”, editorial.

Estados democráticos tiveram um ano propício, com execuções orçamentárias regularmente procedidas e ingressos apreciáveis, suficientes para o correto atendimento dos compromissos e do custeio da máquina administrativa.⁵⁵

Racionalização e expurgo do outro, novamente, se complementam, no intuito de racionalizar para legitimar, expurgar para fragmentar, visando, em última instância, a legitimação da ruptura político-econômica que o Brasil viveria no ano de 1964. Ao mesmo tempo em que o discurso construído pelo jornal *A Razão* apresenta uma imagem unificada do ocidente, e de um suposto mundo livre, o inimigo seria representado pelo comunismo totalitário. E segue:

Na área que tem como centro político e econômico a União Soviética, as coisas correram pessimamente, a tal ponto, que os chefes vermelhos, pondo o orgulho de lado, confessaram de público o malogro de seus milaborantes planos e dirigiram patéticos apelos ao detestado “mundo capitalista”, pois sem o pão desse mundo passariam a jejuar.

Seria o mundo capitalista ocidental, em imagem unificadora, que estaria “matando a fome” do mundo comunista oriental. Elaborar uma imagem negativa -e unificada- dos países que aderiram à ideologia comunista, bem como das pessoas que a professam, mesmo em países democráticas e capitalistas, fazia parte do processo de criação e alimentação do “monstro” do comunismo, através da difusão da simbolização do diferente como perigoso e, portanto, como um inimigo comum ao, também unificado através do discurso, “mundo livre”.

Pode-se interpretar, no mesmo sentido:

Os devaneios continuístas e ditatoriais que tumultuam o cenário político nacional geralmente sob inspiração extracontinental, certamente estão verificando que seu programa de subversão da ordem pública é impraticável: a consciência democrática brasileira vem demonstrando capacidade magnífica para reagir às ações destinadas a destruir o regime de liberdades individuais vigentes no País. [...] É preciso lembrar, também, que a liberdade – que os comunistas reclamam para pregar a dissolução da democracia - não existe na sua pátria intelectual, a União Soviética.⁵⁶

É razoável que a racionalização seguinte represente, não somente a associação de Jango ao comunismo, como também a sua subserviência diante de seus representantes no Brasil:

⁵⁵ 15/1/1964, “Prosperidade no mundo livre”, editorial.

Nada menos de onze exigências, cada qual mais descabida e cabeluda, foram perfiladas num “manifesto”, que, em última instância, significa uma “ordem de serviço” ao presidente da República, de cujo cumprimento dependerá o êxito do restante de sua gestão e a situação do País.⁵⁷

O trecho refere-se a um documento - que o *A Razão* classifica como “*estapafúrdio manifesto dos pivetes*”⁵⁸ - redigido pela Frente de Mobilização Nacional, que tero a sido entregue à Jango, onde esta organização “*manifesta a sua disposição de discutir com S. Excia. a crise nacional dependendo a evolução desse diálogo da mudança da política governamental no sentido popular nacionalista*”⁵⁹.

Pela primeira vez, levanta-se a questão da matiz de desenvolvimento popular nacionalista, como supostamente pretendida pelos representantes do comunismo no Brasil. Segundo o editorial, o preocupante seria a posição que o presidente tomaria diante desse manifesto:

Seu silêncio valerá pela aceitação das imposições e da falsa posição – em relação a realidade eleitoral e a consciência dos brasileiros – das “esquerdas”. Sua não repulsa ao atrevido ultimato justificará a convicção de quantos lhe atribuem a condição de inspirador ou instrumento da matula de masorqueiros e serviçais do comunismo Internacional, que vêm encontrando em nosso País as condições mais favoráveis possíveis a sua ação nefasta.⁶⁰

Segundo a cadeia de racionalização proposta pelo diário *A Razão*, ao longo do período pesquisado, pode-se analisar que, os termos *ditadura, comunismo e falta de liberdade* estão geralmente atrelados, ressaltando a idéia recorrente de que um golpe comunista desferido pelo presidente da República e seus assessores privaria os brasileiros de suas liberdades individuais.

Nessa perspectiva, a possibilidade da decretação de um golpe seria atribuída apenas ao governo e seus “*assessores comunistas*”. Se a intervenção viesse por parte das Forças

⁵⁶ 25/3/1964, “Devaneios”, editorial.

⁵⁷ 24/1/1964, “Petulância vermelha”, editorial.

⁵⁸ 25/3/1964. “Devaneios”, editorial.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ 25/3/1964. “Devaneios”, editorial.

Armadas não poderia ser classificada como golpe, pois segundo o jornal, seria uma “intervenção defensiva”, como será trabalhado a diante.

O jornal *A Razão* constrói cadeias de idéias que se completam e se renovam constantemente, no intuito de racionalizar para legitimar relações de dominação, que vieram a se configurar numa ruptura institucional. Note-se um potente exemplo: “*os nacionalistas russos querem dividir o Brasil em dois, para dar uma metade a União Soviética*”⁶¹. Esta passagem do jornal pode ser analisada como construída para referendar uma importante idéia presente no discurso do jornal *A Razão*, que seria a da suposta pretensão dos comunistas de, após deflagrarem um golpe à Constituição, dividir o Brasil em dois e dar uma parte à sua “pátria ideológica”, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Sob o título “Ninho de ratos vermelhos” o editorial de 29 de janeiro de 1964 trata da “infiltração comunista” na Petrobrás, fato este que teria trazido conseqüências prejudiciais ao país, já que muito dinheiro, segundo o jornal, teria sido roubado dos cofres públicos pelos comunistas, instalados neste órgão federal:

O período em que esteve entregue ao sr. Francisco Mangabeira marcou o início da anarquia na Petrobrás, caracterizada pelo predomínio dos grupos comunistas que ali se instalaram, com o propósito indisfarçável de bater moeda fácil e abundante. [...] Milhões e milhões de cruzeiros são despendidos para benefício gáudio dos comunistas que estão aboletados em cargos de comando, sob o amparo dos sindicatos. [...] Ninguém ignora que as autarquias e os organismos paraestatais constituem, hoje, os mais descalibrados centros de corrupção da história administrativa do Brasil. A maioria dessas entidades está sendo dirigida por espertalhões tirados das fileiras do PTB, com a aprovação do Partido Comunista que, segundo se afirma leva para os seus cofres uma parte considerável da roubalheira praticada. Podem roubar, contanto que dêem uma percentagem do roubo à caixinha vermelha.

Note-se que o sujeito da linguagem foi velado, pois o trecho “*segundo se afirma*” não possibilita ao leitor vislumbrar quem estava afirmando a respeito dessa “roubalheira” na Petrobrás. Esse recurso de omissão do sujeito, torna-se possível quando os verbos são colocados na voz passiva, e representa uma estratégia de construção simbólica, pertencente ao modo geral de operação da ideologia classificado por Thompson como reificação. “*Os acontecimentos são apresentados sem um sujeito responsável pelo fato*”.⁶² Pode-se inferir que o resultado desta construção simbólica seria a descontextualização do fato noticiado.

⁶¹ 25/1/1964, “O inimigo comanda a fortaleza”, editorial.

⁶² Op. Cit., p.81.

“De agora em diante, livre de contrastes incômodos, à autarquia petrolífera pode cometer impunemente quantos crimes queira contra a lei, a moral, o regime. Sim, o regime, porque dos seus soviets tudo é possível esperar a dano do Brasil cristão”.⁶³ Contrapondo termos como “soviets” e “Brasil cristão”, esta racionalização continuaria a defender a idéia de crimes praticados pelos comunistas em detrimento do país.

Objetivando estabelecer a suposta infiltração de comunistas cubanos no Brasil, a racionalização construída analisa⁶⁴:

As garantias soviéticas asseguradas ao comunismo na sua forma cubana não se limitam ao espaço geográfico diretamente dominado – vão além e incluem o direito de Cuba intervir na vida interna de países latino-americanos despachando para os mesmos agentes subversores, armas e explosivos.⁶⁵

Ao associar a tática de Hitler à mesma utilizada por Fidel Castro em Cuba, constrói-se uma racionalização que objetivaria construir uma imagem negativa do comunismo, bem como dos países que o representavam.

É, como se vê, uma ameaça igual as que têm por objetivo sustentar, em Havana, o detestado traidor de Sierra Maestra, igual também as que Adolf Hitler proferia aos berros para preparar os seus crimes, os seus latrocínios políticos, conseguindo com essas ameaças manter a distância os que eram jurídica e moralmente obrigados a opor-se á sua prepotência.⁶⁶

Expurgar para fragmentar e assim estabelecer ou sustentar relações de dominação existentes. Essa é a lógica reveladora da tonalidade da voz do jornal *A Razão*.

O estado de Pernambuco, que viveria “*uma onda de ódio*”⁶⁷, e o seu governador Miguel Arraes – “*apontado pelo sr. Luís Carlos Prestes como seu sucessor como agente número 1 do comunismo internacional*”⁶⁸ e que, segundo o jornal, teria por objetivo “*instalar em Pernambuco um regime de vida diferente, estando*

⁶³ 2/2/1964, “Cuba e Zanzibar”, editorial.

⁶⁴ Essa trajetória de construção imaginária do comunismo como inimigo interno do país faz parte da história do Brasil desde o início do século passado, quando começaram a aparecer as primeiras manifestações de sua ideologia no Brasil. O episódio de 1937, quando Vargas decretou o Estado Novo calcado na ameaça de uma insurreição comunista, é um exemplo dessa construção simbólica do comunismo como uma ameaça em potencial para o Brasil.

⁶⁵ 19/3/1964, “Um carnaval na quaresma”, editorial.

⁶⁶ 25/1/1964, “O inimigo comanda a fortaleza”, editorial.

⁶⁷ 6/3/1964, “Denunciada onda de ódio no estado de Pernambuco”, Agência Meridional, Recife, capa.

⁶⁸ 31/3/1964, “O caos como fim”, editorial.

fazendo o estado de Pernambuco uma “ponte” para a bolchevização do Brasil”⁶⁹ - são citados diversas vezes pelo jornal. O primeiro, fora constantemente classificado como um dos maiores focos comunistas do país, e que teve, em sua capital, o palco de um episódio noticiado pelo editorial intitulado “*Crise militar em marcha*”⁷⁰ .

O fato de haver o comandante do VI Exército ordenado, para adestramento dos seus homens, a realização de certa manobra de rápida ocupação de pontos estratégicos do Recife, não apenas alarmou como desgostou profundamente os comunistas que viram no que não passou de mero exercício de rotina uma advertência pouco confortável para os seus planos revolucionários.

Em editorial que trata da preocupação do Papa Paulo VI com o futuro da Igreja no hemisfério sul, a racionalização construída defende que é preciso dar à América Latina bons sacerdotes, que tenham zelo e confiança, e “que não professem de um materialismo agnóstico e anti-cristão”. Faz-se necessário estar atento, pois a “infiltração comunista” já chegou aos círculos religiosos. Deste modo:

O autêntico e distintivo nome cristão a que se refere o Santo Padre é, em nosso Continente, alvo das mais perigosas tentações. O inimigo ronda, espreita, para se aproveitar das fraquezas daqueles cujos passos acompanha semeando o caminho de armadilhas sutis e, por isso, terrivelmente perigosas. Ora, a transigência de homens que têm uma delicada missão a cumprir influi vincadamente no ânimo das criaturas simples, predispondo-as a uma capitulação total.⁷¹

A respeito das reformas de base pretendidas pelo governo de João Goulart tratar-se-à a diante, porém cabe aqui ressaltar um trecho de potente racionalização construída sobre a questão do Decreto da Supra – “*o começo efetivo da bolchevização do Brasil*”⁷²- segundo o editorial que diz:

As esquerdas não se conformam com desapropriações em dinheiro e reclamam que se faça o confisco puro e simples das terras de mais de duzentos alqueires sejam exploradas ou não, dentro de um critério que reflita antes de tudo a disposição revolucionária do governo de transformar o Brasil numa república socialista do tipo cubano.

Como se pode notar ao longo da análise, diversas passagens do jornal dizem, claramente, que os comunistas pretendiam instalar uma ditadura do tipo cubano no Brasil. Constatando mais um exemplo da estratégia de construção simbólica calcada no expurgo do outro os trechos que seguem procuram desqualificar a teoria comunista desenvolvida no Brasil, cuja base vem do continente europeu: “*Mas, limitadamente aberto ou inteiramente fechado, o “Muro da Vergonha”, com a sua ruptura, foi significativamente condenado pelos*

⁶⁹ 6/3/1964, “Denunciada onda de ódio no estado de Pernambuco”, Agência Meridional, Recife, capa.

⁷⁰ 5/2/1964, “Crise militar em marcha”, editorial.

⁷¹ 6/3/1964, “Heroísmo pastoral”, editorial.

⁷² 8/3/1964, “O governo contra o Brasil”, editorial.

autores. *Pode impedir que os inconformados com a sua condição de prisioneiros do detestado regime fujam das trevas para a plena luz*".⁷³

A parte do globo que aderiu ao comunismo representava as trevas, que obscurecem o mundo todo. Já a parte capitalista, seria a luz, que poderia nortear os rumos com clareza e sem obscuridade. A metáfora criada explicita bem a cadeia de raciocínio – defendida constantemente nas páginas do *A Razão* - onde o capitalismo seria a melhor, e até a única, saída viável para as nações, já que somente dentro desse regime o desenvolvimento poderia ser alavancado, de forma plena.

Nem o Ministério da educação teria escapado do processo de bolchevização do país, segundo o *A Razão*. O intuito governamental de estabelecer um livro didático único nas escolas, foi visto com maus olhos através da racionalização construída pelo jornal, que fez saber que "*neste momento, o Ministério da Educação deixou de merecer a confiança pública. Está nas mãos dos comunistas (...), que se entregam a um processo de bolchevização acelerada do ensino*".⁷⁴

O comício realizado dia 13 de março de 1964, na Guanabara, foi configurado e desconfigurado pelo jornal, sob vários aspectos. O que permanece constante nos comentários é a associação direta ao comunismo como mentor intelectual, e do governo brasileiro como o patrocinador oficial, do acontecimento que alcançou imensurável projeção no contexto da época e que teria sido classificado como o estopim da deflagração do golpe.

No comício da praça Cristiano Ottoni falou-se mais ou menos em português, mas o subconsciente foi russo, um russo superado porque a própria União Soviética, farta de tantos malogros causados pela estatização, ensaia a volta aos métodos que fazem a grandeza dos povos livres, os povos que fornecem o pão que os próprios comunistas comem.⁷⁵

Novamente, a racionalização defende que seriam os países capitalistas que estariam alimentando o mundo socialista, enaltecendo a "função social" do ocidente e o "atraso social" do oriente comunista.

2.3- VISÕES DA HISTÓRIA – PRÉ E PÓS REVOLUÇÃO DE 30

⁷³ 4/1/1964, "O muro e a brecha", editorial.

⁷⁴ 1/3/1964, "Fim do túnel", editorial.

Alimentando as catastróficas previsões para o ano nascente de 1964, o editorial de título de “A flama de 1964”⁷⁶, trazia em seu primeiro parágrafo: “1964 se oferece como um dos anos mais sombrios na seqüência de anos sombrios tristemente inaugurada pela Revolução de 30”.

Vislumbra-se, neste editorial, uma importante racionalização, construída sobre outra importante idéia defendida pelo jornal *A Razão*. Esta seria a de que a Revolução de 1930 seria a responsável pelo nascimento da inflação brasileira, que se configuraria como um dos maiores problemas que o país estaria enfrentando.

Essas colocações evidenciam a posição do grupo derrotado em 1930. Pode-se analisar que a imagem oriunda das palavras encadeadas pelo jornal, seria a de que o Brasil iniciou seu naufrágio no início da década de 30, quando optou por um projeto de desenvolvimento diferente do que vinha sendo empregado. Desde então, viveria mais de três décadas mergulhado na decadência econômica, social e moral, conforme afirma a racionalização: “(...) há mais de 30 anos começou o processo inflacionário; há mais de 30 anos que esse processo é candentemente denunciado à Nação pelos técnicos, pelo Congresso, pela Imprensa”.⁷⁷

Para a ocorrência de um desenvolvimento econômico positivo, segundo a lógica racionalizada pelo jornal, far-se-iam necessárias mudanças estruturais nos rumos do país. O juízo de valor positivo é utilizado para enaltecer um projeto em detrimento do outro.

O Brasil nada tem feito de sério para lutar contra o terrível mal que está destruindo até o cerne a sua frágil economia. Os governos, há mais de vinte anos, confrontam o problema pôr meio de paliativos que apenas enganam aqueles que querem se deixar enganar. Já chegamos aos níveis mais baixos da renda nacional, nos últimos trinta anos, a moeda desvaloriza-se numa proporção superior a cem por cento, como já aconteceu no ano passado, e as medidas governamentais não invariavelmente as mesmas: aumentar os salários ao mesmo tempo em que se abandona o setor da produção.⁷⁸

⁷⁵ 19/3/1964, “um carnaval na quaresma”, editorial.

⁷⁶ 3/1/1964, “A flama de 1964”, editorial.

⁷⁷ 3/1/1964, “A flama de 1964”, editorial.

⁷⁸ 1/3/1964. “Fim do túnel”, editorial.

A crônica de Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, termina com um questionamento que traduz uma nostalgia dos tempos do Brasil agroexportador de café:

– Mas – perguntarão – e o café? Este morreu. São Paulo não tem mais café para exportar. Idem, Minas e Espírito Santo. Resta o Paraná flagelado pela geada e, igualmente, pelo fenômeno das chuvas escassas. O caso não há de ser: Para onde vai o Brasil? Mas, sim: Onde chegou o Brasil? Porque, sem café para exportar, o que será de nós?⁷⁹

A indagação: “*porque, sem café para exportar, o que será de nós?*”, restringe toda a engrenagem da economia brasileira ao cultivo do café, como se dele dependesse a sorte ou o malogro do Brasil. Esta colocação acaba pôr negar e negativizar a história do Brasil de 1930 em diante. Isto porque na maior parte dos 34 anos que se sucederam, desde a Revolução de 30 até 1964, as forças que estiveram no poder –trabalhismo com bases nacionalistas, sendo Getúlio Vargas seu ícone- representavam o que, no contexto analisado, deveria ser desconstituído de sua importância para legitimar a ruptura posterior que viveria o Brasil.

O nacionalismo, na forma como é preconizado por Goulart e seu governo, não era visto com bons olhos pela corrente que gerou a coalizão civil-militar que desferiu o golpe. É a chamada corrente internacionalista, que defende a entrada maciça de capital estrangeiro para alavancar o desenvolvimento do país.

O caminho certo, aproveitando a maré de expansão que caracteriza o intercâmbio comercial no atual momento, seria pois, a da abertura, isto é, de uma posição precisamente oposta à defendida pelos nossos nacionalistas. Iria tal atitude ao encontro do impulso renovador de mercados decorrente da contínua revolução tecnológica.⁸⁰

“*Impulso renovador de mercados decorrente da contínua revolução tecnológica*” pode conduzir à conclusão de que o jornal *A Razão* estaria defendendo o papel do capital estrangeiro dentro da economia brasileira, como sendo um fator inevitável e, até mesmo, como sendo a única saída viável para acelerar o desenvolvimento do Brasil.

⁷⁹ 7/1/1964, “Aonde chegamos”, crônica, capa.

⁸⁰ 11/1/1964, “Utópica tática”, editorial.

Acerca da racionalização abaixo, infere-se que, após realizar a defesa de uma posição periférica do Brasil em relação ao comércio internacional, colocaria o comércio exterior como sendo um dos caminhos possíveis para amenizar os problemas do país.

A luta contra as estruturas do comércio internacional, vista como uma manobra diversionista, é defensável. Mas que seja considerada por nós, homens maduros, uma utopia tática. O erro é fazermos dela uma estratégia utópica, pois isso implicaria abandono das verdadeiras soluções para os problemas da economia do País, entre os quais figura, como satélite, o do comércio exterior.⁸¹

2.4- UM GOVERNO ÀS AVESSAS: ATOS DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

O editorial que abre o ano de 1964, trazia uma pequena amostra da tônica do discurso proferido pelo jornal *A Razão*, a respeito das reformas de base. Este primeiro exemplo de racionalização, possibilita vislumbrar uma das principais teses defendidas pelo jornal *A Razão* acerca das reformas: a de que o presidente da República se preocupava em demasia com essa questão, acabando por esquecer-se de suas outras atribuições, dentre elas a de governar o país.

Sabemos, todos nós, brasileiros, que a principal preocupação do sr. João Goulart reside na efetivação das chamadas reformas de base. O seu ideal não deve ser menosprezado, visto que as reformas, apesar de toda a oposição que a elas se faz, constituem um imperativo que a nação, por um ou por outro meio, verá atendido. Nesse ponto, o presidente da República atende às aspirações nacionais. Todavia, o que não se compreende é que o sr. João Goulart preocupado unicamente com as reformas, abandone tudo o mais, deixando a administração pública perder cada vez mais prestígio – em prejuízo, inclusive, das aludidas reformas.⁸²

Após defender que o presidente não teria autoridade, nem respaldo suficiente para realizar as “suas reformas”, pode-se vislumbrar, na presente racionalização, a defesa de que o Congresso, e não o presidente,

⁸¹ 11/1/1964, “Utópica tática”, editorial.

fosse o responsável legítimo pelo encaminhamento e aprovação das “reformas demagógicas”.⁸³ Deste modo: “*é o Congresso e não o poder executivo a fonte legítima e constitucional das leis. Ele, como titular da representação do povo, está muito mais apto e é muito capaz do que o presidente da República para zelar pelo bem público e promovê-lo*”.⁸⁴

Caso o presidente da República não tenha o apoio do Congresso, que daria o respaldo necessário para a consecução das reformas estruturais do país, o jornal acaba por concluir que a próxima reação do governo seria “*decretar as reformas a torto e a direito, para dar ao povo a impressão de que o Congresso e a Constituição representam forças retrógradas e contrárias ao progresso do País e que devem ser eliminados, ainda que para isso se torne necessária a ditadura*”.⁸⁵

A racionalização passada permite adentrar em dois pontos insistentemente defendidos pelo discurso e que são fundamentais na análise dos atos do governo dentro das páginas do *A Razão*. O primeiro ponto seria o dever do Congresso Nacional alocar e realizar as reformas de base. O segundo, que João Goulart pretendia desferir um golpe e instalar uma ditadura no país. Sendo assim, para confirmar esta idéia:

Ora, como pensar em esquema administrativo, em reformas de base feitas pelo Congresso, dentro das regras normais da democracia, quando o chefe do governo se acha firmemente tomado pela convicção de que o regime deixará fatalmente de funcionar, no episódio culminante de sua vida que é o da sucessão presidencial?.⁸⁶

Pode-se inferir que a racionalização objetivasse legitimar a ruptura da ordem institucional vigente. Neste ponto, onde se analisam as formas como o jornal noticiou, e representou, as manobras políticas do governo de João Goulart, verifica-se que a utilização da racionalização como estratégia de construção simbólica é utilizada em todos os trechos analisados referentes ao assunto. Racionalizar para legitimar a ruptura político-institucional que o país viveria em breve. Legitimar para justificar a manutenção de relações assimétricas.

⁸² 1/1/1964, “Discurso presidencial de fim de ano”, editorial.

⁸³ 17/1/1964, “Povo escarmentado”, editorial.

⁸⁴ 21/3/1964, “Resistir para não acabar”, editorial.

⁸⁵ 25/1/1964, “O inimigo comanda a fortaleza”, editorial.

Concorrer para a formação de um quadro ideológico favorável ao início de uma nova etapa na história do Brasil.

Acerca da presente racionalização, pode-se inferir que procurasse associar, novamente, o desejo de realização das reformas estruturais no país somente à João Goulart e aos seus “comparsas”, e que a população desejaria que o período de estagnação, supostamente vivido pelo país acabasse logo.

Não se convence o presidente de que ninguém, neste País, exceto os grupelhos palacianos que vivem sob o amparo dos bons e fáceis negócios, se interessa pôr qualquer das suas reformas e que o Brasil em peso só tem uma esperança e um alívio, é o de ver passar o mais rapidamente possível estes dois anos de paralisação em que nos encontramos, com todo o trabalho organizado e produtivo cessando, para dar lugar apenas a mais desenfreada politicagem e a corrupção mais desbragada.⁸⁷

Ao afirmar a idéia de que, em seus dois últimos anos de governo - 1964 e 1965- Goulart se dedicaria a cometer atos que viessem a frustrar as eleições de 1965, para então, avançar seus supostos planos continuístas de permanência no poder. O discurso do jornal constrói uma cadeia de pensamento onde, pode-se concluir que, o Brasil possui um presidente que não governa, ou que, segundo outros trechos do jornal já apresentados, apenas governa para seus “grupelhos de assessores vermelhos e assecclas” e não para o “verdadeiro povo brasileiro”.

O presidente da República não deseja seguir nenhum plano ou roteiro nestes dois anos finais do seu atribulado governo, e espera dedicar-se única e exclusivamente a manobras políticas tendentes a frustrar as eleições de 1964, reduzindo a trapo os candidatos que se apresentarem em nome dos partidos que o apoiam.⁸⁸

No trecho abaixo observa-se a racionalização, segundo a qual, as invasões de terras e o possível processo de armamento de camponeses – “*falsos lavradores*”⁸⁹ – poderia estar sendo preparado pelo próprio presidente, visando consolidar uma atmosfera de intranqüilidade, para assim, garantir a adesão da população à intervenção. Desta forma, o

⁸⁶ “Discurso presidencial de fim de ano”, editorial.

⁸⁷ 16/2/1964, “O feitiço sobre o feitiço”, editorial.

⁸⁸ Idem.

discurso construído pelo jornal, diria que o próprio governo estaria criando as manobras que supostamente ameaçariam a normalidade da vida social, para depois ver justificadas suas tentativas de intervenções na ordem institucional do país.

É que para o governo do sr. João Goulart armas de guerra nas mãos de falsos lavradores dirigidos pelos comunistas, não oferecem o mínimo perigo. São apenas pessoas que procuram estabelecer no Brasil o clima de terror e de insegurança, dentro do qual o governo federal poderá levar avante o seu plano de reformas de base. Daí a suspeita, com todos os visos de fundamento, de que seja o mesmo governo federal que esteja estimulando e preparando as invasões de terras como parte de seu plano reformista.⁹⁰

O Decreto da Superintendência da Reforma Agrária –SUPRA, à época presidida por Pinheiro Neto, chamado de “*apóstolo reformista*”⁹¹ pelo jornal- visava à desapropriação por utilidade social de uma faixa de dez quilômetros do eixo das estradas de ferro, de rodagem e dos açudes e represas construídos pelo governo federal.

O jornal constrói diversas racionalizações para mostrar as supostas falhas desse decreto e justificar a necessidade de sua não efetivação. Segundo o jornal, este ato “*está sendo repellido pela consciência pública, como inútil, desonesto e contraproducente*”, e encontra seu significado na vontade do Partido Trabalhista Brasileiro de apoderar-se da parcela rural do eleitorado do Partido Social Democrático, a fim de garantir a vitória dos candidatos petebistas nas eleições de 1965.

Trata-se de uma invenção pior do que as secas, as geadas e o fogo e que somente por ter sido anunciada já está produzindo catastróficos efeitos sobre os lavradores de norte a sul do País. Do momento em que as terras marginais das estradas e açudes forem declaradas, por decreto, suscetíveis de desapropriação por utilidade pública, centenas de milhares de proprietários ficarão sob a ameaça da ação confiscatória da SUPRA. Abandonarão os seus campos e ninguém evitará a queda vertical da produção agrícola, com todos os seus efeitos sobre a vida já atormentada do povo brasileiro. Para o sr. João Goulart e o PTB a simples assinatura do decreto de confisco é suficiente para os fins que têm em vista: ou seja colocar o vasto eleitorado do PSD sob a ameaça de represálias, caso não vote em seus candidatos nas eleições vindouras⁹².

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ 17/1/1964, “Povo escarmentado”, editorial.

⁹¹ 21/1/1964, “Valiente a busca de outros”, editorial.

⁹² 25/1/1964, “O inimigo co,manda a fortaleza”, editorial.

Todos os atos de João Goulart estariam imbuídos de segundas e terceiras intenções. Nada seria feito para o bem do povo brasileiro e, sim, visando efetivar a implementação de uma ditadura comunista no país. Essa é a direção das atitudes tomadas pelo presidente da República, tendo como base as racionalizações criadas e divulgadas pelo jornal *A Razão*.

Ora Jango seria um fantoche nas mãos do comunismo internacional, já que o jornal afirma que seriam os seus “*assessores comunistas*” que estariam dando as cartas no governo. Ora ele seria o responsável direto pelo contexto de calamidade que supostamente viveria o Brasil.

A assinatura do Decreto da SUPRA fora apontada como sendo mais uma tática de ataque do presidente aos seus adversários políticos. Como se fosse “uma carta na manga” que a qualquer momento poderia ser posta na mesa, surpreendendo e desbancando os jogadores.

Com os governos estaduais advertidos das manobras revolucionárias empreendidas pelas esquerdas, sob as vistas grossas do governo federal, e a notícia de que os partidos democráticos iniciarão, dentro em breve uma larga mobilização da opinião pública para a defesa das instituições, o presidente da República, aconselhado pelos comunistas que o assessoram e orientam, dispôs-se agora a enfrentar todos os riscos e para dar prova de que passou a ser um “valiente”, á busca de “valientes” para brigar, resolveu assinar o decreto da SUPRA, pondo-se nessa transcendente matéria, ás ordens do jovem João Pinheiro Neto.⁹³

A fala pronunciada pelo jornal *A Razão* supostamente reduzia o processo de reforma agrária brasileiro a um mero ato de jogo político de João Goulart, no sentido de pressionar e captular adesões e votos, que garantiriam a sua reeleição nas eleições de 1965 ou que criasse as base de apoio para um golpe continuísta.

Toda e qualquer tentativa de mudança já seria negativa simplesmente por partir de um governo negativizado, como fora moldado o governo de João Goulart dentro das páginas do jornal *A Razão*. Em nenhum momento teria se admitido, nas páginas aqui analisadas, a possibilidade de alguma atitude positiva, que viesse trazer algum benefício para a população.

⁹³ 25/3/1964, “Devaneios”, editorial.

O jornal defende que os únicos beneficiários dos atos cometidos seriam os integrantes diretos, ou aqueles que possuíam vínculo ideológico com o governo de Goulart.

Para finalizar a exemplificação das teses defendidas pelo jornal *A Razão* acerca da possível assinatura do Decreto da SUPRA, que em realidade sobre o qual muito se falou mas nunca aconteceu e, novamente defendendo a idéia de que seria o Congresso o foro legítimo para a realização das reformas estruturais do país -dentre elas a reforma agrária- veja-se a seguinte racionalização:

Nada há de mais razoável de que o Governo, por seus poderes, procure dar uma orientação racional à questão agrária nos sentido de elevar o padrão de vida do trabalhador rural e, conseqüentemente, proporcionar benefícios à coletividade pelo aumento da produção. [...] As bases em que foi enquadrado o famigerado e ilegal Decreto, com que o governo federal pretende assustar com intuítos políticos, os proprietários de terra, não alcançarão de nenhuma forma os benefícios que pacificamente alcançariam uma legítima Reforma Agrária. Pôr intermédio desse pseudo-diploma legal, o presidente da República e seus asseclas objetivam apenas atemorizar e manietar os seus adversários políticos, pretendendo silenciá-los e obrigá-los a aderir para não se verem espoliados. Nenhuma vantagem seria proporcionada à Nação, mas apenas se criaria um instrumento provocador de desordem e, conseqüentemente, de diminuição na produtividade em prejuízo do povo, para criação do ambiente subversivo necessário à empedernida idéia de continuísmo, inato, que perturba o raciocínio do sr. presidente da República.⁹⁴

Dentro do processo de construção de uma imagem negativa do governo -imagem essa necessária para legitimar a ruptura institucional- o aumento do salário mínimo não teve boa aceitação por parte do jornal. O argumento da elevação em espiral dos preços dos bens e serviços, como sendo uma conseqüência do decreto de aumento do salário, foi utilizado pelo jornal como base para tecer críticas a este ato governamental.

O presidente da República, depois de assinar o novo decreto do salário mínimo, anunciou uma série de medidas para evitar as repercussões do seu ato sobre a economia geral do País, e sobretudo uma alta correspondente no custo de vida. Não o conseguirá. O decreto do tecido e do calçado populares, do remédio barato e do livro didático único não adianta coisa nenhuma e o governo sabe muito bem disso. [...] A intenção do presidente da República pode ter sido boa, mas com boas intenções está pavimentando o inferno.⁹⁵

⁹⁴ 10/1/1964, "País do futuro", editorial.

⁹⁵ Idem.

Veja-se que o editorial ressalta somente a parte negativa, e até inevitável, do aumento dos salários.

Isso é produto do primarismo do sr. João Goulart, em cuja incompreensão se aninha a idéia de que aumentando os salários monetários ele resolve o problema da pobreza e elimina a miséria. Só mesmo a sua ignorância proverbial granítica é capaz de acreditar nisso.[...] Daí a chamada espiral inflacionária em que crescem os salários elevando os preços e de novo sobem os salários e assim pôr diante.⁹⁶

A “flama” contra a inflação racionalizada pelo jornal está intimamente associada ao governo de João Goulart. Em outras palavras, lutar contra a inflação significaria lutar contra o governo de João Goulart.

Mas qual, o grande mal, a causa principal, a raiz das nossas desventuras? Respondem todos, em impressionante unanimidade: é a inflação. Assim responde, inclusive, o próprio Governo que tem poderes e o dever de combatê-la. Tudo inútil. Como se estivesse sendo conduzidos pôr uma fatalidade inelutável, os jorros inflacionários, crescendo sempre, prepararam a inundação, alarmante que ameaça afogar literalmente o Brasil. Trata-se, por acaso de um mal sem remédio? [...] Claro que não. O combate à inflação já foi empreendido, em dezenas de países, com êxito mais completo. Mas no Brasil queremos curá-la apenas com bonitas palavras.⁹⁷

A lei de investimentos estrangeiros também encorpa as páginas dos editoriais do jornal *A Razão*. Diz-se que a partir de 1961 -quando Jânio Quadros assume á presidência tendo João Goulart como vice- o país perdeu o ritmo no qual vinha realizando seu desenvolvimento, já que os investimentos estrangeiros diminuiram demasiadamente.

Acontece, porém que, a partir de 1961 foi truncada a normalidade político-administrativa no país, e os investimentos estrangeiros – que vinham mantendo em ritmo acelerado o nosso desenvolvimento econômico – praticamente cessaram. Mas – esta era a esperança – a regulamentação da lei de remessa de lucros, atendo-se a realidade nacional e internacional, romperia aquele gelo dos empresários estrangeiros no que diz respeito ao lançamento de novas iniciativas econômicas no país ou ampliação das existentes. Aconteceu, porém, o inverso: a regulamentação vai agravar a desconfiança, afastar ainda mais a técnica e o capital alienígena de nosso processo de desenvolvimento econômico.⁹⁸

⁹⁶ 1/3/1964, “Fim do túnel”, editorial.

⁹⁷ 3/1/1964, “A flama de 1964”, editorial.

⁹⁸ 19/3/1964, “Um carnaval na quaresma”, editorial.

Para justificar a necessidade de entrada dos investimentos estrangeiros como aceleradores da economia brasileira e sem os quais o desenvolvimento do país estaria comprometido e, conseqüentemente a economia estagnada, veja-se:

A falta de confiança na própria estabilidade política do país, diante do clima de constante agitação mantido pelo presidente excluía as iniciativas. De outro lado, a lei de remessa de lucros era o justo espantinho contra a colaboração do capital estrangeiro. [...] O lema de que o Brasil não pode parar é um dos mais idiotas que a ignorância governamental já espalhou. Corresponde simplesmente a afirmar que mesmo quando não há recursos monetários nem fatores de produção disponíveis (a inflação é o regime do leilão desses fatores) é imperativo prosseguir nos investimentos. Em qualquer país civilizado uma tal proposição seria bastante para derrubar um governo.⁹⁹

Note-se que, a racionalização acima, conclui sua linha de pensamento propondo que as idéias defendidas por João Goulart já seriam suficientes para sua derrocada, isso em qualquer país civilizado. É razoável inferir que, o Brasil do governo do presidente João Goulart, estaria sendo encaminhado para fora de qualquer ordem “civilizada”.

Na tentativa de reduzir o significado do Comício da Guanabara, o jornal diz que muitos dos que lá estiveram presentes o foram aguçados pela curiosidade ou obrigados por seus respectivos sindicatos, bem como que os cerca de 70 mil participantes não representariam a opinião do povo carioca composto por mais de 4 milhões de habitantes. Já no “revide”¹⁰⁰ de 19 de março, realizado na Praça da Sé, em São Paulo, e organizado pelas forças que se denominavam democráticas, todos que estiveram presentes o foram para defender a democracia brasileira, segundo informa o editorial:

Diante da Central do Brasil, no “meeting” subversivo da aziaga Sexta-feira 13, não estiveram presentes, segundo os cálculos otimistas dos que desejam agradar mais ao presidente da República do que à verdade, mais que 70 mil pessoas. Grande parte delas foram obrigadas a comparecer pelos sindicatos. Não era diminuto o número dos que foram levados ao comício revolucionário por mera curiosidade. O restante eram os dez mil soldados das três Armas, com as suas viaturas de guerra, que guardavam a

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ *A Marcha realizada pelas correntes contrárias à Jango foi diversas vezes enaltecida pelo diário:*

“Calcula-se que um milhão e quinhentas mil pessoas estiveram reunidas na Praça da Sé e nas ruas adjacentes, em São Paulo, para testemunhar o seu apoio às instituições livres, ao poder representativo e à tradição religiosa do povo brasileiro, que os comunistas ameaçam abertamente destruir.

Verá o presidente da República que a reação não é contra as reformas legítimas e sim ao esforço dos grupelhos vermelhos que querem, à fina força, montar nessas reformas e servir-se delas com o torvo objetivo de aniquilar a democracia”.

preciosa vida do sr. João Goulart. Há de convir-se que, para uma cidade de quatro milhões de habitantes como o Rio de Janeiro, um comparecimento de setenta mil pessoas está muito longe de exprimir a vontade coletiva, pois representa uma percentagem insignificante da população.¹⁰¹

Admite-se a possibilidade de superestimação quanto ao número de participantes do Comício da Guanabara, mas, com relação à Marcha da Família, essa possibilidade não é questionada. Buscando caracterizar o acontecimento do dia 13, o jornal constrói um perfil, no mínimo, caótico:

Foi o comício da Praça Cristiano Ottoni a mais extemporânea das manifestações totalitárias de que há notícia, extemporânea e ilegal, pois começou pelo solene desprezo do que leis e regulamentos claramente prescrevem. Um governo falto de razão, mas policial e militarmente forte, um governo a fazer abusivo emprego da força, a desprezar a soberania de um Estado, desceu à praça pública para fazer causa comum com os inimigos declarados do regime e da democracia.¹⁰²

“Fazer causa comum com os inimigos declarados do regime e da democracia”, significaria a existência de uma frente “anti-democrática”, visualizada a partir do momento em que o governo uniu-se ao “anti-povo” para, numa só voz, reivindicar os mesmos propósitos: acabar com as liberdades do povo e instalar uma ditadura comunista no país, objetivando dividi-lo para entregar uma parte à sua respectiva pátria ideológica, a União Soviética.

Ainda quanto ao processo da construção simbólica negativa do Comício da Guanabara, o jornal inova a linguagem, criando conceitos em suas páginas: o de povo e de anti povo. Buscando fundir contextos de grupos diversos numa identidade coletiva, ou seja, utilizando-se da estratégia de construção da simbolização da unidade, o trecho seguir pode elucidar quem é quem:

Tudo o que havia de agressivo e extremista, nos quatro cantos do país, foi cuidadosamente mobilizado. Disseram os mitingueiros oficiais que era o povo. Na verdade, o que se juntou à custa de centenas de milhões de cruzeiros foi, para a honra do Brasil, o que há de mais caracteristicamente anti-povo. O verdadeiro povo, os 75 milhões de brasileiros, que suportam, estoicamente, os clamorosos erros dos governantes, esteve longe da praça de armas em que se transformou um dos mais populares logradouros públicos da Cidade Maravilhosa..¹⁰³

O jornal defende a tese de que o comício teria sido organizado por comunistas e patrocinado pelos cofres públicos. Na racionalização abaixo, o presidente da República seria um “fantoche” nas mãos de seus “assessores comunistas”:

¹⁰¹ 10/1/1964, “País do futuro”, editorial.

¹⁰² 21/1/1964, “Valiente a busca de outros”, editorial.

¹⁰³ 26/1/1964, “Regulamentação do desenvolvimento”, editorial.

Nunca se conceberia que o presidente da República de um país sério aceitasse o papel que os assessores do sr. João Goulart tentam fazê-lo representar, levando-o a associar-se, pessoalmente, a uma comício promovido pelos comunistas, e a anunciar como atrativo principal desse convívio político, a assinatura de um decreto de alta transcendência para a vida política e econômica do País, convertido dessa forma em simples número de propaganda das esquerdas revolucionárias.¹⁰⁴

O decreto em questão é o da SUPRA, que seria assinado no comício. Em outra parte do mesmo editorial, Jango é apontado como o deflagrador da revolução, ao soltar o grito revolucionário:

No comício de Sexta-feira, 13, o presidente perdeu as estribeiras e entre ironias lançadas contra o Rosário e as santas mulheres que depositam nele a sua fé, e ameaças apologéticas aos que não concordam com o seu propósito continuísta, soltou um grito de revolução, ao mesmo tempo que desferia golpes contra as instituições democráticas, a Constituição e os partidos que detêm igualmente a maioria da representação nas Câmaras.¹⁰⁵

Ao comentar a participação das Forças Armadas no comício, a mando do presidente, em editorial, o jornal acusa Jango de estar coagindo as Forças Armadas, de onde se conclui que, se não tivessem sido obrigados pelo “chefe supremo da Nação”, as mesmas não teriam comparecido ao Comício.

Não é justo que o presidente da República, abusando da sua autoridade de chefe supremo das Forças Armadas coaja o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a tomarem parte, com milhares de seus homens, armados de canhões e bazucas, numa cena de caráter puramente político-partidário, em que o sr. João Goulart figura como líder do PTB e das camarilhas de pelegos e nacionalistas russos, todos obedientes ao comando dos comunistas que são os verdadeiros empresários do triste espetáculo.¹⁰⁶

No editorial de título “O inimigo comanda a fortaleza”, visualiza-se a difusão de uma construção simbólica que, a princípio, teria por objetivo retratar a defesa pessoal proferida por João Goulart, em resposta à acusações feitas por Bilac Pinto acerca de seus atos governamentais e a tranquilização da população perante os mesmos. Porém, após a análise, conclui-se que a racionalização acabou por constituir-se em mais uma crítica ao presidente da República

Respondendo ao deputado udenista, o primeiro magistrado afirmou que a Nação carece de motivos para intranquilizar-se com os seus atos que são todos inspirados no seu interesse, citando o caso da Lei de Remessa de lucros, recentemente regulamentada e em consequência da qual cessou, inteiramente a entrada de novos

¹⁰⁴ 25/3/1964, “Devaneios”, editorial.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ 16/2/1964, “O feitiço sobre o feiticeiro”, editorial.

capitais, em nosso País, e com a Reforma Agrária elaborada pela SUPRA sob a direção de um menino irresponsável, e que será assinada, nos próximos dias.¹⁰⁷

2.5- DESENVOLVIMENTO DA MENTALIDADE DE REVOLTA

Em diversos momentos, em maior ou menor grau, o jornal lançava questões pertinentes ao desfecho que o contexto em estudo viria a ter. O discurso construído pelo jornal *A Razão*, objetivava contribuir para a legitimação da ruptura institucional. Paulatinamente, trabalharia com temas e inculcava conceitos que, posteriormente, seriam utilizados pelo regime militar, a exemplo ditadura e intervenção das Forças Armadas. Esses conceitos são construídos sob a égide da racionalização visando à legitimação, do expurgo do outro visando à fragmentação, da simbolização da unidade visando à unificação. Desta forma, estas simbologias constituem e corporificam o discurso ideológico legitimador do jornal *A Razão*.

Estamos vivendo momentos de indisfarçável gravidade. A sensação do perigo está em todos os espíritos. E o fato de as forças democráticas se virem na contingência de sair às ruas para defender o nosso regime de liberdades individuais é uma amostra de que, continuasse a omissão, os totalitários já teriam sepultado a democracia brasileira. Felizmente esta possui vitalidade suficiente para sobreviver mesmo aos maiores embates.¹⁰⁸

O jornal expõe a sua linguagem de forma clara e direta. As palavras são articuladas de forma a gerar um sentimento de revolta no leitor. O próximo passo seria transformar essa revolta em articulação para a luta contra a causa maior dos problemas brasileiros, como fica claramente visível no último parágrafo deste editorial:

Precisamos, isso sim, desenvolver o quanto antes a mentalidade de guerra, preconizada pelo Deputado João Calmon. Guerra à baderna, guerra sem tréguas aos conspiradores do “paredón”, aos torvos autores da “revolução com data marcada”, denunciada pelo governador Ildo Meneghetti. Mas, sobretudo, guerra implacável ao arquiinimigo à vista: a inflação. Essa deve ser a palavra de ordem, a flama nacional para 1964.¹⁰⁹

¹⁰⁷ 5/2/1964, “Crise militar em marcha”, editorial.

¹⁰⁸ “O inimigo comanda a fortaleza”, editorial.

¹⁰⁹ 3/3/1964, “A flama para 1964”, editorial.

Desta modo, lutar contra a inflação, que seria a causadora de tantos males à economia do país, significaria lutar contra os maus governantes, que não teriam conseguido deter seus avanços. Ao se declarar “guerra à inflação”, também se estaria declarando guerra ao governo de Jango. Essa mentalidade de revolta foi divulgada, insistentemente, pelo jornal *A Razão* no período em estudo.

O futuro do Brasil depende da firmeza e decisão dos homens responsáveis, inclusive das elites. Se a indecisão e o medo predominarem, o futuro poderá ser realmente sombrio, pois as minorias atrevidas e ideologicamente comprometidas aí estão à espreita, prontas a desferir o bote mortal. Este é um país rico de possibilidades, com uma abundância de recursos naturais raramente encontrada em outras partes do mundo. Porém, a maior riqueza está no homem, no generoso e tão sofrido homem brasileiro que talvez tenha sido demasiado tolerante para com os que o desservem e atraíam. Entretanto, como é sofrendo que se aprende, do sofrimento e das desilusões procederá certamente a conduta que nos reconduzirá ao reto caminho.¹¹⁰

Ao enaltecer o “sofrido” povo brasileiro como sendo a maior riqueza do país e, ao mesmo tempo, chamando este povo a aprender com seu sofrimento, ou seja, a não repetir o erro de apoiar e eleger elementos que, num futuro muito próximo, mostrar-se-iam traidores da pátria, o discurso proferido pelo jornal *A Razão* estava, ideologicamente, contribuindo para legitimar a ruptura institucional que o país viveria. Ao construir o comunismo como um “inimigo comum” da democracia e liberdade dos brasileiros, o discurso do jornal *A Razão* estaria utilizando-se da simbolização da unidade como estratégia de construção simbólica, inserida dentro do modo geral de operação da ideologia trabalhado por Thompson como unificação. Essa “pseudo”-unidade foi construída e repassada, com o intuito de estabelecer e sustentar relações de dominação.

Uma forma de intervenção defensiva é anunciada a todo instante e a população foi chamada a posicionar-se ao lado daqueles que, supostamente, defendiam a liberdade e a democracia –a coalizão civil-militar que deferiu o golpe.

¹¹⁰ 10/1/1964, “País do futuro”, editorial.

As Forças Armadas não podem continuar alheias ao fato terrível de que a bolchevização do Brasil está sendo feita aceleradamente, e por todos os meios ao seu alcance o governo promove a mobilização de suas forças políticas para conduzir-nos à catástrofe da revolução e da guerra civil.¹¹¹

Visando justificar a necessidade de uma intervenção defensiva por parte das Forças Armadas contra o governo, Theophilo de Andrade construiu uma crônica, onde a culpa pela crescente onda de greves no país recairia sobre João Goulart: “*O que resta saber é se as Forças Armadas se prestarão a suportar esse jogo político, que está levando o País ao desespero e à ruína.*”¹¹²

O ano de 1964 deve, assim ser para o Brasil o ano da luta sem quartel contra a inflação, em defesa do desenvolvimento econômico, da paz social e da sobrevivência do regime. [...] Há uma questão por demais séria para as atuais gerações – os destinos da Nação – que não tolera transigências nem acomodações com o mal inflacionário. Devemos repelir os engodos da demagogia e os passes de mágica dos falsos líderes do passionarismo caboclo.¹¹³

Ao evocar a “sobrevivência” do regime, o jornal tenta mobilizar, ideologicamente, a população e também as Forças Armadas, incitando os “democratas” e defensores dos “verdadeiros interesses da Nação”, a lutar contra a infiltração do inimigo. Mas, mesmo assim, “*ninguém de bom senso pensa em arrebatar o poder das mãos do presidente da República, embora todos vejam e saibam que o está exercendo em detrimento dos mais sagrados interesses do Brasil.*”¹¹⁴

Durante todo o período analisado páginas do jornal e, principalmente, os editoriais constróem uma figura negativizada do presidente da República e de seu governo, ao mesmo tempo em que defendem uma intervenção defensiva das Forças Armadas que são os responsáveis pela unidade nacional. A afirmação “*ninguém de bom senso pensa em arrebatar o poder das mãos do presidente da República*” fica obscurecida diante da racionalização recorrente segundo a qual o presidente estaria governando para seus assessores

¹¹¹ 12/3/1964, “Unidade nacional”, editorial.

¹¹² 22/1/11964, “A greve revolucionária”, Theophilo de Andrade, crônica, contra capa.

¹¹³ 3/1/1964, “A flama de 1964”, editorial.

comunistas, de onde se conclui que é preciso erradicar o comunismo do Brasil. Por fim afirma: “A nação não pode ser colhida de surpresa”, novamente incitando a população a tomar uma atitude antes que seja tarde demais.

Os devaneios continuístas e ditatoriais que tumultuam o cenário político nacional, geralmente sob inspiração extracontinental, certamente estão verificando que seu programa de subversão da ordem pública é impraticável: a consciência democrática brasileira vem demonstrando capacidade magnífica para reagir às ações destinadas a destruir o regime de liberdades individuais vigentes no País.¹¹⁵

Sob o título de “País do futuro”, o editorial de 10 de janeiro constrói uma imagem enaltecida e unificada do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que ataca o governo de João Goulart. Essa carga de auto-estima direcionada ao leitor, fez-se necessária para que desperte nele a efervescência de lutar contra as causas (ou os causadores) da crise estabelecida: “Somos evidentemente, um país cujos governos, com raras exceções, estão aquém da missão que por bamburrio lhe coube”¹¹⁶. Associar a eleição de um presidente da República - expressão máxima da democracia dentro de um país (como o próprio jornal defende em outro momento¹¹⁷) - a uma simples casualidade foi um ato intencional, que objetivou descontextualizar o processo em questão. Essas fragmentações do processo e do contexto acabam por desconfigurar as ações cometidas, seja de um lado ou de outro, recebendo ambas, nova roupagem.

O jornal não lança questões provocativas apenas na direção das pessoas comuns, também incita o Congresso a tomar o posto que lhe cabe, antes que este fosse dissolvido por uma suposta intervenção do presidente da República. A exemplo, o jornal constrói uma racionalização visando recordar os acontecidos de 1937, quando o Congresso foi dissolvido por Getúlio Vargas e iniciou-se o Estado Novo.

Se não resistir à ação desmoralizadora, acovardando-se, o Congresso terá simplesmente apressando a dissolução que o sr. João Goulart, apoiado principalmente

¹¹⁴ 24/1/1964, “Petulância vermelha”, editorial.

¹¹⁵ 8/3/1964, “O governo contra o Brasil”

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

pêlos comunistas, está planejando para breve. [...] Não tendo protestado no momento oportuno, não sentindo a hora de grandeza que a história lhe oferecia, preferido morrer sem ao menos grunir como fazem os porcos, o Congresso de 1937 teve a sorte de que se fez merecedor. Agora repetem-se as circunstâncias daquela época ominosa, de que a Nação ainda não se repôs, e em condições ainda mais terríveis, porque o inimigo vem de fora e é sustentado por agentes da mais revoltante traição ao Brasil.¹¹⁸

Essa oportuna lembrança acerca dos episódios de 1937, quando houve o fechamento do Congresso Nacional, permite concluir que o diário desejaria incitar o Congresso a agir efetivamente, dependendo desta ação a sua sobrevivência.

A respeito da participação das Forças Armadas no Comício da Central do Brasil, em editorial¹¹⁹, o jornal anuncia: “*Tudo isso parece sumamente insensato, além de sumamente perigoso para a segurança das instituições nacionais*”.

O mês de março de 1964, decisivo na história recente do nosso país, começou com um editorial intitulado “*O fim do túnel*”¹²⁰, que preconizava “*A esperança do povo brasileiro está no seu próprio amor à democracia, na fidelidade das Forças Armadas as instituições livres.*” Associa a salvação do povo brasileiro à ação das Forças Armadas, não por mero acaso. Qualquer semelhança com a (futura) realidade, pode não ser, nesse caso, mera coincidência.

Ao se intitular porta-voz das Forças Armadas, o jornal emitiu, em tom de comunicado, como os setores das três armas estariam se articulando diante do contexto de turbulências políticas. Cita-se a crônica de Oscar de Andrade, intitulada “*A consciência militar*”, onde pode-se analisar, com maior clareza, qual seria a possível posição tomada:

Podemos afirmar a todos os brasileiros que existe uma consciência firmada dentro dos quartéis, de absoluta respeito à lei. Comandantes e comandados comungam com o mesmo pensamento de acatar a autoridade constituída, mas nunca estar a serviço de quem quer que seja para ferir à Carta Magna. Consideramos isso o amadurecimento de consciências que não se deixam empolgar por paixões. O soldado de hoje é um esclarecido, Não pode nem deve cumprir ordens contrárias à sua missão, tão bem

¹¹⁸ 21/3/1964, “Resistir para não acabar”, editorial.

¹¹⁹ 8/3/1964, “O governo contra o Brasil”, editorial.

¹²⁰ 1/3/1964, “Fim do túnel”, editorial.

definida nos regulamentos e no próprio compromisso que assumiu quando ingressou nas classes armadas.¹²¹

Exaltando o dever sagrado das Forças Armadas de salvaguardar a unidade nacional, a crônica esclarece que isso não fará das três armas fantoches nas mãos de propósitos contrários ao bem do país. Ou seja, mesmo respeitando o presidente da República como chefe supremo da nação, se este vier a cometer atos ilícitos que representassem desrespeito à Constituição, seria impedido, pois acima das vontades do presidente estaria o bem maior da nação, identificado através da manutenção da unidade nacional.

Entre as missões das Forças Armadas figura em primeiro lugar e com absoluta prioridade sobre todas as demais, a defesa da unidade nacional. Neste momento, a unidade nacional está correndo o maior risco a que se expôs desde os dias da Independência. Jamais duvidaremos de que as Forças Armadas estejam firmes e inabaláveis no juramento de defender a integridade e unidade política do Brasil. Mas pode acontecer, como de fato sucede agora, que as Forças Armadas pareçam inadvertidas da tremenda ameaça que pesa sobre a unidade que tantos sacrifícios custaram aos nossos maiores e que é o grande título de nosso orgulho nacional. Quem ameaça a unidade nacional são os comunistas que infestam os altos postos governamentais, que se encontram como assessores do presidente da República e que estão até mesmo dentro do Conselho Nacional de Segurança.¹²²

Note-se que, a racionalização crítica a suposta apatia das Forças Armadas, diante do momento de incertezas e de iminente perigo, no qual o país estaria imerso.

O aviso estava sendo dado de variadas formas. Note-se que, as forças democráticas, teriam se mostrado dispostas a empreender, em qualquer campo, as batalhas necessárias à defesa do regime, segundo se pode vislumbrar: *“Os pronunciamentos de expressivas figuras da política nacional têm sido marcados por uma fidelidade incondicional à democracia e, mais do que isso, pela disposição de tudo jogar na defesa do regime democrático”*.¹²³

A sociedade civil começaria a se organizar, criando movimentos de revide às manobras governamentais. Desses movimentos emanariam manifestações diversas, como por exemplo, a Marcha da Família realizada em São Paulo.

¹²¹ 23/1/1964, “A consciência militar”, Oscar de Andrade, crônica, contra capa.

¹²² 12/3/1964, “Unidade nacional”, editorial.

A democracia vale a luta, o sacrifício e esforço que cada homem ou mulher fizer para preservá-la. Todos devem prezar a liberdade pois só os que tem vocação para a fraude a menosprezam. Juntemos as mãos sem ódio, mas sem covardia para que a nossa pátria continue livre. O objetivo do movimento não é o combate histórico ao comunismo, [...] pois as reformas são necessárias também para o bem-estar do povo brasileiro. O que será apregoado são as reformas dentro da justiça social e através do clima de liberdade e da democracia.¹²⁴

Estando cada vez mais perto do desfecho, as acusações acirraram-se ainda mais.

Note-se que a racionalização que segue fala de uma “revolução com data marcada”, apostos para ser deflagrada no Rio Grande do Sul e fazer deste o “quartel general da revolução”.

Denunciar a revolução com data marcada e desmarcada que deveria deflagrar no Estado, e visava, inclusive, depor, quiçá assassinar o seu governador para apossar-se do Palácio do Piratini e para fazer de lá do Estado mais meridional, o quartel general da revolução.¹²⁵

Mais e mais acusações são espostas nas páginas do jornal *A Razão*, no intuito de não deixar dúvidas na população de que governo brasileiro estaria cada vez mais perto do desfecho deste período de dúvidas e “trevas”. A ruptura institucional estaria próxima.

Diversas racionalizações foram construídas afim de apontar o Comício do dia 13 como o ato governamental deflagrador do “contra-golpe”. *“Foi escolhido o dia 13 como data nefasta para consecução dos inconfessáveis propósitos”*.¹²⁶ Sendo assim, *“disse ainda o sr. João Calmon que o comício do dia 13, na Guanabara, promovido pelo presidente João Goulart, serviu para “despertar a consciência democrática do povo brasileiro”*.¹²⁷

Em editorial publicado no dia mais decisivo da história do Brasil no período em estudo -31 de março de 1964- pode-se inferir que o jornal racionaliza uma suposta reação da população diante do “caos” instalado no país pelo presidente da República e seus “assessores comunistas”:

¹²³ 25/3/1964, “Devaneios”, editorial.

¹²⁴ 31/1/1964, “Rede da Democracia – Sobrevivência do regime exige de todos a vigilância e o sacrifício”, Agência Meridional, Rio de Janeiro, crônica, contra capa.

¹²⁵ 23/1/1964, “Rede da democracia: comanda subversão e conduz demagogicamente o problema da reforma agrária em nosso país”, notícia.

¹²⁶ 13/3/1964, “Vermelho e 13, Fernando Nobre Filho, crônica, contra capa.

¹²⁷ 31/3/1964, “Calmon exalta pronunciamento de Magalhães, estímulo novo à luta em defesa da democracia”, Agência Meridional, Belo Horizonte-São Paulo, capa.

CAPÍTULO 3

A RECEPÇÃO DO GOLPE COMO “SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS NACIONAIS”

“Santamariense:

*Tu que estás sempre pronto a aplaudir as causas justas de tua terra;
tu que és cristão convicto; tu que sabes fazer justiça; (...) tu que és fiel aos
princípios do cristianismo e da verdadeira democracia – prestigia com a tua
presença física a justa manifestação popular que a cidade vai prestar às
Forças Armadas representada pela tropa coesa e disciplinada da Terceira
Divisão de Infantaria.*

Confio em ti, santamariense!

*Estou certo de que não faltarás, como nunca faltaste á tua terra e tua gente
nas horas boas e nas horas amargas”.*

Jornal *A Razão*, 16/4/64,

“Palestra proferida ontem, na Rádio Imembuí, pelo jornalista Napoleão Sacchis, chefe do Gabinete de Imprensa da Universidade e redator de *A Razão*: “Nova era para o Brasil”.

Capítulo 3:

A RECEPÇÃO DO GOLPE “SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS NACIONAIS”

3.1- E AGORA JOSÉ?

O início do regime militar brasileiro configurou-se como sendo um período de transição em todos os setores da sociedade brasileira. Nas esferas política, econômica e social as mudanças viriam a aparecer rapidamente, com a derrocada da democracia populista. O que havia sido constantemente anunciado e defendido nas páginas do jornal *A Razão*, viria a acontecer na noite de 31 de março de 1964, quando as “forças democráticas brasileiras” entraram em ação direta contra o governo trabalhista de João Goulart e seu suposto anseio de comunização do país –trabalhado no capítulo anterior.

Essa ação seria classificada como “defensiva” e “saneadora” pelas racionalizações construídas ao longo do material analisado, onde o jornal defende a idéia de que as Forças Armadas souberam, a tempo, ouvir os anseios do povo brasileiro, que discordaria dos rumos que estariam sendo dados aos destinos do país ¹²⁸.

Com a manchete de capa: “*Minas reagirá contra o golpe à Constituição*”, o *A Razão* anuncia, no dia 1º de abril de 1964, que tropas mineiras resolveram entrar em ação, visando a devolver o país à legalidade, supostamente perdida durante o governo trabalhista de João Goulart, note-se através da reprodução do manifesto do governo de Minas Gerais:

Ante o malogro dos que ao nosso lado vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais dentro da estrutura do regime democrático, as Forças Armadas sediadas em Minas Gerais, responsáveis pela segurança das instituições, garantindo a normalidade institucional consideram de seu dever entrar em ação a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio presidente da república.¹²⁹

Em comunicado oficial, “*o comandante da 4ª Região Militar general Olímpio Mourão Filho informou que o código Penal Militar começou a vigorar em toda a área da 4ª Região Militar a partir das 18 horas*”.¹³⁰

Somente no dia 2 de abril o jornal transmite informações mais precisas e, mesmo assim, ainda confusas, sobre o que haveria acontecido na esfera política do país. Com a manchete de capa: “*Notícias desencontradas confundem posição nacional no primeiro dia de crise política*”, toca-se mais diretamente, e com mais destaque por parte do jornal, na questão do golpe militar:

¹²⁸ Convém salientar, novamente, que defendemos a tese de uma coalisão civil-militar como sendo a organização que planejou e desferiu o golpe militar de 31 de março de 1964.

¹²⁹ 1/4/1964, “*Minas reagirá contra o golpe à Constituição*”, notícia, capa.

¹³⁰ 1/4/1964, “*Minas reagirá contra o golpe à Constituição*”, notícia, capa.

Os acontecimentos que se desenrolaram em todo o país, tendo em vista a atitude assumida pelo governador Magalhães Pinto com o apoio dos generais Luiz Guedes e Olimpio Mourão Filho provocaram, desde sua eclosão uma série de notícias realmente contraditórias. De um lado a formação da chamada “Rede da Liberdade”, englobando emissoras que apoiam o movimento dos rebeldes e, por outro, a integração da “Rede da Legalidade”, comandada pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, ambas com noticiários a respeito das medidas adotadas em defesa dos princípios que norteiam a ação dos insurretos e o governo respectivamente ¹³¹.

A notícia também informa que “*ao cair da tarde de ontem, emissoras uruguaias e argentinas anunciavam a renúncia do presidente João Goulart*”.

No mesmo dia, o jornal publica, na contra capa, um suposto comunicado do presidente da República – sendo que a essas alturas João Goulart já não seria mais o presidente - onde, em tom de desabafo, João Goulart profere uma defesa de seu governo. Sob o título de: “*Jango em mensagem esta madrugada: não recuarei, não me intimidarão*”, fala das suas tentativas de “*libertação econômica do país*”, “*contra as arremetidas da prepotência política e da pressão do poder econômico*”, contra as quais, possivelmente, os “*reacionários*” se levantaram ¹³².

Exatamente abaixo desta reportagem, encontra-se uma “*Nota oficial do comando da DI*” e, apesar de possuir menos de um terço do número de caracteres em comparação com a notícia citada acima, ocupa quase o dobro de espaço do que a mesma no jornal. Essa notícia era a transcrição de uma nota emitida pelo general Mário Poppe de Figueiredo, comandante da 3ª Divisão de Infantaria – Guarnição Federal Militar de Santa Maria, onde declara:

- 1- A ordem pública e as liberdades individuais serão mantidas.
- 2- Não serão permitidos atos que visem perturbar a vida normal da cidade, sendo reprimidos com energia quaisquer tentativas nesse sentido.
- 3- Ficam proibidas irradiações alarmantes ou de incitamento, bem como reuniões em via pública de mais de cinco pessoas.
- [...] 5- Alerto a população que constitui crime contra a Segurança nacional: [...] Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral ou mesmo particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma, armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizada pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.
- Esclareço ainda, que ficam proibidas todas as vendas de armas, munições e explosivos” ¹³³.

Este comunicado oficial representaria um prelúdio do que aconteceria posteriormente, pois ao dar a tonalidade dos discursos oficiais militares vindouros, este buscava preparar a população para as mudanças na

¹³¹ 2/4/1964, “Notícias desencontradas confundem posição nacional no primeiro dia de crise política”, notícia, capa.

¹³² 2/4/1964, “Jango em mensagem esta madrugada: não recuarei, não me intimidarão”, notícia, contra capa.

vida social, nascidas como consequência da ruptura institucional. O governo militar brasileiro começaria a mostrar a que veio.

“*Mazzilli presidente*” é anunciado com letras gritantes na capa do jornal *A Razão*, em 3 de abril de 1964. Com a presidência da República deslocando-se para as mãos do presidente da Câmara dos Deputados, dava-se, oficialmente, como finda a temporada de João Goulart no posto de chefe supremo da Nação.

O discurso criado e emitido pelo jornal, teria contribuído para, ideologicamente, a partir de críticas construídas a respeito da conjuntura do contexto, gerar o anseio de modificações estruturais na política brasileira, sendo a primeira dessas grandes mudanças, a substituição do mandatário do país, muitas vezes apontado pelo *A Razão* como o líder da suposta “conjura” que pretendia instalar no país uma ditadura nos moldes castristas e, supostamente, dividir o Brasil para dar uma parte à União Soviética, conforme exaustivamente trabalhado no capítulo anterior.

O que se podia esperar de um avantajado país comunista nesta ponta meridional do Hemisfério? Se Cuba, escassamente povoada, dá às democracias ocidentais a dor de cabeça que todos sabemos, o que podíamos esperar de uma potência obediente às ordens de Moscou. Em pouco tempo, Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai [...] sofreriam a poderosa influência de um Estado esquerdista, filho dileto, na América, da maliciosa União Soviética. Em pouco tempo, o vermelho dominaria a parte mais povoada da América Latina.¹³⁴

Logo o jornal adentra em pontos fundamentais dentro da nova ordem que começava a estabelecer-se, e levaria alguns anos para estruturar-se e legitimar-se. O *A Razão* defenderia a necessidade de uma rápida reformulação da economia, visando atrair investimentos estrangeiros, que pudessem alavancar o desenvolvimento brasileiro.

Sem uma reformulação da nossa política econômico-financeira, erradicando erros cometidos nesse campo importantíssimo da vida nacional, evidentemente, o capital nacional e, muito menos, o estrangeiro, de que ainda tanto necessitamos, não se interessarão em iniciativas que são reclamadas entre nós, com vistas ao nosso progresso futuro.¹³⁵

Em 10 de abril de 1964 aparece, pela primeira vez nos editoriais, a conceitualização do ato insurrecional contra o governo como sendo uma “Revolução” (com letra maiúscula).

Foi – insistimos- uma revolução brasileira, mas, por múltiplas implantações, vale como revolução latino-americana, principalmente sul-americana. Se a reação saneadora malograsse teríamos, como consequência que os antecedentes

¹³³ 2/4/1964, “Nota oficial do comando da DP”, transcrição da nota oficial, contra capa.

¹³⁴ 10/4/1964, “Salva a democracia na América Latina”, editorial.

¹³⁵ 9/4/1964, “Erradicação dos erros”, editorial.

antemostravam, o fortalecimento do comunismo, a instituição, nessa margem do Atlântico, de uma super Cuba não de seis, mas de oitenta milhões de habitantes.¹³⁶

Estaria dada a largada para o início de um período de 21 anos vividos sob o apanágio do aparato militar.

3.2- A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DE CASTELO

“Acorda hoje o Brasil no limiar de nova era”¹³⁷. É com esta frase que o editorial do jornal *A Razão* do dia 15 de abril de 1964 adentra no anúncio, pela primeira vez, acerca da “*ascensão do General Humberto de Alencar Castelo Branco à suprema magistratura*”¹³⁸ do país. Após a construção da figura de João Goulart como sendo um governante desleal para com a pátria que representava, e despreparado nas artes de governar -como foi trabalhado no capítulo anterior – o *A Razão* apresentaria, em suas páginas, um substituto supostamente à altura do cargo do Brasil - país que se configuraria como uma “*potencialidade de subcontinente*”¹³⁹ e possuiria um povo de “*poder inexaurível(...), o melhor povo do mundo*”¹⁴⁰.

A Revolução completa hoje o seu primeiro ciclo: o da sua instituição com a posse do presidente da República, armado de todos os poderes para consolidar os objetivos últimos do movimento que expulsou do governo e do País o sr. João Goulart. Este é na verdade um dia memorável na história da democracia brasileira. O segundo ciclo da Revolução começa hoje, com a posse do novo presidente da República.¹⁴¹

Segundo racionaliza o diário, esse novo presidente seria o “*luzeiro de novos destinos para o País. Os grandes destinos que o Brasil aguarda desde o júzo de Pero Vaz de Caminha*”.¹⁴² Um homem que fosse de grande valor moral e honra inabaláveis, assim como, pode-se inferir que, a racionalização abaixo busque o descrevê-lo. O editorial emite a opinião do diário acerca do novo presidente:

Fizemos nossas as palavras do General Poppe de Figueiredo, ao traçar o perfil espiritual do novo Presidente da República: “Com o General Castelo Branco – disse o comandante do II Exército – o Brasil vai ter uma agradável surpresa: a surpresa do seu melhor governo em todos os tempos.”¹⁴³

¹³⁶ 10/4/1964, “Salva a democracia na América Latina”, editorial.

¹³⁷ 15/4/1964, “Dever do presidente”, editorial.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ 14/4/1964, “Assil seja”, editorial.

A racionalização acima pode servir como exemplo da tônica do discurso construído pelo jornal, a partir do golpe militar de 1964, acerca do novo governante do país. A partir deste momento, as críticas ao já ex-presidente João Goulart são substituídas, mas não esquecidas, por uma exaltação à Castelo Branco e ao governo militar que a pouco havia ascendido.

Através dessa Revolução de 1964, subiria ao poder supremo a integridade importada do Ceará. O Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco já se impôs à confiança do Brasil não apenas por ter sido o articulador de um movimento vitorioso, porém pelo seu modo de ser e de agir.¹⁴⁴

Apesar da ditadura brasileira ter possuído um caráter despessoalizado¹⁴⁵, o jornal constrói cadeias de raciocínio que tecem elogios enaltecidos à figura do estadista Castelo Branco, que seria, a partir dessas construções simbólicas, um mito, digno de adoração por parte de seus governados, exemplo de comportamento, honradez e lealdade. A exemplo:

É edificante um povo ouvir, sem sorrir ironicamente, um governante oferecer à Nação o seu “próprio exemplo” como penhor de seu comportamento. “Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Era o que reclamávamos para o Brasil: uma nobre voz.”¹⁴⁶

Ao adentrar em um importantíssimo ponto concernente ao tema em estudo, a construção simbólica racionalizada a seguir, salienta o objetivo maior da *Revolução*, que teria sido a *consolidação do regime democrático*. Em prol da concretização deste intuito é que as medidas “saneadoras” seriam tomadas pelo novo governo, que, aos poucos, mostraria as formas e os caminhos para a realização desta tarefa, sendo a chamada “operação limpeza” a primeira delas. O trecho racionaliza unindo o propósito da operação limpeza com a necessidade de união nacional em torno do presidente da República, pessoa mais indicada para comandar a execução das reformas, ditas necessárias.

Somente formado em torno do presidente da República, forte em sua autoridade constitucional, poderemos realizar a grande obra de limpeza política, de reestruturação da economia e das finanças e de consolidação do regime democrático que é o objetivo da Revolução. Não há outro maior.¹⁴⁷

¹⁴⁴ 23/4/1964, “Uma nobre voz”, editorial.

¹⁴⁵ “A ditadura institucional, despessoalizada do Brasil, permitiu a própria dissolução do regime”, DOCKHORN, 1999, p.380.

¹⁴⁶ 23/4/1964, “Uma nobre voz”, editorial.

Comentando acerca de uma viagem feita pelo presidente da República Castelo Branco ao Rio Grande do Sul, o jornal, novamente intitulando-se porta-voz do povo, constrói um editorial de título “O presidente e o Rio Grande”¹⁴⁸, onde afirma que Castelo teria sido recebido “*no meio de grandes manifestações de entusiasmo popular*”, onde “*todas as camadas sociais tributaram ao chefe de Estado uma recepção realmente comovedora pela sua espontaneidade e calor*”. E conclui:

O sentimento de libertação e desafogo que se observa em todo País, levou os riograndenses a acolher o presidente Castelo Branco como verdadeiro símbolo da nova era que se abriu para o povo brasileiro, com todas as justificadas esperanças que um homem probo, culto, de extrema seriedade e alto civismo, inspira como garantia de que esta grande oportunidade de renovação jamais será perdida.

Com o objetivo de defender e enaltecer o poder de Castelo Branco, o jornal racionaliza um desmentido sobre algumas notícias publicadas na imprensa estrangeira, que caracterizam o novo presidente como sendo apenas uma “figura decorativa” em meio aos grupos que haviam tomado o poder.

As palavras enérgicas do presidente da República serviram também como resposta a certos comentários publicados na imprensa estrangeira, nos quais, sem o mínimo conhecimento da realidade política e militar do Brasil, vem sendo apresentado apenas como um símbolo, privado do poder de decisão que estaria sendo, na realidade, exercido por outros. Uma prova de que esse não é o caso, encontra-se na resistência do presidente da República à prorrogação do Artigo 10 do Ato Institucional que lhe dá autoridade para ordenar cassações de mandatos políticos e de direitos dos cidadãos, desejada por certos setores militares que foram, no entanto, frontalmente contrariados, pela vontade exclusiva do marechal Castelo Branco.¹⁴⁹

Outra questão presente no diário, após o golpe, foi da possibilidade de prorrogação da data para a próxima eleição ao cargo de presidente da República, prevista pela Constituição Federal, para 1965. A opinião de Castelo Branco, segundo os editoriais, seria bem clara. O presidente se mostraria contrário ao suposto adiamento das eleições¹⁵⁰, justificando que um dos principais objetivos da Revolução de 31 de março teria sido o de devolver o país à democracia, após proceder a reorganização político-administrativa. Porém, se fosse para o bem da nação, Castelo abdicaria de sua posição pessoal e acataria as decisões do Congresso Nacional, que se mostrava favorável a esse adiamento. Deste modo,

O marechal Castelo Branco, em várias oportunidades, fez a solene declaração de que as eleições seriam realizadas em 1965, e de que a 31 de janeiro de 1966, passaria a faixa presidencial a seu sucessor. Ninguém tem direito de duvidar de sua absoluta sinceridade, ao anunciar aquela disposição pessoal, mas sobreviveram novas

¹⁴⁷ 12/6/1964, “Palavra decisiva e definitiva”, editorial.

¹⁴⁸ 5/6/1964, “O presidente e o Rio Grande”, editorial.

¹⁴⁹ 14/6/1964, “Bases da nova democracia”, editorial.

¹⁵⁰ 1/7/1964, Compromissos inadiáveis”, editorial: “*Em declarações feitas à imprensa, em Fortaleza, o presidente Castelo Branco afirmou que a Revolução cumprirá todos os seus compromissos, figurando entre eles o de realizar, em 1965, eleições diretas para presidente da República*”.

condições, no desenvolvimento da situação política e seria imperdoável que se interpusesse entre os objetivos maiores a alcançar pelo governo revolucionário e a prorrogação, julgada indispensável, a vontade individual do presidente da República.¹⁵¹

O jornal *A Razão* construiu diversas racionalizações, justificando a aceitação de Castelo Branco como o melhor nome para o cargo de presidente. Na mesma direção, a fase crise que o país estaria vivendo, aparece como justificativa aos brasileiros para a união em prol das reformas estruturais que possibilitariam vencer uma etapa difícil para a economia do Brasil. Assim, concorrendo, no plano ideológico, para criar uma corrente de apoio em torno de Castelo, estaria se criando o que é posto como uma corrente positiva de apoio à recuperação do país como um todo. A idéia de unificação esteve presente nesta parte do discurso, como se pode vislumbrar:

Há um dever que corre a todos os brasileiros neste momento: respeitar a autoridade do presidente da República, obedecer ao seu comando, seguir sua orientação. Mesmo aqueles que não estejam de acordo com os objetivos do movimento revolucionário de 31 de março, ou discordem dos métodos pelos quais está sendo executado, não se podem eximir àquele dever, pois a alternativa será o agravamento da situação do País, com todos os perigos de que venha a sucumbir naquele caos de que milagrosamente se salvou.¹⁵²

Para reforçar a idéia das divergências para com o governo ou à “nova ordem” como algo negativo e maléfico para a realização da grande obra de impulsionar o desenvolvimento da economia brasileira, a racionalização abaixo teria pretendido chamar à união todos aqueles que participaram do levante insurrecional que resultara na deposição de João Goulart. Desse modo, é através da unificação, como modo de operação da ideologia, que o jornal constrói, no nível simbólico, uma suposta unidade que representaria o elo de ligação entre os indivíduos de uma mesma coletividade, menosprezando as diferenças internas desse grupo.

Se os adversários ou os indiferentes, por sentimento de patriotismo, devem não criar dificuldades ao marechal Castelo Branco, é evidente que essa obrigação se torna imperativa para todos aqueles que formaram a seu lado, no levante do povo coadjuvado pelas Forças Armadas, para salvar as instituições livres e restabelecer o princípio da hierarquia civil e militar e o poder da autoridade, terrivelmente comprometidos pelo sr. João Goulart, nos incríveis desmandos do seu governo.¹⁵³

O jornal produziu um discurso unificador objetivando defender que, as diferenças deveriam ser postas de lado, visando ao bem maior da nação. Neste momento de reestruturação que viveria o país, discordâncias, segundo anuncia o *A Razão*, não

¹⁵¹ 22/7/1964, “Justificativa da prorrogação”, editorial.

¹⁵² 10/6/1964, “Confiança no presidente”, editorial.

¹⁵³ 10/6/1964, “Confiança no presidente”, editorial.

contribuiriam positivamente. Apenas representariam um empecilho à luta que começava a travar-se pelos poderes públicos, sob o apoio irrestrito das Forças Armadas, no intuito de sanear as finanças brasileiras. Em resumo: apresentar contrariedade para com o novo governo, bem como ao seu novo comandante, significaria, segundo o diário, uma força oposta ao programa de desenvolvimento, visto em perspectiva universalizada do país –onde os interesses de um grupo de indivíduos estaria apresentado como sendo o interesse de todos.

Sob o título de “Confiança no Presidente”, em editorial, o jornal constrói a figura de Castelo como sendo um homem de honra inabalável e que, por isso, recebeu o voto unânime do Congresso nacional para exercer o mandato de presidente: “*A Nação tem confiança no seu chefe supremo que recebeu o seu mandato, dentro da Constituição, por um voto solene e consagrador do congresso Nacional*”.¹⁵⁴

Procurando eximir o presidente da República de quaisquer possíveis intenções que poderiam vir a representar malefícios à nação, a racionalização que segue buscava elucidar qual seria a ambição maior do presidente da República.

O presidente da República só tem uma ambição: a de realizar as metas da Revolução. A primeira delas, [...] é a consolidação do regime democrático, pela eliminação dos elementos bversivos que estavam empenhados numa conjura de que o próprio sr. João Goulart era o chefe.¹⁵⁵

Um dos propósitos do golpe teria sido o de reorganizar o país, política e economicamente, para posteriormente devolvê-lo à normalidade da vida democrática. Nessa direção, dever-se-ia escolher um governante à altura da empreitada que começaria a travar-se na sociedade brasileira. Para tanto, o Ato Institucional número 1, prescreveu que o primeiro presidente oficial do regime militar seria eleito pelo Congresso nacional, através de eleições indiretas, porém o mesmo ato, previa o caráter transitório desta medida.

É por termos absoluta confiança na retidão e energia do marechal Castelo Branco, e sobretudo no seu senso político e sabedoria de procedimento, que consideramos não haver a mínima *Razão* para manter o País sob as ameaças do Artigo 10 do Ato Institucional impedindo com isso o completo retorno à normalidade da vida democrática.¹⁵⁶

O jornal *A Razão*, ao longo de suas páginas, gerou um discurso que buscava enaltecer a figura de Castelo Branco, colocando-o acima de qualquer suspeita e alheio à proveitos particulares e/ou partidários, que

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ 1/7/1964, “Compromissos inadiáveis”, editorial.

não viessem a representar os “verdadeiros interesses” do povo brasileiro, em clara estratégia unificadora. Assim, Castelo tornar-se-ia o governante ideal, extremo oposto do anterior, João Goulart.

A Revolução teve a grande fortuna de elevar ao comando supremo do Brasil um homem que possui as mais arraigadas convicções democráticas; que pela democracia lutou nos campos de batalha da Europa; e que somente levado pelo ideal de ampará-la e defendê-la, contra os que a estavam conspurcando, antes de destruí-la, somente por isso e para isso é que quebrou a linha tradicional de sua carreira de soldado, lançando-se à conspiração à luta.¹⁵⁷

3.3- PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS COMO DEFENSORAS DA UNIDADE NACIONAL

O jornal *A Razão*, através de estratégias de construção simbólicas, principalmente criando racionalizações em seus editoriais, constrói a imagem segundo a qual as Forças Armadas teriam aderido a um clamor nacional, que suscitava transformações na esfera política, no propósito de vencer a suposta crise que então estaria instalada no país. A exemplo:

O Brasil salvou-se, graças à energia do seu povo, à impetuosa resistência das mulheres brasileiras e à adesão das Forças Armadas, fiéis como sempre à sua vocação histórica de amor à democracia e de defensoras da unidade nacional. E salvando-se a América e o mundo de novos assaltos do comunismo.¹⁵⁸

Ao classificar as Forças Armadas como possuidoras de vocação democrática e defensoras da unidade nacional, o discurso construído pelo jornal *A Razão* completa um ciclo e racionalizações construídas, que legitimam a ruptura institucional que se completava. O primeiro passo deste ciclo, teria sido o de desconstituir a figura do então presidente João Goulart como sendo um governante inepto, incapaz e infiel para com a nação que o teria eleito, sendo que, dentro desta primeira etapa Jango fora constantemente associado direta e/ou indiretamente aos chamados “grupilhos” comunistas, defensores das reformas estruturais no país e, supostamente, representantes de um perigo iminente, tendo sido configurados, através da simbolização de expurgo do outro, como “inimigos” do Brasil -conforme visto no capítulo anterior. Figuraria entre os supostos anseios deste grupo “inimigo”, segundo o diário, o de dividir o país, levando-o à guerra civil e a uma suposta

¹⁵⁶ 12/6/1964, “Palavra decisiva e definitiva”, editorial.

¹⁵⁷ 1/7/1964, “Compromissos inadiáveis”, editorial.

¹⁵⁸ 12/5/1964, “Importância da Revolução”, editorial.

sesseção. O segundo passo difundido pelo discurso teria sido o de incitar àqueles que, designados pela lei, seriam os guardiões desta unidade nacional, supostamente ameaçada. Dentro dessa lógica discursiva, punham-se as Forças Armadas a ouvir o clamor do povo e realizar uma Revolução saneadora e redentora dos “verdadeiros” interesses nacionais.

As Forças Armadas somente saíram às ruas para derrubar o desgoverno dos trabalhistas desonestos e vorazes, depois que o povo começou a manifestar-se na praça pública, em protestos que se avolumavam, exigindo a sua intervenção.¹⁵⁹

Após declarada a derrocada de João Goulart, supostamente vislumbra-se a apresentação à nação da figura de um governante supostamente ideal, que, não por mero acaso, viria a ser o marechal do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco. Mas, mesmo após a ocupação do cargo de presidente da República por um representante direto da coalisão golpista, a função da Revolução não estaria concluída. Muito ainda, haveria que se trilhar até que o país voltasse à normalidade, supostamente perdida.

Se as Forças Armadas não estivessem acompanhando atentamente a marcha da conspiração chefiada pelo sr. João Goulart com os seus pelegos, para implantar aqui um regime comunista, se não tivessem intervindo (sic) no momento propício, quando a desordem já se instalara nos quartéis e nos navios, iríamos assistir à repetição da ignominia de 27 de novembro, e dessa vez em escala muito maior e com imprevisível conseqüência para a própria unidade nacional.¹⁶⁰

Após a troca no comando do país, ter-se-ia que reorganizar a vida político-administrativa do país. Esta tarefa foi constantemente defendida no jornal –como se verá á diante- sendo que, o primeiro ato, seria o da chamada “operação limpeza”. Este e os demais atos ordenados e realizados pelo governo militar, teriam como “fiadores”, segundo pode-se vislumbrar através da análise da racionalização abaixo, as Forças Armadas.

O ministro da guerra, general Costa e Silva, [...] declarou que a Revolução de 31 de março não foi um episódio efêmero e que ela deverá alcançar os seus objetivos de purificação da vida política do Brasil, dentro dos princípios da democracia. Nisso acham-se empenhadas as Forças Armadas, como principais fiadoras, perante a Nação, da seriedade e irreversibilidade do movimento revolucionário que pôs abaixo o regime corrupto e subversivo do sr. João Goulart.¹⁶¹

Tendo como exemplo de análise a racionalização abaixo, pode-se inferir que, esta tivesse contribuído, ideologicamente, para mostrar que o papel das Forças Armadas diante da instauração do governo militar não teria sido secundário, porém que teria partido de um anseio construído, também, fora dos círculos militares –

¹⁵⁹ 26/6/1964, “Confiança no presidente”, editorial.

¹⁶⁰ 12/5/1964, “Importância da Revolução”, editorial.

¹⁶¹ 3/9/1964, “Mandato em vigor”, editorial.

dentro da sociedade civil, a qual as Forças Armadas servem e que estaria descontente com o quadro brasileiro do período.

A 31 de março, as Forças Armadas receberam um mandato do povo e cumpriram-no galhardamente. Esse mandato ainda não terminou, porque a corrupção e a subversão ainda tenta pôr a cabeça de fora.¹⁶²

As Forças Armadas passariam a desempenhar um papel constante e incessante de defesa da unidade nacional dentro da nova ordem institucional. Não mais estariam à margem do governo, e sim, fazendo parte da constituição do quadro governamental, a partir da eleição do marechal do Exército Castelo Branco para presidente da República, e da ocupação de muitos cargos em níveis federal e estadual, por nomes tirados dos quadros das Forças Armadas.

Evocando a honra das Forças Armadas para justificar suas ações, em editorial, o *A Razão*, construiu uma racionalização que, novamente, colocaria em destaque o dever supremo das Forças Armadas. Ao evocar, no mesmo editorial, termos, por natureza opostos, o jornal constrói uma racionalização com ambas as idéias: “*desintegração nacional*” e “*honra das Forças Armadas*”.

Não teria sentido, e até mesmo seria deprimente para as classes militares brasileiras, se os políticos ou a politicagem conseguissem anular os efeitos saneadores da Revolução que se exprimem, principalmente, na punição dos culpados pela anarquia que se instalara no País e que nos estava conduzindo, com alarmante rapidez, à desintegração nacional. A honra das Forças Armadas não o permitirá.¹⁶³

Após a deflagração do movimento civil-militar, as racionalizações construídas e difundidas pelo jornal *A Razão*, não buscariam mais legitimar a ruptura institucional, sendo que esta já seria uma realidade no país. A partir de então, pode-se analisar estas estratégias de construções simbólicas racionalizadas, objetivassem o direcionamento da atenção dos leitores no sentido da reforma político-administrativa, que passaria a ser empreendida pelo comando da nova ordem estabelecida. Sacrifícios deveriam ser aceitados, no intuito de contribuir para a

¹⁶² Idem.

recuperação da economia e, conseqüentemente, para o impulso do processo de desenvolvimento do país. Sendo assim, as Forças Armadas contribuíram, segundo o jornal *A Razão*, como alicerces do novo regime, tanto no momento de articulação da coalisão civil-militar, quanto depois de desferido o golpe.

3.4- A DEPURAÇÃO EM MARCHA: ATOS DO GOVERNO CIVIL-MILITAR

Analisar os atos governamentais, tanto do pré, quanto do pós golpe, objetiva o entendimento da construção de um contexto ideológico legitimador da ruptura institucional e, posteriormente, da nova ordem estabelecida.

O questionamento acerca do não cumprimento da parte prescrita no Ato Institucional número 1, referente ao adiamento das eleições presidenciais, passaria a fazer parte da esfera política. Este questionamento preencheu diversas páginas do jornal *A Razão*, que teria procurado mostrar as diversas razões, de ambos os lados, para o adiamento ou não das eleições. Porém, e aliás como sempre o fez, o jornal não teria deixado de emitir a sua opinião acerca desta emenda. Ao se mostrar contrário a este adiamento, construiu diversas racionalizações para justificar sua tomada de posição. Acerca de declarações feitas por Castelo Branco à imprensa, onde ele estaria reassumindo um compromisso pessoal, bem como da Revolução de 31 de março, que seria o de realizar eleições presidenciais em 1965, o jornal tece o seguinte comentário: “*Não podemos senão aplaudir o primeiro magistrado por essa atitude leal para com a Revolução*”.¹⁶⁴ Ainda neste sentido:

Já expendemos aqui o nosso ponto de vista contrário á prorrogação do mandato do presidente da República que sempre nos pareceu pouco congruente com os mais importantes objetivos da Revolução, e também porque desejávamos dar apoio ao marechal Castelo Branco de decisão que repetidamente tomara de passar o governo a

¹⁶³ 8/10/1964, “A desordem não voltará”, editorial.

¹⁶⁴ 1/7/1964, “Compromissos inadmiáveis”, editorial.

seu sucessor, a 31 de janeiro de 1966. Mas em política, como em amor, não há sempre nem nunca.¹⁶⁵

Vê-se que, mesmo sendo contrário, conclui-se que o *A Razão* teria admitido a possibilidade do adiamento das eleições, se esta prorrogação trouxesse consigo um maior comprometimento por parte do governo para com a realização das tarefas administrativas que melhor concorressem para o bem do país e do seu desenvolvimento.

Em certos círculos, alega-se que é preciso restabelecer a coincidência dos mandatos, o que exigiria a extensão do prazo do marechal Castelo Branco por mais um ano e meio e *A Razão* apresentada é a de que as eleições são custosas e perturbadoras, sendo aconselhável que se reduza o quanto possível o seu número.¹⁶⁶

E ainda emitiu mais declarações, então, em tom de apoio ao possível adiamento:

Se, pois, a presença do presidente Castelo Branco no governo por mais um ano, constitui uma segurança de que conseguiremos vencer a diátese que está liquidando as últimas energias do organismo econômico do País, não há como opor-se a que se chegue a alcançar o objetivo que ninguém de bom senso pensa deixará de qualificar como sendo o mais importante e também o mais urgente da Revolução: saneamento financeiro e econômico.¹⁶⁷

A racionalização é a estratégia de construção simbólica de maior destaque no período pós-golpe analisado pelo presente estudo. Após 31 de março, racionalizar para legitimar a “nova ordem”, seria a força motriz da ideologia norteadora do discurso do jornal. Ainda com relação ao Ato Institucional número 1, este possuía em suas normas a ordenação do início da “operação limpeza” como o primeiro grande feito do governo militar. Nesse sentido veja-se a defesa do referido ato.

O Ato Institucional outorgado pelas Forças Militares, em consonância perfeita com os sentimentos da Nação, sobre ser um procedimento corajoso, por definir princípios e medidas que informam o ideal revolucionário, num País que se estava desacostumado de atitudes firmes por parte dos responsáveis pelo seu destino, é um instrumento eficiente de governo, cujo exercício pleno se impõe, para salvar-nos do caos político, do caos financeiro e do caos moral. [...] Foram enxotados do Congresso os parlamentares que atentavam contra a democracia, de maneira mais evidente, e privados dos direitos políticos, pelo prazo de dez anos, todos aqueles maus brasileiros que se arremeteram, de forma mais ostensiva, nos últimos tempos, para a derrocada das instituições democráticas ou para servir-se dos cofres públicos e delapidar o patrimônio nacional.¹⁶⁸

¹⁶⁵ 28/7/1964, “O axioma de Lavoisier”, editorial.

¹⁶⁶ 1/7/1964, “Compromissos inadiáveis”, editorial.

A criação de cadeias de raciocínio, que procurassem defender ou justificar, um conjunto de instituições sociais e, com isso, criar uma corrente de apoio a estas esferas sociais, representam a riqueza do discurso construído pelo jornal *A Razão*. Desta forma, o jornal teria contribuído, ideologicamente, para o referendo ao novo governo, bem como ao novo modelo de organização do Estado brasileiro, nessa direção note-se a racionalização.

Estamos, simplesmente, diante de uma necessária e urgente operação de limpeza dos quadros políticos e administrativos do Brasil, infectados pelos germes da subversão e da corrupção, germes que não podem ser combatidos com remédios tradicionais e, sim, por meios cirúrgicos, heróicos. [...] É preciso ser duro e inflexível nesta hora.¹⁶⁹

A importância desta operação inicial de expurgo geral, pode ser vislumbrada no entendimento da emergência de um novo grupo como designador das diretrizes do país. É nesse contexto de reestruturação que se insere a lógica discursiva, segundo a qual, dever-se-ia primeiramente “eliminar as células doentes”, deflagradoras do “câncer” que teria gerado o caos, que supostamente viveria o Brasil. Posteriormente, nessa mesma lógica, seria urgente a reconstrução político-administrativa, dentro dos novos parâmetros da sociedade brasileira.

As racionalizações construídas enaltecendo a “faxina” estão presentes, abundantemente, dentro das páginas do jornal *A Razão*:

Sem violências mas com toda a energia, há de se fazer a limpeza pelo expurgo dos mandatos políticos e dos postos administrativos, daqueles que se mostravam indignos do voto do povo ou se serviram dos cargos em que se encontravam para enriquecimento ilícito.¹⁷⁰

Pode-se analisar que estaria se proferindo a defesa de uma ação forte do governo para com os “traidores” da pátria. Vê-se que a racionalização permite imputar às Forças Armadas e aos governos estaduais a direção desta obra: “*A operação limpeza que as Forças Armadas e governos estaduais realizaram em tempo recorde tem um aspecto que transcende as fronteiras nacionais*”.¹⁷¹

Esta operação, segundo o jornal, dar-se-ia em todos os setores da administração pública: assessores ligados à Jango, quadros de cargos públicos, Forças Armadas, etc. Porém,

¹⁶⁷ 22/7/1964, “Justificativa da prorrogação”, editorial.

¹⁶⁸ 15/4/1964, “Dever do presidente”, editorial.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ 5/6/1964, “O presidente e o Rio Grande”, editorial.

tomando como base a racionalização abaixo, conclui-se que, o *A Razão* reputa o Ministério da Educação como sendo o centro preferido da doutrinação comunista.

Está provavelmente, no Ministério da Educação, o setor de maior importância na “operação limpeza” por isso mesmo que através dele é que se instalava o veneno da ideologia na mente dos jovens. O comunismo dedicou sempre especial carinho aos processos educacionais, por considerá-los eficazes veículos de doutrinação.¹⁷²

Nesta mesma lógica de raciocínio, defender o não consentimento da anistia para estes “maus brasileiros” significaria defender os mais sagrados ideais da Revolução de 31 de março. Pode-se inferir que, a racionalização contribuiu, ideologicamente, para referendar o apoio à continuidade dos inquéritos e da missão saneadora que estaria sendo posta em prática pelo governo federal, para que assim não se frustrasse “os principais objetivos da Revolução”. E no tocante aos em objetivos da Revolução, afirma o diário que: *“os dois principais objetivos do movimento eram o restabelecimento da ordem democrática e da disciplina nas classes militares e nos meios sindicais, e punição daqueles que abusaram do Tesouro ou se lançaram á aventura da subversão”*.¹⁷³

Segundo o *A Razão*: *“Durante os dois meses de vigência do Art. 10 do Ato Institucional que autorizava as cassações de mandatos e direitos políticos, houve tempo suficiente para realização desse vasculhamento geral”*¹⁷⁴, portanto, conclui-se que não existiria a necessidade de aumento do prazo para a realização da tarefa de limpeza pública do país. Esse “vasculhamento geral” foi a base da multiplicação dos inquéritos policiais militares. Sobre estes, o jornal também emite sua opinião:

As investigações policiais que começaram a ser feitas, aqui, depois da Revolução trazem á luz farta documentação de que indivíduos e grupos recebiam armas e dinheiro de Fidel Castro, sobretudo no Nordeste, onde ex-governador Miguel Arrais preparava a revolução comunista.¹⁷⁵

¹⁷¹ 10/4/1964, “Salva a democracia na América Latina”, editorial.

¹⁷² 17/4/1964, “Revisão”, editorial.

¹⁷³ 16/9/1964, “Verificação da verdade”, editorial.

¹⁷⁴ 14/6/1964, “Bases da nova democracia”, editorial.

¹⁷⁵ 3/6/1964, “Retardamento estranhável”, editorial.

As páginas do jornal *A Razão* defendiam que as apurações deveriam ter seqüência, até que seus respectivos culpados fossem punidos. O jornal teria mantido o tom de suas críticas aos, hipotéticos, “traidores da pátria”, que teriam levado o país à situação do contexto. No período anterior ao golpe militar, essas críticas poderiam ser vislumbradas em construções simbólicas que se utilizavam de acusações, como conjectura, acerca da má administração de órgãos estatais por parte de pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à ideologia “inimiga” do comunismo, inclusive o ex-presidente da República João Goulart; ou mesmo sobre as pretendidas reformas estruturais. Críticas e acusações sempre rechearam as páginas do jornal *A Razão*, no intuito de desqualificar a ordem que vigorava e, assim, estar contribuindo ideologicamente para justificar a ruptura institucional que teria ocorrido.

Após o golpe militar, o tom das críticas que buscavam corporificar e legitimar a ordem estabelecida, dar-se-iam em termos de defesa dos inquéritos policiais militares, da operação limpeza e do não consentimento da anistia aos supostos inimigos que, então, estariam sendo alvo de investigações e punições por parte do governo militar. Pode-se visualizar esta idéia com maior clareza: “*Achamos que os inquéritos devem prosseguir com o máximo rigor e que as culpas tem que ser apuradas, entregando-se os responsáveis à Justiça comum*”.¹⁷⁶

Buscando justificar a necessidade de que o novo regime não perdoasse os “traidores da pátria brasileira”, Theophilo de Andrade constrói uma crônica intitulada “*Anistia, fomento de novas badernas*”, que inicia com o seguinte questionamento: “*Alguém se lembrou a anistiar Judas?*” E conclui diz: “*A anistia nesta hora, seria um sinal de fraqueza e um recuo em face dos inimigos da República*”.¹⁷⁷ Para corporificar esta idéia, o jornal *A Razão* emite a sua opinião:

O novo governo, nascido desse movimento incoercível de opinião pública, apoiado pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, não pode remeter-se agora à atitude de bom

¹⁷⁶ 12/6/1964, “Palavra decisiva e definitiva”, editorial.

¹⁷⁷ 31/3/1964, “Anistia, fomento de novas badernas”, Theophilo de Andrade, crônica, contra capa.

moço, passando a mão pela a cabeça dos vendilhões que, por dinehrio assentaram praça no comunismo.¹⁷⁸

Em editorial o *A Razão* concorda perfeitamente com o não consentimento da anistia aos comunistas : “*Quase todos aqueles que foram beneficiados pela anistia, há vinte anos passados, estão nas listas dos réus que respondem agora inquéritos*”.¹⁷⁹ E divulga que,

O presidente da República, em declarações á imprensa, fez saber que o governo não está absolutamente pensando em conceder anisita aos elementos corruptos e subversivos que se acham com os direitos políticos cassados ou se encontram arrolados em processos judiciais pelos crimes que praticaram contra a segurança do regime ou em detrimento da Fazenda nacional.¹⁸⁰

Ao fim desta “*fase punitiva da Revolução*”, as energias do governo poderiam estar direcionadas para a pretendida reestruturação político-administrativa do país. É esta a perspectiva posta pela racionalização:

Cessada a fase punitiva da Revolução, com o término da vigência do Artigo que concedia ao presidente da República poderes excepcionais para cassar mandatos e direitos políticos todas as atenções do governo voltam-se para a ação construtiva, para os inadiáveis assuntos da administração.¹⁸¹

Note-se que o editorial fala que após a limpeza, pode se visualizar uma “ação construtiva” do governo, permitindo concluir que, até o momento presente, todas as ações estatais teriam sido direcionadas á destruição das velha forma de governar. Concorrendo para esta idéia, note-se a racionalização construída pelo diário acerca do fim da “operação limpeza”: “*Assim, está aberto o caminho para a reconstrução e o renovamento da vida político, moral e econômica da vida brasileira*”.¹⁸²

Em se tratando da ação corretiva exercida pelo novo governo, o jornal refere, em seus editoriais, outra importante questão no período em estudo: as ditas “exorbitâncias” no tratamento com os denunciados em inquéritos, bem como com os presos políticos. Nesse

¹⁷⁸ 11/4/1964, “Não decepcionar o povo”, editorial.

¹⁷⁹ 15/8/1964, “Água na fervura”, editorial.

¹⁸⁰ 15/8/1964, “Água na fervura”, editorial.

¹⁸¹ 26/6/1964, “Confiança no governo”, editorial.

sentido, construiu-se uma racionalização objetivando defender o governo contra as supostas acusações que teriam sido publicadas na imprensa brasileira e estrangeira referente aos possíveis excessos: “o presidente da República, segundo está publicado nos jornais, fez saber que não consentirá abuso de autoridade, ou atropelo de quem quer que seja, das prerrogativas constitucionais que protegem o direito dos cidadãos”.¹⁸³ Porém, “como entre as informações veiculadas na imprensa pode haver alguma que seja verdadeira, fez-se indispensável o ato do presidente da República, mandando que o seu Chefe da Casa Militar se desloque para as principais cidades do país”.¹⁸⁴ E acrescenta:

Jamais se viu qualquer comunista, dos que enchem a boca com as grandes frases da defesa dos Direitos Humanos, protestar contra as dezenas de milhões de pessoas que foram torturadas e mortas nas prisões russas, nem contra as deportações em massa para a Sibéria, nem contra os fuzilamentos incessantes e as prisões cheias em Cuba. Tratando-se de inimigo do comunismo tudo é para os partidários de Marx e Lenin, e sobretudo de Stalin, perfeitamente justo e até necessário. Devemos, porém, provar que os métodos comunistas que abominamos não devem ser admitidos numa democracia como a nossa.¹⁸⁵

O jornal afirma, discursivamente, que o presidente e os centros mais diretos de poder estão apostos para garantir a lisura democrática dos inquéritos instaurados, averiguando os possíveis excessos e dispostos a puni-los. A forma como o *A Razão* construiu esse discurso, dissocia os possíveis autores dos excessos, ao afirmar que as torturas, se é que fossem verdade, estariam acontecendo à revelia do poder central e mesmo contra a sua suposta vontade.

O presidente da República acaba de dar mais uma prova do seu acatamento á opinião pública, manifestada através da imprensa, ao determinar que o Chefe da Casa Militar, general Geysel, vá a São Paulo, Recife, Salvador e Rio, a fim de verificar se são verdadeiras as notícias relativas a torturas físicas e morais, impostas a presos políticos. Seria intolerável para os sentimentos democráticos do povo brasileiro que as autoridades encarregadas de realizar inquéritos policiais empreguem métodos comunistas ou nazistas, maltratando pessoas indefesas entregues à guarda do poder público.¹⁸⁶

¹⁸² 1/7/1964, “Compromissos inadiáveis”, editorial.

¹⁸³ 16/9/1964, “Verificação da verdade”, editorial.

¹⁸⁴ 19/9/1964, “Verificação da verdade”, editorial.

¹⁸⁵ 19/9/1964, “Apurar a verdade”, editorial.

¹⁸⁶ 18/9/1964, “Verificação da verdade”, editorial.

O jornal teria aproveitado a questão da defesa do não uso de torturas para com os presos políticos, ao anunciar que *“é um dever do governo castigar qualquer exorbitância contra os presos políticos”*, para reativar a chama da missão saneadora e punitiva de *“descomunização da vida brasileira e a eliminação dos elementos corrompidos das Forças Armadas e da administração”*, ao afirmar que, ao governo, também é *“dever levar avante, com toda a energia, os propósitos determinantes da Revolução”*.¹⁸⁷

Note-se ainda, que o jornal associa a ação punitiva do governo para com os supostos culpados, indiciados em inquéritos, como algo que não se estenderia a população, já que *“não se sendo nem corrupto nem subversivo, o que quer dizer, não tendo culpa no cartório, não há porque temer a ação punitiva da Revolução”*.¹⁸⁸

Em meio ao contexto de reordenação do país, o jornal insere em suas páginas, a questão do prorrogamento das eleições para presidente da República, onde racionalizou a idéia de que o adiamento poderia servir positivamente à política brasileira, se, os partidos políticos aproveitassem este prazo para se reestruturarem internamente.

Aprovada pelo Congresso a prorrogação do mandato do presidente da República, por um ano, os partidos políticos do Brasil têm diante de si um espaço de tempo considerável para se reorganizar, até que sejam convocadas as eleições presidenciais de outubro de 1966. Conhecemos quais são as deficiências desses grêmios, a sua falta de autoridade política, o desprestígio de seus chefes, a tendência generalizada para a acomodação e o conformismo, mesmo em assuntos que concernem diretamente aos seus programas e ferem os seus compromissos com o eleitorado.¹⁸⁹

Apesar de mostrar-se, inicialmente, contrário a este adiamento, o jornal acabou por aceitar mais este ato governamental, assim como o presidente da República também o teria feito.

O marechal Castelo Branco concordou, como não poderia deixar de acontecer, submetendo-se á vontade soberana do Congresso que, nesse particular, interpretou a vontade de fortes agrupamentos partidários e de ponderáveis correntes militares, diretamente responsáveis pela Revolução.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Trechos retirados do editorial de 19/9/1964.

¹⁸⁸ 16/9/1964, “Verificação da verdade”, editorial.

¹⁸⁹ 30/7/1964, “A vez dos partidos”, editorial.

¹⁹⁰ 28/7/1964, “O axioma de Lavoisier”, editorial.

Conclui-se que, através das racionalizações, o jornal buscou redimensionar a atenção acerca do que representa para um país de democracia presidencialista adiar o processo eleitoral, assim como o próprio jornal defendeu, em outro editorial.¹⁹¹

A respeito da regulamentação do Artigo 58 da Constituição da República, que estabelecia o direito de greve, em editorial intitulado “*Proibidas greves contra o povo*”, o *A Razão* apresenta, dentre outras, a seguinte racionalização:

O presidente da República deverá sancionar. Em princípio parece uma incoerência, que um país que possui uma justiça social já experimentada por trinta anos de funcionamento, admita também que os trabalhadores recorram á medida extrema do abandono das fábricas ou de seus escritórios para forçar os empregadores a atender ás suas reivindicações. O lógico seria que todas as divergências surgidas entre patrões e assalariados, [...] fossem submetidas ás Juntas de Conciliação [...] e que os seus pronunciamentos e sentenças dirimissem a contenda.¹⁹²

A começar pelo título, “Proibidas greves contra o povo”, a construção simbólica direcionada à difusão de uma tal ideologia termina por constituir o movimento grevista como inimigo de um certo “povo”.

Em editorial intitulado “A comunidade americana”, o jornal *A Razão* diz que a visita do general francês De Gaulle ao Brasil teria sido “*marcada por tantas demonstrações de cordialidade e admiração do povo brasileiro pelo grande homem que dirige os destinos da França*”, ao mesmo tempo em que defende laços cada vez maiores entre os dois países. Porém, no mesmo editorial, o *A Razão* racionaliza para mostrar que o Brasil não deveria se esquecer de sua forte ligação com os Estados Unidos. Para demonstrar esta idéia, note-se:

Tudo isso, porém, deve ser feito sem nenhum compromisso da nossa parte, no sentido de aceitar uma nova orientação em política internacional. [...] Os europeus têm em geral, como se pode ver pelos comentários da sua imprensa, uma concepção inteiramente falsa do funcionamento do pan-americanismo. Acreditam que a hegemonia cultural dos Estados Unidos se exerce em detrimento dos interesses e da liberdade dos demais povos do hemisfério. Não entendemos as coisas da mesma maneira e sentimo-nos aqui a vontade para considerar que a união dos povos americanos é ainda o melhor caminho a seguir não só para a garantia da nossa segurança como também para a obtenção dos recursos necessários ao combate que estamos dando ao subdesenvolvimento.¹⁹³

¹⁹¹ 1/7/1964, “Compromissos inadiáveis”, acerca da importância da eleição para presidente da República fala: “*A eleição para presidente é o acontecimento máximo da nossa organização política*”.

¹⁹² 4/6/1964, “Proibidas greves contra o povo”, editorial.

¹⁹³ 22/10/1964, “A comunidade americana”, editorial.

Veja-se que o *A Razão* defendeu, novamente, o estreitamento de laços entre o Brasil e os Estados Unidos, ao evocar o pan-americanismo “sincero” existente entre estes dois países. Dentro de um contexto internacional de Guerra Fria, estes comentários tiveram um significado especial. Pode-se concluir que representasse, não só o referendo da posição que o Brasil possuía dentro da bipolaridade a que teria se resumido o globo, como também uma segunda divisão de agrupamentos, dentro desta polaridade, que seria a de união irrestrita aos Estados Unidos.

Com a ascensão da colisão golpista ao poder, a política internacional -assim como todos os setores do país- sofreu um processo de reestruturação para adequar-se aos novos rumos pretendidos pelo novo governo. Como já foi trabalhado no capítulo anterior, o grupo que passou a comandar o país a partir de 31 de março de 1964, representava um projeto de desenvolvimento, em grande parte, antagônico ao que vinha sendo posto em prática pelo presidente deposto. Desta forma, a associação ao grande capital internacional (onde pode-se ler: capital norte-americano) passou a ser, cada vez mais, dentro do regime militar, uma realidade. Colaborando para criar uma contexto ideológico favorável à essa associação, o *A Razão* constrói racionalizações mostrando a necessidade desse atrelamento aos Estados Unidos, que poderia ser o impulsionador do desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, um exemplo construído intitula-se “*O útil e o justo*”:

Um ao Norte, próspero, poderoso, atento à sua missão histórica de defensor das liberdades democráticas; outro ao Sul, ansiando por se desenvolver e prosperar com a ajuda dos seus verdadeiros amigos para, no futuro, assumir com firmeza maior soma de responsabilidades, na proporção de sua importância como nação soberana e participante de um ideal que não admite posições estáticas e isenções.¹⁹⁴

A atribuição de juízos de valor está presente, seguidamente, no jornal *A Razão*. Dentro da análise dos atos governamentais, nas formas como foram constituídos pelo discurso do jornal *A Razão*, insere-se a questão da campanha do ouro, realizada em junho de 1964. Sob o título de “Um voto pela democracia”, em editorial, o *A Razão* teceu insuflados elogios à esta campanha, bem como ao “povo brasileiro” que dela teria participado ativamente.

O próprio povo varreu as dúvidas, atendendo voluntariamente ao chamamento que lhe fez a Nação, para depositar nos cofres da campanha “Ouro para o Brasil” a sua dádiva generosa, compreendendo que cada contribuição vale como um significativo voto nos

¹⁹⁴ 27/5/1964, “O útil e o justo”, editorial.

ideais da Revolução. A gente que ali acorrera não fora seduzida por promessas milaborantes. Não havia a sua disposição o transporte gratuito facilitado pelo uso indevido de verbas governamentais, nem se lhe acenava com o pagamento de horas extras de trabalho ou faltas compensadas.¹⁹⁵

O jornal *A Razão* construiu algumas críticas ao novo governo, mas que, por fim, o próprio discurso construído dava conta de esvaziá-las, antes que pudessem representar uma certa oposição à nova ordem. Um grande exemplo disto, foi a forma como o jornal tratou a questão da crise econômica, sempre partindo do problema da inflação – da mesma forma como fora no pré-golpe. Porém, apesar de o problema em questão ser o mesmo, as formas de visualizá-lo no pós 31 de março, poderiam ser diferentes. Deste modo, veja-se a racionalização, onde a inflação é apresentada com lente de aumento:

Qual é o problema mais penoso da vida brasileira, nos últimos 15 anos? É fora de qualquer dúvida, o da inflação que produz a progressiva desvalorização da moeda, a alta constante do custo de vida, a intranqüilidade social com as greves que tanto mal nos fizeram, no regime aviltante do sr. João Goulart e que acabou, como tanto se previa, arrastando o Brasil a um movimento revolucionário que ninguém desejava, mas que se tornou inevitável, depois que ficou patente que a alternativa seria a catástrofe de uma guerra intestina, com a perda da própria unidade nacional.¹⁹⁶

Falando, novamente, como porta-voz da população, o jornal procurou mostrar o suposto descontentamento desta população para com as medidas governamentais que, conforme a próxima racionalização, não estariam sendo suficientes para melhorar, rapidamente, a situação do país. Note-se que o jornal construiu, também, críticas ao novo governo, por mais que estas acabassem esvaziadas em seu conteúdo.

O povo tinha a esperança de que as medidas adotadas pelo governo revolucionário para combater a inflação, realizariam o pronto milagre de, pelo menos, sustar a alta dos preços. Era evidentemente uma esperança falaz, pois não seria em apenas três meses que qualquer governo, seja qual for, poderia conter o impulso altista, resultante de uma série de fatores que estão longe ainda de se encontrarem sob controle.¹⁹⁷

Várias facetas seriam apresentadas para o mesmo problema da inflação. Ora as medidas governamentais não estariam sendo suficientes para conter este mal, ora o povo é que estaria exigindo demais e querendo soluções em pouco tempo: “*As reclamações são naturais,*

¹⁹⁵ 6/6/1964, “Um voto pela democracia”, editorial.

¹⁹⁶ 26/6/1964, “Confiança no governo”, editorial.

¹⁹⁷ 14/7/1964, “Dizer a verdade”, editorial.

e em alguns casos também legítimas, mas acham-se muito longe de constituir uma causa para levar o presidente (...) a abandonar os seus planos ou sequer modificá-los".¹⁹⁸ Assim, infere-se que, o *A Razão* desconstituiu a inflação de seu contexto:

Pergunta-se porque os preços não se estabilizam, pelo menos porque não crescem em ritmo mais lento. Arrosta o governo uma tremenda impopularidade, a Revolução se engolfa numa onda de críticas – e os preços resistem a tudo, crescendo inexoravelmente, indiferente às mais duras providências governamentais.¹⁹⁹

Essas críticas não representaram uma contrariedade à nova ordem, pois desloca-se o eixo do problema para a solução a qual o governo e o povo unidos venceriam.

É verdade que essa estabilização não foi ainda atingida. Ao contrário, os remédios heróicos postos em prática pelo governo, visando a correção dos fatores inflacionários, provocaram, como se calculara, um salto para a frente no preço de alguns artigos. O governo tem frisado que a contenção dos preços não poderia ser comparada a um truque de mágica; sua obtenção exige uma série de medidas conjugadas, cujos efeitos também não se fazem sentir da noite para o dia [...] a debelação da inflação impõe, na sua primeira etapa, um sacrifício geral, pois é um processo comparável à operação cirúrgica: é dolorido, na sua execução, mas leva à cura do paciente.²⁰⁰

Em meio a estas rápidas, mas significativas, mudanças no tom do discurso proferido, não tardou para o diário voltar a sua direção habitual de legitimação da nova ordem. Salienta-se, entretanto, que estas críticas não representaram, exatamente, uma contrariedade direta à nova ordem, pois foram feitas tecidas em tom ameno e, geralmente, através da terceira pessoa do discurso – o que eximiria o jornal de maiores conseqüências. Volta-se ao ritmo das construções simbólicas divulgadas, a exemplo:

Castelo Branco enumerou as realizações e as atividades do governo, num lapso de tempo que, apesar de muito breve, foi suficiente para operar completa mudança na fisionomia política e administrativa do Brasil. Três meses constituem um período demasiado exíguo para uma obra administrativa das proporções da que os problemas brasileiros reclamam. Mas o que foi feito é suficientemente promissor e anima as esperanças da Nação.²⁰¹

¹⁹⁸ 21/8/1964, "Justificada estranheza", editorial.

¹⁹⁹ 26/2/1965, "Esperança na democracia", editorial.

²⁰⁰ 23/5/1964, "Guerra aos privilégios", editorial.

²⁰¹ 21/7/1964, "A oração do presidente", editorial.

Buscando defender o governo militar e, ao mesmo tempo, trazendo como exemplo a situação econômica dos países comunistas, o diário construiu uma racionalização comparando o controle dos preços empreendido na União Soviética e no Brasil.

Em nenhuma parte do mundo, nem mesmo nos regimes totalitários de economia dirigida como monopólio do Estado, tem sido possível ao Estado exercer um controle rígido, como se tem visto na própria União Soviética onde, não faz muito, o governo se viu forçado a aumentar o preço de todos os produtos agrícolas. A economia está sujeita a leis inflexíveis, tão rigorosas como quaisquer outras das que regem a natureza.²⁰²

O governo, segundo o jornal, acredita que o povo apóia a Revolução, deste modo *“confiança que o povo deposita no governo atual se evidencia através da pacífica aceitação desse programa de austeridade”*.²⁰³

Para referendar a principal tese aqui defendida - que o jornal *A Razão* buscou, em seu discurso, legitimar a ruptura institucional e referendar a nova ordem instituída - vê-se o trecho que mostra, claramente, a diferença de visão do pré e do pós golpe, por parte do jornal, acerca dos atos governamentais. Nesse caso, o ato em questão era o do aumento do salário mínimo.

Simultaneamente com a decretação dos novos níveis do salário mínimo, que está vigorando no País, o governo federal anuncia um elenco de providências destinadas a conter os preços em faixas que se ajustem perfeitamente às condições por ele instituídas para fazer executar os mencionados níveis, de maneira a evitar atritos sociais e perturbações significativas no campi econômico do País. [...] Essa defasagem é muito mais aparente do que real. Os efeitos do salário mínimo sobre o mercado de salários do País, sobre os custos de mão de obra, são, obviamente, muito mais de ordem psicológica do que de incidência direta.²⁰⁴

Durante o governo de João Goulart, esta questão foi vista como sendo apenas um paliativo, já que o referido aumento provocaria um aumento em espiral no custo de vida, o que viria a reduzir a quase nada os benefícios reais deste ato. Bem como, que as medidas tomadas pelo governo, no intuito de tentar frear as conseqüências do aumento dos salários seriam inúteis –conforme foi trabalhado no capítulo passado. Desta forma, diante da mudança

²⁰² 18/2/1965, “Leis inflexíveis da economia”, editorial.

²⁰³ 23/5/1964, “Guerra aos privilégios”, editorial.

institucional, os “velhos” atos ganhariam “nova roupagem”, pois estariam inseridos dentro de um contexto sócio-histórico estruturado diferente. Esses atos advindos da nova ordem, estariam, naturalmente, revestidos de boas intenções e de responsabilidade, sendo sempre vislumbrados de forma positiva e enaltecida.

Em editorial, legitimando a necessidade da aceitação por parte da população das medidas e dos possíveis sacrifícios que viessem a se fazer necessários para o reordenamento do país, o diário constrói uma racionalização através da comparação de duas realidades distintas e de contextos diversos: o problema da inflação no Brasil e no pós guerra europeu:

Os países europeus que caíram em regime inflacionário, depois da segunda guerra mundial, a despeito da formidável ajuda que receberam com o Plano Marshall, levaram cerca de dez anos para voltar á normalidade em sua vida financeira e econômica. Durante longo período tiveram de viver dentro de uma economia de guerra, aceitando todos os sacrifícios exigidos pelo governo como uma contingência inelutável.²⁰⁵

De outro lado, veja-se a significativa construção simbólica do diário, que atrela a luta contra a inflação à luta pela manutenção da democracia: “Ao fracasso desse programa corresponderá, iniludivelmente, o colapso das instituições democráticas, que não conseguem subsistir na voragem da inflação”.²⁰⁶

3.5- A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DA NOVA ORDEM

*“Abriu-se para o Brasil, com a Revolução, o período em que a veracidade e a justiça vêm em primeiro lugar, como principais alicerces de uma verdadeira democracia”.*²⁰⁷ Esta é uma pequena amostra do tom do discurso construído pelo jornal *A Razão*, no intuito de legitimar, ideologicamente, o movimento civil-militar que desferira o golpe. Conclui o A

²⁰⁴ 5/3/1964, “Salário mínimo”, editorial.

²⁰⁵ 21/8/1964, Justificada estranheza”, editorial.

²⁰⁶ 23/5/1964, Guerra aos privilégios”, editorial.

*Razão, que a Revolução se fez, “entre outras coisas, para combater a demagogia, para que este País colocasse os pés em terra firme e marchasse em direção ao futuro, na busca de seu destino, sem precisar de “doping” ou de anestésios”.*²⁰⁸

A defesa da Revolução foi construída, ao longo das páginas do jornal *A Razão*, a partir de construções discursivas que enalteciam a ruptura institucional, antes de ser uma realidade, como sendo uma necessidade e, após sua efetivação, como sendo um “sonho” alcançado. Para referendar tal idéia, note-se:

Da agitação e da demagogia, das ameaças e dos impropérios, das manobras subversivas e dos atentados á liberdade democrática, passamos quase que em um sonho, á tranqüilidade e á ordem, a exaltação da pessoa humana, e á afirmativas serenas de honestos propósitos de guiar a Pátria a seus destinos históricos.²⁰⁹

Nesta, visualiza-se a exaltação da idéia da revolução como uma solução para os problemas do país, pois, quase que em um passe de mágica, os “maus brasileiros” seriam expurgados e a sociedade brasileira poderia considerar-se possuidora das condições mais favoráveis para desenvolver-se.

*“Uma coisa pode ser dita, com absoluta certeza: é que a partir da Revolução de março os ladrões foram banidos e os subversivos devidamente neutralizados no seu afã de transformar o Brasil em satélite vermelho”.*²¹⁰ A “intervenção defensiva” significaria o fim do suposto medo, que foi criado, plantado e multiplicado dentro da sociedade brasileira, através da difusão ideológica do comunismo como inimigo da pátria, que desejaria transformar o Brasil em mais uma bandeira vermelha, conforma fortemente avaliado no capítulo anterior.

A estratégia de construção simbólica classificada por Thompson como eufemização visualiza-se quando ações ou instituições são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva. Por exemplo classificar a intervenção de 31 de março como *“movimento redentor”*²¹¹.

Através de um editorial intitulado “Salva a democracia na América Latina”, o diário racionaliza para defender, novamente, que uma possível intervenção comunista no Brasil representaria um desastre sem medidas para toda a América Latina. A partir disto, pode-se

²⁰⁷ 14/6/1964, “Bases da nova democracia”, editorial.

²⁰⁸ 23/5/1964, “Guerra aos privilégios”, editorial.

²⁰⁹ 9/5/1964, “O caminho da democracia”, editorial.

²¹⁰ 26/6/1964, “Confiança no governo”, editorial.

²¹¹ 9/7/1964, “Contra o personalismo”, editorial.

concluir que o “contra-golpe”, segundo o discurso do *A Razão*, teria representado o término de um ciclo de incertezas no campo político e que também estaria afetando a economia do país. Ao “*mostrar o caminho da liberdade encerramos o triste capítulo do expansionismo vermelho no mundo*”²¹², onde, em clara lente de aumento, o jornal atribui o perigo de tornar-se o Brasil um país comunista, como sendo uma ameaça, não só à América Latina, mas ao mundo todo. Deste modo, veja-se:

A América Latina [...] considera-se liberta de um inquietante pesadelo, mas não pode deixar de rir. Correu sério perigo porque a máquina vermelha estava sendo montada, mas não pensava que pelegos e “nacionalistas” aspeados se rendessem tão facilmente, uma facilidade que dá bem a medida da dependência em que eles estão de Moscou, de Pekin e até de Havana.²¹³

Neste momento que seria de reestruturação político-administrativa do país, segundo o jornal, “*processa-se uma auspiciosa reintegração dos melhores brasileiros à comunidade nacional de onde haviam sido arbitrariamente arrancados pelo processo feroz de radicalização política*”.²¹⁴ Estes brasileiros teriam sido, então, arrastados pela onda de radicalização política até estas idéias ditas subversivas. O deslocamento de valores do campo ético par o político é uma estratégia discursiva permanente no jornal *A Razão*. Negativizar o comunismo e os comunistas como sendo o “outro”, aquele que é alheio à ordem estabelecida, fazia parte de suas estratégias de construção simbólica e de onde emergiriam as idéias legitimadoras. Ao afirmar que estariam retornando ao seio da sociedade os “melhores brasileiros”, permite crer que os seus opostos –os piores brasileiros- estariam à margem desta mesma sociedade, pois teriam ficado para trás, “sepultados” num período que fora vencido.

Costuma-se dizer que os pecados contra o Espírito são irremissíveis, o mesmo há de ser dito dos crimes perpetrados contra a segurança e unidade da pátria. O coro de apiedamento que tenta se fazer ouvir em favor dos que se acham confortavelmente instalados em Embaixadas estrangeiras ou apenas perderam os mandatos de que fizeram uso maligno contra os interesses nacionais e o destino de cada um de nós, ou que fugiram para outras terras, onde não lhes faltará seguramente a ajuda dos capitais

²¹² 12/5/1964, “Importância da Revolução”, editorial.

²¹³ 10/4/1964, “Salva a democracia na América Latina”, editorial.

²¹⁴ 23/4/1964, “Uma nobre voz”, editorial.

que souberam acumular em moeda forte, mal oculta o subalterno interesse de frustrar os principais objetivos da Revolução.²¹⁵

Ao proferir um discurso unificador e enaltecido do povo brasileiro, criava-se um contexto de incitamento deste povo à integração, em prol de uma necessária e, supostamente, proveitosa unidade nacional, que teria sido ameaçada durante o governo deposto. Uma das formas de adesão à nova ordem divulgada no jornal, foi, justamente, a de união em torno do novo governo, na forma de acatamento das medidas -mesmo que estas significassem alguns sacrifícios “ditos” necessários inicialmente, a fim de que se propiciassem as condições mais favoráveis para impulsionar a economia. Primeiro, para que se “arrumasse a casa”, seria necessário a união de todos os brasileiros, que deveriam abandonar seus interesses individuais ou de seus grupos sociais, pelo bem de criação de uma coletividade em torno do governo militar, assim legitimado. Essa seria a forma de se evitar as manifestações contrárias, pois ao proferir um discurso de integração dos brasileiros ao novo governo, também se estaria atingindo, no plano ideológico, quaisquer formas de sobrevivência fora desta ordem.

De outro lado, veja-se:

A idéia de que não haja terminado a fase punitiva da Revolução,[...] as ameaças que pairam no ar, criam constrangimento, abatem os espíritos e deixam em todos a impressão de que alas extremadas querem impor-se ao próprio gênio apaziguador, liberal e justo do povo brasileiro, historicamente contrário às violências, sejam quais forem, sobretudo quando não mais justificadas pelo risco e iminência de uma convulsão política, social e militar, como acontecia na última quinzena de março passado.²¹⁶

Após a ruptura institucional, as manifestações contrárias ao governo foram consideradas pelo discurso do *A Razão*, como fruto de alas extremistas e descontentes com o advento da coalisão civil-militar. Estas considerações fazem parte da lógica de ação acima mencionada, que tratava as contrariedades para com o novo governo como manifestações contrárias ao bem do país, já que a Revolução teria trazido, supostamente, o governo militar à tona para defender os “mais verdadeiros e sagrados” interesses do povo brasileiro.

A Nação jamais perdoaria, ou sequer compreenderia, uma interferência insólita no processo de realização do movimento revolucionário, sob a responsabilidade do seu dirigente supremo. É natural que haja divergências de pontos de vista entre muitos dos que tiveram uma parcela considerável de esforço na criação do clima político e moral de que resultou o levante de 31 de março. Isso faz parte essencial da democracia. O regime das unanimidades é podre e dentro dele as construções são necessariamente frágeis.²¹⁷

²¹⁵ 13/5/1964, “Revolução e justiça”, editorial.

²¹⁶ 10/6/1964, “Confiança no presidente”, editorial.

²¹⁷ 9/7/1964, “Contra o personalismo”, editorial.

Foi neste sentido, conferindo-lhe um caráter coletivo e não individual, que o jornal enquadrou a questão da prorrogação do mandato do presidente da República Castelo Branco, pois este ato apenas possuiria um significado que justificasse a sua aceitação, se visualizado como um bem maior à nação, já que seria Castelo o responsável pelo grande empreendimento de reorganizar a administração federal, como afirmou o diário em outros momentos do discurso. Desta forma, a ótica de entendimento do ato teve seu significado deslocado, pois não se estaria ferindo a democracia e nem a Constituição Federal (que previa eleições diretas para presidente da República para 1965), pois, justamente, estaria se procurando estabilizar a economia e conter as agitações políticas do país, visando a garantir a sobrevivência das instituições democráticas. Na mesma racionalização, o jornal defende que não se remetessem julgamentos feitos sob um prisma individual, às atitudes tomadas pelo movimento revolucionário, já que este estaria agindo em benefício do país e, somente com o olhar da coletividade é que os atos estariam revestidos de sentido, inclusive o aumento do mandato de Castelo ou o adiamento das eleições para presidente da República:

Não é a hora de avaliar as conseqüências dos atos praticados pela Revolução, exclusivamente á luz de interesses individuais que, podem até mesmo ser politicamente muito respeitáveis e se inspirarem em dados de lógica bastante fortes, mas podem colidir com imperativos que têm de admitir absoluta prioridade, na marcha dos acontecimentos. A prorrogação do mandato do presidente da república está nesse caso. Não somos favoráveis a esse ato do congresso, mas compreendemos que se enquadre naqueles imperativos, dada a coligação de forças, tanto das que agiram dentro do próprio Parlamento, como as que têm o âmbito de sua ação noutros setores da vida nacional, formada para determiná-lo!²¹⁸

Porém, o jornal também sustentou que se realizassem as eleições de 1965 e se tirasse o próximo presidente dos quadros da Revolução, visando dar continuidade ao processo empreendido por Castelo Branco, que acerca deste tema pensava, segundo o jornal: “*Tenho a*

²¹⁸ 22/22/7/1964, “Justificativa da prorrogação”, editorial.

certeza de que a revolução não tem receios de eleições e as deseja firmemente”²¹⁹. Sendo assim, o jornal racionaliza que:

Se a Revolução resolver os problemas do povo, aqueles que mais o afligem e consternam como o do custo de vida que deveria vir em primeiro lugar na preocupação de todos, não haverá candidato que reuna condições de derrotá-la. O grande merecimento do presidente Castelo Branco que tem a confiança e a admiração de todos, estará em levar o Brasil em 1965 a escolher seu sucessor, tirado dos quadros da Revolução, para continuar a grande obra que com a benção e a esperança do Brasil, começou a realizar.²²⁰

Apesar do adiamento das eleições, o jornal tentou mostrar que este ato, não representaria uma ameaça à ordem democrática do Brasil. Pelo contrário. O discurso sempre procurou mostrar que a democracia necessitava de estabilização econômica para desenvolver-se sem intranqüilidades, e seria justamente esta estabilidade que o governo estaria se propondo a alcançar.

A Revolução está suficientemente firme e segura do apoio popular e das correntes políticas mais ponderáveis para realizar-se plenamente dentro das normas constitucionais vigentes. O que está em curso no Brasil, desde 31 de março do ano passado, é uma Revolução democrática e não um processo degenerativo capaz de conduzir o País a uma ditadura.²²¹

Em claro discurso legitimador da Revolução, o jornal *A Razão* construiu um editorial intitulado “Uma oração vigorosa”²²², onde, extraindo trechos de declarações prestadas pelo presidente da República no momento em que esteve recebendo homenagem no estado da Bahia, afirmou que, “*o que tem de ser levado em conta é a deliberada atitude do governo de levar avante, com toda a firmeza, a Revolução empreendida sem fadiga e sem hiatos, como realmente acontece*”. Nessa mesma linha, constrói-se a racionalização acerca do que teria significado o levante insurrecional de 31 de março de 1964:

O que se faz aqui é uma revolução sem donos e que por isso mesmo, não se curva a nenhuma força ou interesse que não esteja em consonância com os rumos revolucionários. Daí ser o governo – e esta é a sua autenticidade – uma resultante

²¹⁹ 24/2/1964, “Governo não receia eleições”, editorial.

²²⁰ 10/4/1964, “Redemocratização dos partidos”, editorial.

²²¹ 11/3/1965, “Desmentido oportuno”, editorial.

²²² 12/8/1964, “Uma oração vigorosa”, editorial.

decisiva e vigorosa das várias correntes de opinião revolucionárias e jamais o reflexo de uma corrente desviada e isolada, incapaz de polarizar as várias tonalidades das aspirações do movimento de 31 de março.²²³

Nessa direção, veja-se:

Ora é claro que a Revolução não foi feita para se tirarem vinganças pessoais e sim para impedir que a nação caísse na anarquia total, com a indisciplina acentuando-se em todos os setores da sua vida, inclusive no mais perigoso deles, que era o das classes armadas.²²⁴

Com o início do regime militar, paulatinamente, pode-se vislumbrar a inserção, dentro das páginas do *A Razão*, de uma questão de suma importância dentro do contexto em estudo. Esta era a do atrelamento, cada vez maior, da sobrevivência do regime democrático à recuperação da economia:

Nada poderia acontecer de pior para o Brasil do que a descrença nas possibilidades da democracia, quando se trata de resolver os problemas de sua vida cotidiana, aqueles que se relacionam com a economia da dona de casa.²²⁵

E ainda:

Nessa altura, a questão [...] é a sobrevivência de um sistema que encontrou no espírito popular a força suficiente para livrar o País da ameaça da ditadura comunista. Enfraquecido este espírito, talvez o único fator que não contaram os corruptos comunistas para a sua aventura fracassada de um ano atrás, o caminho estará aberto para novas e imprevisíveis aventuras. Há pouco dizíamos que o verdadeiro “front” da Revolução estava na batalha do custo de vida. Já não é mais da Revolução este “front”. Agora o é da própria democracia.²²⁶

A Revolução está resgatando o comunismo, fica silenciado, mas nunca esquecido. Estão legitimando a Revolução como salvadora da democracia, a medida em que ela vai resolver os problemas mais urgentes em nome da salvação da democracia.

“Foi a crença na democracia que propiciou a Revolução de março. Para onde nos levará a descrença?”.²²⁷

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

²²⁵ 25/2/1965, “O bloco revolucionário”, editorial.

²²⁶ 26/2/1964, “Crença na democracia”, editorial.

²²⁷ Idem.

CONCLUSÃO

A análise do jornal *A Razão* baseou-se na busca das construções simbólicas e de seus possíveis significados, dentro da estruturação do discurso, sendo que entendemos o discurso como uma forma de comunicação, que, por sua vez, objetiva divulgar uma idéia que pode representar os interesses do órgão comunicador e/ou de quem o representa. Desta forma, fomos em busca de qual seriam as temáticas e de que maneira foram tratadas dentro das páginas do jornal. Quais os artifícios de construção do discurso utilizados dentro do contexto

sócio-histórico estruturado da iminência do golpe e logo após o início do governo militar brasileiro.

Essa análise inicial, nos propiciou o surgimento de uma hipótese de trabalho que foi, claramente, confirmada ao longo da dissertação, tornando-se a tese principal do trabalho: mostrar as estratégias simbólicas de construção do discurso utilizadas pelo jornal *A Razão* a fim de contribuir, ideologicamente, para a legitimação da ruptura institucional de 1964, bem como legitimar o Estado militar que surgiu a partir desta ruptura. Este foi o uso social do jornal *A Razão*, no contexto em questão.

O jornal, utilizando-se de sua função de comunicador, tendo como espaço de visibilidade a sociedade interiorana do Rio grande do Sul, particularmente Santa Maria, empreendeu a criação de diversas formas expositivas da legitimação pretendida. Essas formas, analisadas á luz da metodologia de interpretação de Jhon Thompson, nos permitiram concluir que, o jornal *A Razão* contribuiu, ideologicamente, para legitimar a ruptura institucional de 1964 e referendar o Estado militar que veio a seguir.

Os enaltecidos elogios direcionados ao governo militar, às Forças Armadas e a figura do presidente da República Castelo Branco, articulam-se, dentro do discurso construído, com a defesa da infiltração comunista como uma ameaça à unidade nacional, a construção da figura de João Goulart como sendo um péssimo governante e as agitações sociais vistas como um entrave do desenvolvimento global do Brasil. Desta forma, criaram-se dois mundos. Um, seria o início do fim. O outro, representaria um recomeço. E o que se supunha como “povo”, teria o dever de escolher em qual mundo desejaria viver.

Porém estas duas formas de construções simbólicas da realidade não são excludentes, ao contrário, se completam no intuito de legitimar, ideologicamente a ruptura institucional. Uma delas, desprezando e emitindo críticas negativas, cria, ideologicamente, a legitimação da

ruptura institucional. Outra, ao supervalorizar a “nova ordem” e seus ícones representativos – como Forças Armadas, o presidente Castelo Branco, constrói seu referendo legitimador.

Não existe uma rigidez na estrutura dos discursos. A conduta é definida pela circunstância. Assim, os meios de comunicação de massa tornaram-se mais eficientes não na criação de novos valores ou padrões de comportamento, mas no reforço dos existentes e aceitos na sociedade. O conteúdo dessas mensagens buscou, sobretudo, não impossibilitar ao indivíduo a auto-compreensão de seu papel enquanto sujeito histórico, mas sim, construir uma dada versão do contexto em questão, a fim de que a partir deste, pudesse delinear quais seriam as aspirações deste sujeitos.

O fato de ter sido o jornal *A Razão* uma instituição de comunicação que apoiou a troca de comando no país, proferindo enaltecidos elogios aos movimentos insurrecionais que culminaram na destituição de Goulart, não o impediu de proceder algumas críticas a esse governo que se estabelecia. Nesta questão, pode-se concluir que o discurso produzido pelo diário não tenha se desviado de seu eixo constitutivo, que seria a legitimação.

As ambivalências visualizadas nas diferenças de tônica do discurso do jornal, teriam ocorrido devido ao fato deste situar-se entre o espaço público e o privado, por estar inserido no capitalismo moderno e, por outro lado, representar a intermediação entre governo e população, onde acaba ocupando o papel de porta-voz deste “povo”. Essa característica é perfeitamente visível no jornal, logo após o golpe militar, quando este emite algumas tentativas de críticas²²⁸ direcionadas ao problema da inflação e à alta dos preços. Estas diferenças de ritmo no discurso do diário não podem ser vistas como uma falta de coerência, pois, em nenhum momento, o jornal deixou de lado a sua posição de defensor da ruptura e da nova ordem. A linha de raciocínio não difere: expurgar João Goulart e seus amigos

²²⁸ Dizemos *tentativas de críticas*²²⁸ porque o próprio jornal acaba por esvaziar o possível conteúdo dessas críticas ao defender, por exemplo, que o governo necessitaria de mais tempo para organizar o país e que, por isso, o país deveria unir-se em torno da figura do presidente e do novo governo, que estavam empreendendo a missão saneadora, supostamente tão necessária ao Brasil.

comunistas do governo do país, substituindo-os por alguém que possuísse pulso firme, honra e capacidade de “organizar a casa”. Foi, justamente, por situar-se entre o público e o privado que, discursando em nome do povo, a princípio demonstrando contrariedade para com o novo governo, o jornal, utilizando-se de um discurso unificador, acabou por conclamar a população à necessária união em torno da reestruturação do país. Ou seja, o que seria uma crítica, acaba sendo usado como motivo para incitar a população e apoiar ao máximo o governo militar brasileiro.

O jornal, ao selecionar a forma como as notícias serão veiculadas, está criando os fatos, de acordo com a sua proposta legitimadora. Grandes exemplos podem ser vislumbrados ao longo do discurso, a começar pelo conceito empregado aos fatos ocorridos em 31 de março de 1964 como sendo uma *Revolução* (ou às vezes uma *intervenção defensiva*). O termo golpe foi usado pelo jornal para classificar o que João Goulart e os comunistas aqui instalados pretendiam fazer.

Durante o ano de 1965 o jornal produz apenas 29 editoriais. De janeiro a março de 1964 tem 26 e de abril a junho 29. O número de editoriais de todo o ano de 1965 equivale a ao número de trimestre de 1964. Após julho de 1964, o número de editoriais já é bastante reduzido. Uma conclusão possível é a de que, antes do golpe objetivassem “preparar o terreno”, utilizando a divulgação da ideologia legitimadora aos leitores, através das abordagens contrárias ao governo de João Goulart, ao anti-comunismo e incitando às Forças Armadas à ação defensiva. Após a ruptura institucional ser uma realidade, emitiram justificativas ao novo regime, mas em menor quantidade.

Este foi o discurso emitido no pré golpe. As mazelas que o ex-presidente João Goulart e seus “assessores assecas” haviam gerado e multiplicado, após o golpe, foram tratadas como de difícil solução. O governo precisaria de mais tempo e de total apoio popular para realizar a obra de saneamento das finanças. Então, novamente, o *A Razão* evoca o espírito unificador e

pacífico do povo brasileiro, como sendo o melhor caminho de suportar este suposto período de crise.

Respondendo a indagação que gerou o título deste trabalho, o jornal *A Razão* classificou os fatos de 31 de março como uma Revolução cívica. O período militar, onde o governo atuou monoteticamente, gerou pessoas que se negam enquanto seres políticos e históricos. E são essas pessoas que formam, atualmente, o cenário político brasileiro. Cenário que nos remete a necessários questionamentos. O estudo da ideologia, empreendido neste trabalho, exige que perguntemos se o sentido construído e usado pelas formas simbólicas serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas. No caso do jornal *A Razão*, o sentido mobilizado pelo discurso contribuiu para legitimar, no campo ideológico, a Revolução cívica e a nova ordem organizacional do país surgida a partir desta.

REFERÊNCIAS

Livros utilizados:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Ed. Presença, 1980.

- ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1987)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. As Lutas Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos – História da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1990.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1990.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.
- DÉLOYE, Yves. **Sociologia história do político**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DOCKHORN, Gilban Veiga. **Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento –1964-1974**. EDIPUCRS, 2002.
- DREIFUS, R. A. **1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ESPIG, Márcia Janete. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado.** *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, PUCRS – Curso de Pós-Graduação em

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam.** Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Reinventando o Otimismo:** Ditadura, Propaganda e Imaginário Social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FILHO, José M. da Rocha. **Universidade para o desenvolvimento.** 1973.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Marxismo sem utopia.** São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Passado y Presente.** Buenos Aires: Granica. 1974.

GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). **Comunicação e controle social.** Petrópolis: Vozes, 1993.

HARNECKER, Marta & URIBE, Gabriela. **Capitalismo e socialismo.** São Paulo: Global, 1980. *História*, v. XXIV, n.2, dez.1998, pp.269-289.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos.** São Paulo: Cia das Letras, 1996.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1988.

LABIN, Suzanne. **Em Cima da Hora – A Conquista Sem Guerra.** Rio de Janeiro: Record, 1963.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciências sociais**. São Paulo: Cortez editora, 1999.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MOTTER, Maria de Lourdes. **História e imprensa**. *Comunicações e Artes*, vol.15,n.24, set/dez. 1990, pp.55-61.

OLIVEIRA, Maria Rosa de. **João Goulart na imprensa-** de personalidade a personagem. São paulo: Annablume, 1993.

PIRES, Cecília Maria Pinto. **Reflexões sobre filosofia política**. Santa Maria: Pallotti, 1986.

RELATÓRIO AZUL – 1999/2000. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul – Comissão de Cidadania e Recursos Humanos.

RÈMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução Histórica do Brasil**. Petrópolis: Vozes,1995.

_____. **Evolução Histórica do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Hélio. **1964 – vinte anos de golpe militar**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TAVARES, José Antônio Giusti. **A estrutura do autoritarismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELIZ, Claudio (Coord.). **América Latina** –estruturas em crise. São Paulo: IBRASA, 1970.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Jornal utilizado:

Jornal *A Razão* – de 1/1/1964 a 30/4/1965.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)